



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS

YGOR FLÁVIO DOS SANTOS CABREIRA

EMBRIOPOD -

sub vivendo o preludio do desastre

CAMPO GRANDE/ MS, 2024

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS

YGOR FLÁVIO DOS SANTOS CABREIRA

EMBRIOPOD -

sub vivendo o preludio do desastre

Trabalho apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMS, para fins de conclusão de curso, sob orientação do professor Dr. Gilfranco Alves,

CAMPO GRANDE/ MS, 2024



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



ATA DA SESSÃO DE DEFESA E AVALIAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA

FACULDADE DE ENGENHARIAS, ARQUITETURA E URBANISMO E GEOGRAFIA - 2024-1

No mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se de forma presencial a Banca Examinadora, sob Presidência do Professor Orientador, para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em acordo aos dados descritos na tabela abaixo:

DATA, horário e local da apresentação	Nome do(a) Aluno(a), RGA e Título do Trabalho	Professor(a) Orientador(a)	Professor(a) Avaliador(a) da UFMS	Professor(a) Convidado(a) e IES
08 de agosto/2024 on line	YGOR FLÁVIO DOS SANTOS CABREIRA Título: Embriopod: subvívendo	Prof. Dr. Gilfranco Alves	Prof. Dr. Juliana Trujillo	Prof. Victor Sardenberg (Mackenzie/PUC Minas)

Após a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso pelo acadêmico, os membros da banca examinadora teceram suas ponderações a respeito da estrutura, do desenvolvimento e produto acadêmico apresentado, indicando os elementos de relevância e os elementos que couberam revisões de adequação.

Ao final a banca emitiu o **CONCEITO C** para o trabalho, sendo **APROVADO**.

Ata assinada pelo Professor Orientador e homologada pela Coordenação de Curso e pela Coordenação da disciplina de TCC.

Campo Grande, 16 de agosto de 2024.

Prof. Dr. Gilfranco Alves
Professor Orientador

Profa. Dra. Helena Rodi Neumann
Coordenadora do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo (FAENG/UFMS)

Profa. Dra. Juliana Couto Trujillo
Presidente da Comissão do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 5038379 e o código CRC F8DCD4E7.

FACULDADE DE ENGENHARIAS, ARQUITETURA E URBANISMO E GEOGRAFIA

Av. Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.033813/2021-56

SEI nº 5038379

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

**UFMS
É 10!!!**



Documento assinado eletronicamente por **Gilfranco Medeiros Alves, Professor do Magistério Superior**, em 16/08/2024, às 11:18, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

**UFMS
É 10!!!**



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Couto Trujillo, Professora do Magistério Superior**, em 16/08/2024, às 11:18, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

**UFMS
É 10!!!**



Documento assinado eletronicamente por **Helena Rodi Neumann, Professora do Magistério Superior**, em 19/08/2024, às 06:08, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus, que é meu cerne e me deu vida e sabedoria para que eu pudesse terminar este trabalho.

Gostaria de agradecer a minha mãe, Geysalene, minha heroína, não há palavras bonitas o suficiente que eu possa usar aqui para expressar o quanto eu a amo e o quanto ela é importante para mim, sua força me salvou.

Aos meus familiares e amigos, em especial a Irena, seu apoio foi fundamental para mim.

Ao meu professor orientador, Gilfranco Alves, que me inspirou a trabalhar diligentemente e a professora Helena Rodi Neumann, que me incentivou, acreditou em mim e me inspirou, muito obrigado, de verdade.

RESUMO

Este trabalho busca discutir a ineficiência na produção de habitação popular, quando guiada por modelos econômicos focados no lucro, por meio da proposição de um projeto manifesto. Tal projeto, ao incorporar premissas de produções capitalistas em seu desenvolvimento arquitetônico, revela a ineficácia em suas propostas de uso e produto. Para a defesa dessa asserção, foi realizada uma extensa pesquisa histórica a respeito da produção de habitação social no Brasil, desde o fim do Império, no séc. XVIII, até a conclusão de 2022 (última transição política no Brasil antes do lançamento dessa publicação). Analisamos os processos de políticas públicas habitacionais e a influência do modelo econômico no período histórico de produção das habitações. Esta análise mostra como o capitalismo impacta na questão da moradia, afastando-a de sua função social. Também abordamos como modelos mínimos disfuncionais, enroupados de "micro living", são utilizados para capturar maiores partes do mercado, considerando o poder de compra decrescente da população. Consideramos que a diminuição da área residencial, às vezes, torna-se uma tática para atrair consumidores e aumentar o lucro, em vez de otimizar espaços ou ser uma solução para os desafios sociais e urbanos. A discussão também aborda questões como déficit habitacional, envolvimento do setor privado, regulamentação do uso do solo e a qualidade das atuais habitações sociais. Ao destacar as mazelas ambientais, a crise climática e a desvalorização das produções acadêmicas na área de Arquitetura que tentam resolver essas problemáticas, infere-se como todos esses agentes podem gerar consequências destrutivas para o futuro, destacando a necessidade de profilaxias eficientes para amenizar e humanizar a situação e apresentando técnicas efetivas para promoção de uma mudança de mentalidade e maior conscientização. É nesse contexto que o projeto manifesto Embriopod surge, um projeto de arquitetura parasita, que busca um despertar crítico e incita reflexão por meio de representações imagéticas distópicas baseadas em projeções decorrentes da devastação ambiental, crises climáticas e uma sociedade de exploração capitalista, abordando a produção de "habitação social" e o que seria seu produto nesse futuro pesaroso. assim, solicitando uma arquitetura mais inclusiva, sustentável e funcional, além do enfrentamento de desafios como a prevalência de interesses econômicos sobre as necessidades sociais.

Palavras-chave: Habitação Social, *Micro living*, arquitetura parasita, capitalismo, crise climática, manifesto.

ABSTRACT

This work aims to discuss the inefficiency in the production of affordable housing when guided by profit-driven economic models through the proposition of a manifesto project. By incorporating the premises of capitalist productions into its architectural development, this project reveals the ineffectiveness in its proposals for use and product. To support this assertion, an extensive historical research was conducted on the production of social housing in Brazil, from the end of the Empire in the 18th century to 2022 (the last political transition in Brazil before the release of this publication). We analyzed public housing policies and the influence of the economic model during the historical period of housing production. This analysis demonstrates how capitalism impacts the issue of housing, distancing it from its social function. We also examined how dysfunctional minimal models, disguised as "microliving," are used to capture larger market shares, considering the declining purchasing power of the population. We argue that the reduction of residential area sometimes becomes a tactic to attract consumers and increase profit, rather than to optimize spaces or provide a solution to social and urban challenges. The discussion also addresses issues such as the housing deficit, private sector involvement, land use regulation, and the quality of current social housing. By highlighting environmental woes, the climate crisis, and the devaluation of academic productions in the field of Architecture that attempt to resolve these issues, it is inferred that all these factors may lead to destructive consequences for the future, emphasizing the need for effective prophylaxis to mitigate and humanize the situation, and presenting effective techniques to promote a change in mindset and greater awareness. It is in this context that the Embriopod manifesto project emerges—a parasitic architecture project that seeks to awaken critical thinking and incite reflection through dystopian imagery based on projections resulting from environmental devastation, climate crises, and a capitalist exploitative society. The project addresses the production of "social housing" and what its product would be in this bleak future, thus calling for a more inclusive, sustainable, and functional architecture, in addition to confronting challenges such as the prevalence of economic interests over social needs.

Keywords: Social Housing, Micro living, parasitic architecture, capitalism, climate crisis, manifesto.

LISTA DE FIGURAS E PRANCHAS

Figura 1	Dados Básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por amostra de domicílios contínuo (PnadC) – 2019: Cadastro Único (CanUnico) – Data de extração: 14/11/2020.	22	Figura 19	Referência Projetual Spiraling Skyscraper Pod City For a Future New York-	34
Figura 2	Folheto de divulgação das unidades habitacionais do Conjunto. Espaços livres. CECAP (1967).	23	Figura 20	Empreendimento: Edifício Cidade de Pinheiros	35
Figura 3	Casas de 15m ² sendo construídas em Campinas: imóvel vai abrigar famílias com até sete pessoas.	24	Figura 21	Diagrama de localização	35
Figura 4	Apartamento de 10m ² em São Paulo	25	Figura 22	Imagem dos cicloentregadores	35
Figura 5	Planta do Apartamento de 10 m ²	25	Figura 23	Uso dos Solos, Pinheiros SP	35
Figura 6	Situação de moradia na China (microapartamento)	27	Figura 24	Planta do jardim América tal como projetado por Unwin e Parker (folheto de propaganda da City de 1919)	36
Figura 7	Vielha Em Paraisópolis.	29	Figura 25	Terminal de ônibus do Largo do Batata	36
Figura 8	Imagem de manifestante com bandeira Mapuche no topo de estátua militar em Santiago se tornou símbolo dos protestos no Chile por reformas sociais.	30	Figura 26	Comparativo da Rua Paes Leme com a Igreja de Monte Serrat ao fundo e quadras frontais ocupadas por edificações e largo e Igreja após a reurbanização promovida pela Operação Consorciada	37
Figura 9	Imagem gerada por inteligência artificial de um grande centro urbano imerso em população.	31	Figura 27	Antes e Depois do Bairro Pinheiros - SP	37
Figura 10	Vista do Alto	32	Figura 28	Vista aéreas de Pinheiros: Av Brigadeiro Faria Lima, Rua Butantã e Largo do Batata em 2021	37
Figura 11	Vista 2 - aproximada	32	Figura 29	Capsule-Homes. Tower and Capsule elevations, plans and details:	38
Figura 12	Corte Slab Stach	32	Figura 30	Nakagin Capsule Tower, Kisho Kurokawa 1972	38
Figura 13	O Data Center de Babel	32	Figura 31	CN Tower – Toronto Canada	39
Figura 14	Corte do Data Center de Babel	33	Figura 32	Colagem de figuras do conceito de arquitetura parasita 1	40
Figura 15	Imagem desenvolvida por Isabela Previti	33	Figura 33	Colagens de figuras do conceito de arquitetura parasita 2	40
Figura 16	Torre EMBRIOPOD, Estudo de volumetria	33	Figura 34	Colagem de figuras do desenvolvimento da Torre Embriopod	43
Figura 17	Neo acordando de sua “vida” na Matrix para ver todos os humanos inconscientes vivendo em suas cápsulas.	33	Des Tec.	1- Planta de situação	44
Figura 18	Inflorescência de uma orquídea, um racemo típico.	34			

			Des. Tec.	13 Planta de Indicação de Corte Y	56
Des. Téc.	2 Térreo + Implantação existentes	45	Des. Tec.	14 Esquema Corte Seção 1	57
Figura 35	Colagem de figuras do desenvolvimento do local de remoção de pilares do edifício existente mais a inserção da torre parasita	46	Des. Tec.	15 Indicação Corte Tipo	57
Tabela 1	Tabela de Área	47			
Des. Téc.	3 Terreo + Implantação	48	Tabela 2	Perfis Soldas VS	58
Des. Téc.	4 Planta de núcleo térreo	48	Tabela 3	Previsão do Aluguel do pod	59
Des. Téc.	5 Planta de Subsolo	49			
Des. Téc.	6 Planta núcleo subsolo	49			
Des. Téc.	7 Planta de Cobertura	50			
Des. Téc.	8 Planta pavimento Tipo	51			
Figura 36	Torre Embriopod com vista do largo do Batata em um cenário de destruição	52			
Figura	37 Colagem De Figuras Do Desenvolvimento Da Torre Embriopod 2	53			
Figura	38 Pod	54			
Des. Tec.	9 Tubo de conexão + Pod	55			
Des. Tec.	10 Corte XX Pod	55			
Des. Tec.	11 Corte XX Pod	55			
Des. Tec.	12 Planta de Indicação de Corte	55			

LISTA DE ABREVIÇÕES

BNH	Banco Nacional de Habitação
CAP	Caixa de Aposentaria e Pensão
CDP	Centro de Detenção Provisória
CECAP	Caixa Estadual de Casas Para o Povo
CMTC	Companhia Municipal de Transportes Coletivos
DF	Distrito Federal
EBTU	Empresa Brasileira De Planejamento De Transportes Urbanos
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FCP	Fundação da Casa Popular
FGTS	Fundo de Garantia Por Tempo De Serviços
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
GEIPOT	Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes
IAP	Instituto De Aposentadorias e Pensões
IAPI	Instituto De Aposentadoria E Pensão Dos Industriários
INPS	Instituto Nacional De Previdência Social
ISSB	Instituto de Serviços Sociais do Brasil
PNH	Política Nacional de Habitação
PLANASA	Plano Nacional de Saneamento
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança
SFH	Sistema de Financiamento de Habitação
SEPURB	Secretaria de Política Urbana
SEDU	Secretaria Especial do Desenvolvimento Urbano
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

SUMÁRIO

JUSTIFICATIVA.....	11
OBJETIVO GERAL.....	10
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	10
METODOLOGIA.....	10
1 INTRODUÇÃO.....	2
CAPÍTULO 1 – O PASSADO - A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL, SEU PROCESSO HISTÓRICO, RESPECTIVAS POLÍTICAS PÚBLICAS E CENÁRIOS ECONOMICOS CONCOMITANTES.....	13
1.1 - 1886 – 1930.....	13
1.2 – 1930 – 1964.....	14
1.3 – 1964 – 1986.....	15
1.4 – 1986 – 2003.....	16
1.5 – 2003 – 2016.....	17
1.6 – 2016 – 2022.....	18
CAPÍTULO 2 - PRESENTE - A ANÁLISE DA PRODUÇÃO ATUAL DE HABITAÇÃO POPULAR, MICROLIVING E A ATUAÇÃO DO MERCADO CAPITALISTA IMOBILIÁRIO.....	20
2.1 – O capitalismo na produção de habitação social e a atuação do mercado Imobiliário.....	20
2.1.1 - Déficit Habitacional:.....	22
2.1.2 - Qualidade das Unidades Habitacionais.....	22
2.1.3 - Participação do setor privado, técnicas <i>neodesenvolvimentistas</i> e regularização fundiária.....	24
2.2 – Microliving, a compactação de espaços para ampliação clientela do mercado habitacional.....	25
2.2.1 – Microliving, programas residenciais e a realidade em grandes centros.....	26
CAPÍTULO 3 – O FUTURO – UMA PREVISÃO DAS PRODUÇÕES DE HABITAÇÃO SOCIAL FRENTE A CONTINUAÇÃO DO CAPITALISMO, O AGRAVAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA E DE UMA ARQUITETURA DE ESPAÇOS MÍNIMOS DISFUNCIONAIS.....	28
3.1 - Consequências futuras da manutenção do modelo capitalista e de uma produção arquitetônica disfuncional.....	28
3.1.1 - Favelização, ocupações irregulares e desigualdades socioespaciais.....	29
3.1.2 - Impactos na qualidade de vida da população.....	30
3.1.3 - Degradação ambiental, perda de áreas verdes e vulnerabilidade aos impactos das crises climáticas.....	30
3.2 -Técnicas efetivas para o enfrentamento de conjecturas negativas e elucidação da população.....	31

3.2.1. - Promoção de educação com divulgação e Diálogos participativos.....	31
CAPITULO 4 - PROJETO.....	32
4. 1 - Das Referencias para a Experimentação Próprias.....	33
4.2 - Localização.....	34
4.2.1. - Histórico do Surgimento do bairro Pinheiros.....	35
4.2.1.1 - Cia City & Light CO.....	36
4.2.1.2 - Período de 1920 a 1940.....	36
4.2.1.3 - Contradições de um Sítio Urbano.....	36
4.2.1.4 - Período de 1940 a 2021.....	37
4.3 - Estudo Preliminar.....	37
4.3.1 - Estudo do Conceito de Arquitetura Parasita	39
4.3.2 - Estudo de caso EMBRIOPOD.....	42
CONCLUSÃO.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	61

JUSTIFICATIVA

Entende-se que a produção de propostas arquitetônicas que visam melhorar a produção de habitação social não é eficiente e que os interesses do mercado por vezes superam o caráter social de atendimento à população carente. Junto a isso, existem graves crises climáticas, sociais e financeiras que comprometem o futuro e a alienação, tanto popular quanto da classe de arquitetos e urbanistas, a essas temáticas, roubando a chance de ação para que o destino da sociedade (e da raça humana) não seja desastroso. Por isso, faz-se necessário um manifesto, em forma de projeto, que traga seu leitor/usuário a um lugar de desconforto e assim, incitar uma mudança de fato, desta forma, esse projeto manifesto, nasce de profundos medos e anseios pelo futuro da humanidade, tanto do ponto de vista arquitetônico e urbanístico, quanto social, expondo a profunda alienação de uma população e classe profissional apática a diversos problemas que exigem posicionamento crítico e ação imediata

OBJETIVO GERAL

Desenvolver uma pesquisa de fundamentação teórica, com o objetivo de produzir um projeto arquitetônico, com características de manifesto, ou seja, um projeto manifesto de “*Pods*” habitacionais ou Capsulas habitacionais, que visa denunciar o futuro de empreendimentos populares perante o interesse do mercado capitalista em políticas de habitação social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Explorar o impacto do capitalismo no mercado imobiliário, especialmente nas habitações populares, que deveriam ter um foco assistencial, não lucrativo e analisar as consequências disso, junto a outros fatores, para as futuras produções habitacionais sociais.

2. Fomentar a discussão sobre a qualidade das habitações sociais, usando uma perspectiva futurista e distópica, discorrendo sobre temas como microliving, custos de moradia em grandes cidades como São Paulo e a relação

entre a área mínima ideal para o desenvolvimento humano e a área em que muitos vivem atualmente.

METODOLOGIA

Num primeiro momento, revisão bibliográfica, a partir de uma curadoria de autores, pesquisas em livros e artigos que abordam temáticas tais quais análise de mercado e produção de habitação social, bem como previsões futuristas do mercado de arquitetura e da produção arquitetônica, em si, com o desenvolvimento da tecnologia e mitigação a crise ambiental.

Num segundo, empregar tecnologias de inteligência artificial, de modo a atualizar metodologias de projeto e produção arquitetônica a partir da criação de narrativas distópicas pertinentes.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho analisou aspectos relacionados à questão habitacional no Brasil, desde sua evolução histórica até sua configuração atual, considerando sua fundamentação como política pública e seu impacto socioeconômico. Investigamos a situação das moradias da parcela média da população, bem como o capitalismo influencia negativamente essa questão, segundo Maskin (2007), que ressaltou as limitações do mercado quando se trata de bens públicos. O estudo destaca a disseminação de modelos mínimos de habitação social, enroupados de *micro living*. Esses são direcionados à população de renda média a baixa. O espaço útil das moradias é continuamente sacrificado em favor dos interesses de mercado, prejudicando a qualidade de vida dos moradores.

No mercado capitalista, o objetivo principal é o lucro, oferecendo várias opções de moradia para atender a diferentes preferências e capacidades financeiras. Dessa forma o *micro living* surge como alternativa para acomodar a crescente população urbana, considerando a escassez de espaço físico. Sua finalidade subjacente, no entanto, é manter a lucratividade da máquina capitalista, desenvolvendo estratégias de mercado que se adaptem às restrições financeiras dos consumidores, permitindo lucrar mesmo com aqueles com recursos limitados e assim resultando frequentemente em condições habitacionais precárias.

Qual é o limite da qualidade arquitetônica ao minimizar continuamente o espaço de uma unidade habitacional? E a partir de onde, a romantização desse tipo de moradia é apenas mais uma tentativa de satisfazer os interesses econômicos de uma classe que detém a maior concentração de capital, afinal os “*tubarões*” do capitalismo são os que mais se beneficiam de uma população acuada,

doente e submissa, em sua busca por maior lucratividade, com a produção em massa de habitações com materiais genéricos, de baixa qualidade e que comprometem sua segurança e o desenvolvimento saudável daqueles que ali habitam.

Considerando as questões tratadas e o nível atual de tecnologia, surge a necessidade de refletir sobre o futuro, sobretudo na falta de ações efetivas para tornar a situação mais humana. Previsões distópicas da ficção científica, antes vistas como distantes da realidade, agora parecem próximas da verdade. Esse contexto particularmente com o uso da realidade virtual, possibilita escapar do ambiente físico e explorar experimentos que visam aumentar a conscientização individual sobre o mundo real. Tal cenário pode incentivar a sociedade a repensar suas ações e enfrentar os desafios globais, ou alternativamente, intensificar a alienação.

O desenvolvimento deste trabalho foi impulsionado pela percepção da hipocrisia na arquitetura, que historicamente tem privilegiado a elite em detrimento das classes sociais mais baixas. Entre os fatores que direcionaram a escolha do tema, destaca-se o engajamento em iniciativas como o Escala EMAU (Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo), onde participei de eventos como o SeNEMAU (Seminário Nacional de Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo). Nessas vivências, foram abordados temas como a democratização da arquitetura de qualidade, a melhoria dos espaços urbanos e a arquitetura participativa, promovendo um envolvimento ativo dos estudantes de arquitetura e urbanismo nas questões políticas relacionadas ao direito à moradia e à produção de habitação social. Adicionalmente, os projetos “Fat Dumb Cities For Sale” (2016) e “The Slab Stack” (2019) do arquiteto Victor Sardenberg, incentivaram a busca por novas perspectivas na arquitetura e urbanismo. Eles abordam conceitos de arquitetura

regenerativa em estruturas que desafiam o público, como no primeiro caso, e criticam a lógica comercial do mercado imobiliário, em ambos os casos.

Outro fator importante foi a frustração enfrentada durante o exercício de projeto de produção de habitação social, especialmente em relação à limitação de espaço. Muitos projetos que ignoram essas limitações e optam por uma arquitetura social menos engessada, mais ampla e ousada, acabam sendo direcionados a públicos mais abastados, contrariando seu propósito original. Essa questão também reflete uma herança problemática do modelo de habitação social aplicado no Brasil, que é, em grande parte, uma réplica de moldes fascistas de moradia. Nesses modelos, a constante repetição de designs e a estruturação rígida visavam impor uma sensação de obediência e ordem no caos social, perpetuando uma lógica de exclusão. Finalmente, a constatação de que muitos trabalhos acadêmicos, com soluções criativas para a habitação social, são negligenciados foi crucial. Isso ocorre por contrariarem os interesses de mercado. Este fato reforçou a necessidade de uma abordagem crítica e definiu o direcionamento deste projeto.

É nesse ensejo que o projeto Embriopod nasce, assimilando essa abordagem ao pensar um espaço de habitação social mínima crítico, quase que caricato, imageticamente baseado no movimento metabolista. Entre os panoramas que se buscam transmitir, encontra-se o aprofundamento do processo de isolamento social físico, não apenas como um fenômeno cultural atual com usuários que optam por se refugiar no mundo digital e com o desenvolvimento de ambientes virtuais imersivos (desde os MMO, Massively Multiplayer Online, ao Metaverso), mas como solução para pandemias e proteção contra intempéries dada a perspectiva muito plausível de uma iminente

catástrofe ambiental prevista pela ciência. Isso representa o prelúdio de uma arquitetura pós-cataclismo. Outro aspecto destacado é o econômico, principalmente a especulação habitacional, que denuncia a priorização do lucro sobre a qualidade de vida, salientando a precariedade do *micro living* e a segregação espacial ao se tratar de um ambiente (capsula) habitacional de 3m²; outro ponto evidenciado é que ao se apropriar de uma galeria comercial em um bairro nobre como Pinheiros, a intervenção resgata a tradição dos cortiços paulistanos, denunciando a especulação imobiliária e a

transformação da moradia em mercadoria. A escolha por um espaço comercial como ponto de partida para a intervenção evidencia a perversão do mercado imobiliário, que transforma tudo em mercadoria, inclusive a moradia. Sendo assim o EmbrioPod assume a classificação de arquitetura parasita, ao nascer de um edifício existente, revelando uma visão oportunista da produção do espaço urbano e desconsiderando aspectos como clima, cultura e, sobretudo, a necessidade de um projeto arquitetônico que valorize a vida e o bem-estar dos seus ocupantes. O projeto, apresentado

como solução à crise habitacional, perpétua desigualdades sociais. Ele transforma o corpo humano em um objeto a ser acomodado em um espaço mínimo e precário. Ao apropriar-se de um espaço já existente, a proposta desconsidera a importância do solo como bem comum e ignora também a falta de um planejamento urbano que considere as diversas necessidades da população.

CAPÍTULO 1 – O PASSADO - A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL, SEU PROCESSO HISTÓRICO, RESPECTIVAS POLÍTICAS PÚBLICAS E CENÁRIOS ECONOMICOS CONCOMITANTES

Na constituição brasileira, lê-se no artigo 6º: "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia (...)", (BRASIL, 2015, p. 6). A verdade incontestável é que, apesar de ser um direito, não é uma realidade para milhares de brasileiras(os). Cerca de 5,8 milhões de famílias vivem em condições de moradia precárias ou não possuem uma, caracterizando o chamado déficit habitacional.

No Brasil, o direito à moradia foi incluído como um dos direitos fundamentais do cidadão brasileiro, quando a Emenda Constitucional n.º 26 foi incorporada em 14 de fevereiro de 2000 à Constituição Federal de 1988. Desde o final do século XIX, já havia a necessidade de intervenção estatal nessas questões, deixar a habitação nas mãos da iniciativa privada, sem controle provou-se ineficaz. Ainda hoje, a questão habitacional é tida como um dos principais problemas urbanos, a habitação é um bem de valor elevado e acesso seletivo, excluindo grupos sociais menos favorecidos economicamente.

Em relação ao entendimento da questão habitacional, é fundamental conhecer a história das políticas públicas envolvidas, de acordo com Lopes (2012), em sua análise da história da produção de habitação popular, em seu tempo oportunizado de pesquisa, dividiu o período de estudo em 5 etapas, esse trabalho irá analisar a trajetória da questão habitacional em 6 fases, complementando a pesquisa de Lopes em sua continuação temporal. A primeira fase, marcada pela intervenção estatal no final do Século XIX, no escopo da habitação, visando combater os danos à saúde

pública e promover o embelezamento municipal. Já a segunda fase é notável pelo início da fabricação de moradias apoiada pelo Estado, que visava estruturar um plano habitacional inovador no país a partir do governo de Vargas. Para terceira, a fase marcada pelo BNH (Banco Nacional de Habitação) na questão habitacional. A quarta, pós-BNH, quando, mesmo com políticas oscilantes, a moradia passou a ser um direito assegurado pela constituição. A quinta, o período do governo Lula até o golpe do governo Dilma, em 2016, aconteceram grandes conquistas e conflitos entre qualidade arquitetônica e interesses econômicos e onde a luta entre uma produção de qualidade arquitetônica e os interesses econômicos. Com a sexta fase, do governo golpista ao fim do governo Bolsonaro, investimentos e programas públicos de habitação social sofreram sucateamento. O começo do novo mandato do presidente Lula, inicia uma sétima fase, porém ainda sem informações suficientes para análise.

1.1 - 1886 – 1930

Essa fase ocorreu a transição do Império para a República Velha, caracterizados pelo coronelismo, associado ao poder dos proprietários rurais, e o segundo, o início do processo de industrialização.

A industrialização foi impulsionada por imigrantes e escravos libertos que migravam do campo para as cidades em busca de emprego, resultando num intenso crescimento de áreas urbanas. As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro foram importantes tanto do ponto de vista histórico quanto do desenvolvimento de políticas de moradia urbana.

Final do século XIX, São Paulo estava passando por um rápido crescimento populacional, abrigando tanto ricos quanto pobres, vivendo lado a lado. No entanto, as condições de moradia dos menos afortunados eram terríveis, com falta

de saneamento básico, água contaminada e higiene precária. Ocasionalmente crises sanitárias, como epidemias de febre-amarela e cólera, e isso foi utilizado como justificativa para a remoção dessas pessoas das áreas urbanas.

Durante esse período, a chegada de imigrantes e a construção de moradias baratas e lucrativas resultaram em cortiços insalubres.

Desde o Código de Posturas do Município de São Paulo de 1886, normas mínimas foram estabelecidas, mas não fiscalizadas. Conforme foi estabelecido e publicado por MOTA (1894) no "Relatório da comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Efigênia", que classificou as diferentes formas de cortiços operários.

A criação de Diretorias e Delegacias sanitárias criminalizava a situação de moradia da classe operária. Os moradores dos cortiços eram frequentemente despejados sem compensação, após desinfecções agressivas com químicos nocivos em suas casas e pertences, levando à demolição ou até à queima da propriedade, conforme relato de Cotrim citado por Bonduki.

"O meio de garantir a inocuidade daqueles pardieiros era destruí-los pelo fogo, providência que foi tomada sem hesitação. A 2 de setembro fui procurado pelo dr. Ferraz, chefe da comissão de Saneamento, que referiu-me haverem aparecido entre os trabalhadores de linha férrea da Cantareira alguns casos da moléstia [...]. Parti imediatamente [...]. Ali chegando, encontrei agasalhados em um rancho dois doentes [...] em outro havia dois cadáveres. Como única medida de saneamento [...] lancei mão do fogo e de combinação com o sr. dr. Ferraz foram destruídos todos os ranchos [...]. Tomei providências para prevenir a disseminação do mal." (COTRIM, 1893, p. 277 apud BONDUKI, 1994, p. 34)

Por lei, os cortiços despejados e demolidos não poderiam ser alugados se não fossem reconstruídos à letra do Código Sanitário de 1894, que efetivamente segregava os

centros urbanos para a classe média no fim do século XIX e começo do século XX. “No entanto, o fato de o higienismo ter transformado suas posturas em leis não significava que essas normas eram obedecidas na prática” aponta Bonduki (1998, p. 39). Pelo contrário, uma profunda separação entre os padrões estabelecidos e a realidade das construções começou a se estabelecer nas cidades.

Apesar das leis e regulamentos, a realidade das construções não se adequava aos padrões. Houve um aumento na construção de edifícios residenciais, mas os aluguéis permaneceram altos, mesmo durante a crise econômica de 1913.

Além das vilas particulares destinadas às classes mais abastadas, surgiram as vilas de empresas, que eram cidades operárias com infraestrutura coletiva, como escolas, igrejas e enfermarias. A Vila Maria Zélia, localizada em São Paulo, é mencionada como um exemplo.

O período de 1886 a 1930 foi marcado pelo crescimento urbano acelerado e pela precariedade das condições de moradia das classes trabalhadoras e o movimento higienista resultou em segregação social e urbanização desigual.

1.2 – 1930 – 1964

Nesse período, fizeram-se intensos esforços para solucionar problemas de habitação não resolvidos pelo movimento higienista. O Primeiro Congresso de Habitação em São Paulo, em 1931, propôs racionalizar a produção habitacional, expandir para áreas periféricas e priorizar funções sobre a forma na arquitetura.

As propostas para tornar a moradia mais barata levaram a população de baixa renda para áreas rurais e periféricas, favorecendo as classes média e alta. Moradias coletivas de boa qualidade foram malvistas, enquanto casas

individuais foram vinculadas à formação familiar e à mulher como dona de casa.

“[...] a casa barata, a casa que poderá ser amortizada com prestações correspondentes ao aluguel, as casas que apontaremos não podem estar situadas na zona urbana, junto ao bonde e ao cinema, e sim na zona rural. Aqui há mais luz, mais ar, um jardimzinho e um quintal, e lá um cubículo infecto [...]” (ARAÚJO, 1942, p. 65-66 apud BONDUKI, 1994, p. 86)

Assim a construção social da unidade familiar ficou atrelada ao espaço físico do lar. Estipulada pelo conceito burguês, cristão, etnocêntrico e patriarcal de família, a partir do qual se passa a codificar o papel das atividades domésticas à mulher, denominada “rainha do lar”, a qual requer residência individual para reinar (BONDUKI, 1998).

“Observando os malefícios da habitação precária para a moradia unifamiliar, vamos encontrar o grande inimigo do pudor e do recato feminino. Convém que a vida da mulher derive numa atmosfera de discricção e de respeito que só se obtém na habitação individual.” (FERREIRA, 1942 apud BONDUKI, 1998, p. 86)

A criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAP) e Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP) visava garantir seguridade social e a assistência médica aos trabalhadores, além de investir em infraestrutura industrial. No entanto, os recursos dos fundos previdenciários arruinados por investimentos imobiliários que não geraram retorno, levando à redução dos investimentos nos planos de habitação.

“[...] Considerando ainda que, dos três segmentos que deveriam contribuir com a previdência, dois deles – o Estado e parte dos empregadores – estavam sempre inadimplentes, foram sobretudo os trabalhadores que financiaram a previdência e, através dela, importantes projetos, estatais e privados, de desenvolvimento econômico.” (BONDUKI, 1998, p.102)

Vargas utilizou os fundos para intervir na saúde e habitação criando as carteiras imobiliárias do IAPI com três planos, Plano A: locação, Plano B: financiamento de moradias

e Plano C: Empréstimos hipotecários.

No período da Segunda Guerra Mundial, houve um aquecimento da atividade econômica nos centros urbanos assim como o aumento dos êxodos rurais, intensificando a especulação imobiliária. O congelamento dos aluguéis, estabelecido pela Lei do Inquilinato em 1942, dessa forma transferindo a responsabilidade da produção habitacional para o proletariado e o Estado. Dessa forma resultando em construção de conjuntos habitacionais pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões e na formação de favelas nas periferias das cidades.

A Lei do Inquilinato (1942) nasceu de um discurso em defesa do trabalhador, a fim de protegê-los de locadores inescrupulosos, e serviu para defesa dos que já pagavam aluguel. No entanto, a diminuição da produção imobiliária, aliada à intensa urbanização, resultou em um tipo de comércio ilegal das poucas residências desocupadas.

Os proprietários resistiram ao congelamento dos aluguéis, que diminuía seus rendimentos. Devido à especulação imobiliária, eles passaram a pressionar inquilinos a se mudarem e cobravam preços altos por móveis e utensílios como parte do novo aluguel. Bonduki (1998, p. 257) aponta que cerca de 45 mil famílias foram despejadas entre 1945 e 1946 nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Ao contrário da formação de favelas no Rio de Janeiro, que começou no início do século, a crise de moradia dos anos 40 levou à formação de favelas em São Paulo. Estas surgiram em terrenos vazios, perto do centro ou de áreas industriais, ao longo dos rios Tietê e Tamanduateí. As casas eram feitas de folhas de zinco, pedaços de caixões e sacos vazios, formando as favelas da Baixada do Penteado, Ibirapuera, Canindé, Ordem e Progresso, Lapa, Vila Prudente, Vila Guilherme, Piqueri, Tatuapé e Vergueiro.

Ao mesmo tempo, trabalhadores da mesma classe

social constroem suas próprias casas em áreas periféricas, um movimento impulsionado pela "descomercialização" da moradia popular. A ação do governo municipal de eliminar favelas das regiões nobres e realocá-las em regiões marginais resultou no estigma da população favelada. Devido à grande quantidade de áreas periféricas disponíveis e à repressão aos moradores de favelas, o crescimento das favelas em São Paulo foi contido até a década de 1970. Bonduki (1998) observa que em 1973, apenas 1,3% dos paulistanos eram favelados.

Outra tipologia de habitação social amplamente desenvolvida no governo Vargas de 1940 foram os Conjuntos Residenciais dos IAP's e pelo Departamento de Habitação Popular em DF na década de 1950, construídos com os incentivos fiscais dos planos A e B. Estes foram precursores dos princípios modernistas.

A Fundação da Casa Popular (FCP) revelou a falha do populismo do governo Vargas em estabelecer uma política habitacional consistente ao país, mesmo se aproximando muito num curto período. O FCP era vista como agência habitacional central, dotada de recursos previdenciários substanciais, e seria responsável pela implementação da política habitacional.

A sustentação da "super agência habitacional" se daria pela fusão de todas as carteiras prediais na forma do Instituto de Serviços Sociais do Brasil (ISSB). Os caracteres redistributivos da criação tanto da FCP quanto do ISSB, iam de encontro com os interesses especulativos das IAP's. Portanto, sofrendo forte resistência à sua implementação. Bem como o setor privado da construção civil temia ver a FCP como concorrente comercial, boicotando seus acessos à matéria-prima de construção.

O fracasso da FCP, é relativo à produção de habitações das IAP's, que em números absolutos é de 143

conjuntos com 18.132 unidades habitacionais em dezoito anos. As IAP's financiaram a edificação de 123.995 unidades habitacionais, excluídos os provenientes do plano C, no mesmo período.

Bonduki estressa como o ISSB precede o surgimento dos Institutos Nacionais de Previdência Social (INPS), e o FCP precede o BNH, advindos de uma ditadura espelhada política anti populista:

“Por esse motivo, a resistência ao ISSB e à FCP foi forte o bastante para impedir qualquer modificação significativa nesta estrutura até 1964, quando uma nova ditadura – agora antipopulista – implantaria, contraditoriamente, um projeto de unificação semelhante ao de Vargas, por um lado extinguindo os IAPs e centralizando a previdência [...]” (BONDUKI 1998, p. 119)

Ocorreram tentativas inovadoras na arquitetura moderna, a exemplo do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, conhecido como “Pedregulho”, projetado por Affonso Eduardo Reidy em 1947. Demonstrando assim a aplicação cuidadosa de princípios arquitetônicos modernos no objetivo de melhorar as condições de moradia. Nesse período ocorreu uma tentativa de solucionar os problemas habitacionais com o objetivo de proporcionar moradia digna para a população de baixa renda. As soluções muitas vezes resultaram na exclusão e marginalização dessa população, além de problemas relacionados à especulação imobiliária e à falta de controle sobre os investimentos nos planos habitacionais.

1.3 – 1964 – 1986

Os conhecimentos adquiridos do pós-período II Guerra Mundial, com os experimentos das IAP's, da FCP e do ISSB, reformularam a estrutura do BNH e determinaram preceitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A exemplo da correção monetária nos financiamentos

habitacionais.

Os incentivos criados pelo congelamento dos aluguéis com a Lei do Inquilinato, como a violência dos proprietários, pressionando os inquilinos; acrescidos aos incentivos fiscais de desenvolvimentos em lotes periféricos e a propaganda ideológica da aquisição da casa própria; precipitaram a expansão territorial da cidade de São Paulo. A aquisição da casa própria virou objetivo obstinado da classe trabalhadora da cidade.

As primeiras vilas de autoconstrução em loteamentos periféricos eram desconectadas da rede de serviços urbanos oferecidos nos centros, de onde muitas vezes os mesmos moradores haviam sido desalojados. A falta de fiscalização dos empreiteiros loteadores no começo do século XX, acarretou a demarcação dos lotes dirigidos às classes mais pobres, com acessos subdimensionados em ruas “particulares”, sem condições de acomodar serviços urbanos.

Em razão da precarização e da negligência governamental da periferia, houve crises das habitações. Forçando a necessidade da intervenção estatal para manutenção da produção da mão de obra trabalhadora operária. Assim, o surgimento da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTCC), que não dá conta de atender a constante expansão horizontal da cidade de São Paulo.

O governo ditatorial assumido a partir de 1964, utilizou de instituições estatais para atender aos serviços urbanos, tais quais a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT), a Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos (EBTU), a Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), o Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

Contudo Botega (2007), explora a natureza dos interesses capitalistas serem priorizados pelos militares para atender às extensas obras ainda demandadas da continuada

crise habitacional:

“Exemplo disto foi à medida que obrigou as prefeituras a elaborar planos urbanísticos para os seus municípios, o que era positivo, mas a condição de serem qualificadas para a obtenção de empréstimos junto ao Serviço Federal de Habitação e Urbanismo era de que estes deveriam ser elaborados por empresas privadas. Até mesmo as cobranças das prestações devidas estavam a cargo de uma variedade de agentes privados, companhias habitacionais, iniciadores, sociedades de crédito imobiliário, entre outros, [...]” (BOTEGA, 2007, p. 68)

Os financiamentos propiciados pelo BNH intensificaram o incentivo à propriedade privada individual. Divorciando, permanentemente, a política de habitação social, da produção científica e metodológica moderna, dos Conjuntos Residenciais dos IAPs. A qualidade arquitetônica das construções da Nova República foi sucateada pela repressão popular dos militares.

Conflito dos interesses financeiros dos pensionistas, com interesse social da moradia digna, se resolve com o definhamento da dignidade da moradia para aumentar os retornos dos banqueiros responsáveis pelos financiamentos. Bonduki (1998) diz que produção habitacional nas décadas de 1960 a 1980 como: “projetos medíocres, uniformes, monótonos e desvinculados do meio físico e da cidade, uma intervenção urbanística muito inferior à dos IAPs.”

Boa parcela da população que assumiu a produção de suas próprias residências, não teve acesso aos financiamentos do BNH, iluminando mais uma vez, como os incentivos financeiros, ao detrimento do papel social da habitação, beneficiam apenas as classes médias e altas, da mesma forma que ocorreu com algumas produções das IAP e do FCP.

1.4 – 1986 – 2003

Nesse período, ocorreu uma quarta fase da política-habitacional no Brasil, marcada por incertezas e esvaziamento da política nacional de habitação. Não é sem razões que Lopes (2012), caracteriza essa época como “a fase das incertezas”, afinal, essa etapa foi marcada por uma “profunda crise interna do setor habitacional com a extinção do BNH, que foi incorporado à Caixa Econômica Federal em 1986” (Oliveira, 2013). A responsabilidade habitacional e as políticas urbanas foram descentralizadas, passando para diferentes órgãos federais como o Banco Central e a Caixa Econômica Federal.

“A Caixa Econômica Federal – um banco de primeira linha – tornou-se o agente financeiro do SFH, absorvendo precariamente algumas das atribuições, pessoal e acervo do agora antigo BNH. A regulamentação do crédito habitacional passou para o Conselho Monetário Nacional, tomando-se, de modo definitivo, um instrumento de política monetária, o que levou a um controle mais rígido do crédito, dificultando e limitando a produção habitacional.” (BONDUKI, 2008, p. 76)

Vale ressaltar, a autonomia das esferas municipais e estaduais na produção habitacional, visto que a Constituição de 1988, tornou a moradia uma atribuição concorrente dos três níveis de governo, assim “Municípios e Estados, além da própria União lançaram programas habitacionais financiados com fontes alternativas, em particular recursos orçamentários, adotando princípios e pressupostos diversos dos adotados anteriormente.” (Bonduki, 2008). O governo estava se desintegrando continuamente, enquanto programas de moradia alternativos superavam o sistema convencional e tinham mais liberdade para agir.

A instabilidade nos departamentos encarregados de assuntos urbanos, marcada por mudanças contínuas de ministérios e falta de coordenação, foi clara. Além disso, as políticas de habitação foram gravemente prejudicadas

durante o governo Collor (1990-1992), com suspeitas de corrupção e paralisação dos empréstimos habitacionais do FGTS entre 1991 e 1995.

“Decisões políticas equivocadas e marcadas por suspeitas de corrupção, como uma liberação de contratos acima da capacidade do FGTS no governo Collor em 1990, levou a uma paralisação total dos financiamentos com recursos do FGTS entre 1991 e 1995. (BONDUKI, 2008, p. 76)”

Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi presidente do Brasil de 1995 a 2003. Seu governo é lembrado pela estabilidade financeira, em grande parte devido ao sucesso do Plano Real. Apesar desse plano ter sido posto em prática durante o governo de Itamar Franco (1992-1995), foi FHC, então Ministro da Fazenda, quem o coordenou. Ele e um grupo de economistas conseguiram controlar a hiperinflação que afligia o país, melhorando o poder de compra da população e reformando setores econômicos. Isso aumentou a popularidade de FHC, levando à sua vitória nas eleições de 1994 e 1998.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2003, a Secretaria de Política Urbana (SEPURB) foi estabelecida para organizar o desenvolvimento urbano e definir políticas financeiramente acessíveis à população. Programas habitacionais como o Pro-Moradia e o Habitar-Brasil foram implementados, possibilitando a reurbanização de áreas residenciais, financiamento familiar direto e melhorias no mercado de habitação.

Embora muitos tenham se beneficiado, a qualidade da produção imobiliária sofreu, já que os programas incentivaram a criação de moradias informais e de baixa qualidade, resultando no crescimento de favelas. De 1995 a 1999, das 4,4 milhões de casas construídas no país, somente 700 mil foram consideradas moradias formais, financiadas pelo setor privado ou público. O restante foi construído pela própria

população. Isso destaca a distinção entre legalidade e ilegalidade habitacional durante o governo FHC, comumente associada a favelas e cortiços.

1.5 – 2003 – 2016

Após sua posse em 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, criou o Ministério das Cidades, em detrimento da SEDU (Secretária Especial do Desenvolvimento Urbano), com o objetivo de combater as desigualdades sociais, melhorar moradia. O país enfrentava um déficit habitacional alto, com 6,65 milhões de pessoas em situação precária de moradia, sendo grande maioria os de baixa renda.

“A criação do Ministério das Cidades no Governo LULA constituiu um fato inovador nas políticas urbanas, pelo fato de ser o resultado do clamor do movimento formado por profissionais, lideranças sindicais e sociais, ONGs, intelectuais, pesquisadores e professores universitários.” (SOUZA, 2005, p. 80)

O governo Lula (2003-2011), teve como foco, as políticas sociais. Ajustando crescimento econômico com atenção às demandas sociais, caracterizado por um foco nas políticas sociais, tornou em parte como social-democrata, mesmo não ter feito uma ruptura completa com o capitalismo.

No ano de 2004, surge a Política Nacional de Habitação (PNH) com o objetivo de facilitar o acesso à moradia, visando a população de baixa renda, e fortalecer o planejamento urbano. Foi estabelecido o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) o Plano Nacional de Habitação (PlanHab) e o Conselho das Cidades (ConCidades). O ConCidades através de suas Conferências Nacionais das Cidades, que ocorrem em etapas municipais, estaduais e nacionais, as discussões incidem sobre a questão urbana, com avaliações nas áreas de habitação, saneamento ambiental, programas urbanos, trânsito, transporte e

mobilidade urbana, participação popular e gestão pública desenvolvidos no Governo Federal, Estadual e Municipal.

Dentre os avanços na Política Habitacional, o mais significativo, foi a criação do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), em março de 2009. Em 2008, uma crise financeira internacional (crise dos Subprimes) assolava o mundo e, nesse contexto de graves efeitos econômicos, vê-se uma oportunidade para as políticas do setor habitacional.

“Isso é um programa adicional, é um programa quase que emergencial, como resposta de um lado para cumprir um enfrentamento à crise econômica mundial, resolver parte dos problemas da moradia de alguns brasileiros e, ao mesmo tempo, fazer com que a gente gere muitos empregos, para gerarmos renda e para gerarmos uma movimentação maior na economia brasileira. Todo mundo sabe que esse é o objetivo.” (BRASIL, 2009, p. 3)

O PMCMV retomou o investimento estatal direto em habitação duas décadas após a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1986 (EUCLYDES, 2022) e sua criação teve como objetivo resolver parte dos problemas do déficit habitacional, ao mesmo tempo, em que buscava gerar empregos, renda e assim movimentar a economia brasileira. O programa durou onze anos e foi organizado em três fases: PMCMV-I, entre os anos 2009-2010, com meta de um milhão de habitações construídas; o PMCMV-II, 2011 - 2014, com meta de dois milhões; e o PMCMV-III, iniciado em 2016 e encerrado com a extinção do programa em 2021, o qual tinha meta de entregar outros dois milhões de moradias.

Até o ano de 2016, 11 milhões de pessoas foram beneficiadas e 3.248.672 moradias entregues (Brasil, 2017b). Na gestão de Lula, foram contratadas cerca de 1 milhão de moradias e, na gestão seguinte, outras 2,7 milhões. Em suma, no período de 2009 a meados de 2018, o PMCMV apresenta duas tendências, na primeira há um substancial aumento no número de moradias contratadas e no orçamento correspondente. Em seus quatro primeiros anos, foi

registrada uma média anual de 584 mil habitações contratadas, com orçamento previsto de R\$ 69 bilhões (Euclides et al, 2022). Na segunda, Entre 2014 e 2018, 428 mil unidades habitacionais foram contratadas anualmente (redução de 27%), ao custo de R\$ 62 bilhões.

Como evidenciado, a gestão seguinte ao governo Lula, deu continuidade a política de habitação social implementada, bem como ao PMCMV, trata-se do governo de Dilma Rousseff, 2011-2016, um governo de importância histórica por tratar-se da primeira presidente mulher do Brasil.

Dilma Vana Rousseff, foi a 36ª Presidente do Brasil, seu governo foi marcado pela crise econômica de 2014, diversos protestos em escala nacional e pelo golpe de 2016. Há de se destacar que seu governo foi o que mais entregou unidades habitacionais provenientes do PMCMV e que as políticas econômicas adotadas (PINTO et al, 2016) travaram o processo de acumulação (de capital), refletindo as contradições do processo de produção e reprodução do capitalismo brasileiro, culminando no esforço coletivo da elite econômica em descredibilizar a presidenta eleita a ponto de pôr em andamento o processo de impeachment.

“Os dois anos iniciais do primeiro governo Dilma foram marcados por algumas medidas contundentes como, entre outras, a demissão de ministros envolvidos em corrupção, a redução das taxas de juros, a desvalorização cambial e modificações nos programas de concessões etc. A presidenta “Coração valente” parecia querer enquadrar os políticos, os partidos e o Congresso Nacional (a cena política), a burocracia de Estado e até os setores dominantes (bloco no poder) brasileiros (banqueiros, empreiteiros, industriais e proprietários do agronegócio).” (PINTO et al, 2016, p. 21)

Num cenário de protestos e manifestações contrárias a presidenta e a exasperação da crise político-econômica, é afastada por 180 dias em 12 de maio de 2016, devido à instauração do processo de impeachment, que se deu com o

pretexto de irregularidades fiscais, e finalmente, teve seu mandato decisivamente cassado em 31 de agosto de 2016.

1.6 – 2016 – 2022

A sexta fase, teve início no dia 12 de maio de 2016, quando, o vice-presidente da República, Michel Temer, assumiu interinamente o cargo de Presidente da República após o afastamento temporário da presidenta Dilma Rousseff, em decorrência da aceitação do processo de impeachment pelo Senado Federal. Finalizado o processo, no dia 31 de agosto do mesmo ano, Temer assumiu o cargo de forma definitiva. Marcando dessa forma o fim do ciclo petista e a transição para políticas.

Houve um desmantelamento contínuo de programas e avanços sociais, incluindo a extinção de ministérios e a redução de recursos para a habitação. O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) foi gradativamente descontinuado, causando dificuldades para famílias em busca da moradia própria.

Em 2016, foi a criação da Faixa 1,5, a qual passava a abranger famílias com renda econômica de até R\$ 2.600,00, a fim de suprir o esvaziamento da Faixa 1, fazia-se exigência de uma empregabilidade formal, marginalizando a maior parte do grupo que compunha o déficit habitacional. A política habitacional é dominada por interesses mercadológicos, com as novas medidas, o alcance de preços de imóveis a serem financiados com o fundo, passou de R\$ 950 mil para R\$ 1,5 milhão, num cenário onde o valor médio do metro quadrado, em 2016, de acordo com a FipeZap¹, era de R\$ 7.662,00, e o teto da renda familiar para obtenção do financiamento via PMCMV passou de R\$ 6,5 mil para R\$ 9 mil.

"A política urbana e as cidades brasileiras sofreram sérios e graves retrocessos. Estamos diante da desconstrução do direito à cidade, expressa no desmonte de conquistas sociais alcançadas ao longo das últimas décadas, no avanço da intolerância e da violação dos direitos humanos, e nos retrocessos no campo da democracia e da participação social nas políticas públicas" (SANTOS JUNIOR et al, 2020, p.5)

A política de austeridade fiscal adotada pelo governo federal foi centrada na redução da participação do Estado nos gastos sociais. Ou seja, a austeridade dos gastos públicos direciona-se seletivamente para os gastos sociais, não incidindo sobre o serviço da dívida, nem sobre outros setores de interesse das elites financeiras.

Com a escusa de retomar o crescimento econômico, em 15 de dezembro de 2016, o Governo Temer lança mão de uma de suas mais polêmicas Proposta de Ementa Constitucional, a PEC nº 241/2016, limitando os gastos públicos por 20 anos, impedindo que o sistema constitucional de proteção social (que inclui saúde, previdência e assistência sociais) funcionasse de maneira adequada às necessidades da população (SOUZA e HOFF, 2019).

Essas ações trouxeram resultados pra manutenção do capitalismo brasileiro, onde a desigualdade e a pobreza, estão intimamente vinculadas, afinal, a exploração é constituinte da dinâmica econômica do modo de produção capitalista como expressa Rufino, (2017), pois de acordo com o IBGE, a parcela da população pobre no Brasil, no primeiro ano do governo Temer subiu, chegando a 26,5% do total da população, 54,8 milhões de brasileiros (entendendo-se como pobres, de acordo com a métrica do Banco Mundial, todos aqueles que vivem com menos de US\$5,50 por dia, ou seja, R\$ 406,00 por mês). O número de pessoas em estado de

pobreza extrema cresceu, abrangendo um contingente de 16,9 milhões de pessoas, segundo o IBGE, uma parcela de 7,4% da população (também utilizando a métrica do Banco Mundial para fazer o recorte, definindo pessoas em estado de extrema pobreza, aquelas que vivem com menos US\$1,90 por dia, ou R\$ 140,00 por mês).

A sociedade brasileira passa talvez, então, pelo seu cenário de maior divisão: esquerda e direita passam a estabelecer não somente divisões partidárias, como também rompimentos de laços de amizade e familiares, é em meio a isso que surge a figura do populista Jair Messias Bolsonaro, deputado federal desde 1991 no Rio de Janeiro, ganhou imensa notoriedade por representar valores conservadores, passando a representar a extrema direita brasileira.

Assim, baseando sua campanha fortemente em propagandas através das redes sociais, com discursos inflamados contra minorias e aliciando o medo contra uma ameaça comunista que era representada no imaginário da população pelos petistas em oposição (Phillips e Phillips, 2018), o antigo capitão do exército, que havia sido preso e desligado das forças armadas em 1986 (Aragão, 2022) conquistou uma sólida rede de seguidores.

Em outubro de 2018, após ter lançado sua campanha para presidência da República através do Partido Social Liberal (PSL), Jair Bolsonaro representado pela extrema direita, vence as eleições presidenciais com base em discursos inflamados e propagandas nas redes sociais. Seu governo é marcado pela polarização política e oposição a políticas sociais.

¹ Segundo o Índice FipeZAP, que realizou uma pesquisa em 20 cidades brasileiras, dentre elas São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA)

e Goiânia (GO), acompanhando os preços de imóveis residenciais e comerciais. A pesquisa é realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe, com base em informações de anúncios de imóveis

(apartamentos prontos, salas e conjuntos comerciais de até 200 m²) para venda e locação veiculados nos portais ZAP+.

Problemas surgiram no Brasil como no mundo com a crise da Covid 19, uma pandemia, causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, que se espalhou pelo mundo de uma forma sem precedentes, matando milhões de pessoas e com sérias consequências não somente para a área da saúde como também para economia, alterando percepções sociais e comportamentais (Zoumpourlis et al, 2020).

Devido a essas incursões, pode se dizer que a economia brasileira passou por três fases no período de 2019 a 2022, uma fase de estagnação, uma fase de crise da covid e uma crise de recuperação na reta final (Lupion, 2022). A primeira fase, corresponde ao ano de 2019, primeiro ano de gestão, onde a inflação permaneceu sob controle e o desemprego apresentou uma melhora irrisória, vale destacar que os números de empregos informais tiveram a maior expressividade nessa melhora, em geral, pode-se dizer que foi um fraco crescimento econômico, cenário muito diferente da segunda fase, que com o começo da pandemia em 2020, lança o país numa recessão, fazendo com que muitos perdessem suas fontes de renda e que o desemprego subisse. A pobreza só não atingiu limites catastróficos por conta do auxílio emergencial, medida que o presidente, inicialmente, mostrava resistência em aderir (Sampaio, 2020).

Em 2021, com a guerra na Ucrânia o preço dos combustíveis no mercado internacional subiu, afinal, a Petrobras acompanhou a flutuação e a inflação disparou devido à desorganização das cadeias produtivas globais (Lupion, 2022). Em 2022, ano de campanha eleitoral, o governo anuncia um grande pacote de gastos públicos em nível nacional e redução de tributos, assim acontece uma

melhora na economia, se dá a terceira fase, a qual Lupion chama de fase de recuperação, com crescimento econômico, queda do desemprego e aumento da renda. Esse movimento acompanha a retomada da economia de outros países com a atenuação da pandemia da Covid-19.

Na questão da habitação, o governo cortou o orçamento do PMCMV a níveis inéditos, o investimento em 2019, foi de R\$ 4,6 bilhões e em 2020 o gasto final foi de R\$ 2,54 bilhões, desde sua criação em 2009, até o fim de 2018, antes de Bolsonaro chegar à Presidência, o investimento anual destinado ao programa era de, em média, R\$ 11,3 bilhões, fazendo com que ativistas sociais sugerissem que o governo se beneficiou da crise sanitária da Covid-19. para consolidar o desmonte do PMCMV (Giovanaz, 2021).

O Governo Federal, então, promoveu mudanças na legislação e lançou em 25 de agosto de 2020, o programa habitacional Casa Verde e Amarela, sem ouvir as demandas sociais, o que despertou críticas de movimentos populares que atuam na área (Giovanaz, 2021). A principal reclamação das entidades diz respeito ao fato de que o novo programa não previu a construção de novas casas para a população mais vulnerável e limite de faixa de renda das famílias foi modificado. O Grupo 1 Urbano, que no programa anterior era de R\$ 1,8 mil por mês para a aquisição subsidiada, subiu para R\$ 2,4 mil mensais; enquanto o Grupo 1 Rural subiu de R\$ 24 mil anuais para R\$ 29 mil por ano. Além disso, os limites de renda subiram para o Grupo 2, de R\$ 4 mil para R\$ 4,4 mil mensais; e do Grupo 3, de R\$ 7 mil para R\$ 8 mil mensais (Brasil, 2022).

O Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), promoveu em seus portais de prestações de contas que entregou, entre 2019 e 2022, aproximadamente 1,6 milhão de moradias por meio do Programa Casa Verde e Amarela. (Brasil, 2022),

Nas eleições de 2022, Bolsonaro pleiteou a reeleição, porém perdeu nas urnas para Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no segundo turno, que alcançou 50,90% dos votos válidos, assim é o primeiro Presidente ocupante do Planalto a perder uma disputa pela reeleição desde a redemocratização instituída em 1997.

A análise das diferentes fases da política habitacional no Brasil, desde 1886 até 2022, revela uma evolução marcada por desafios e transformações significativas. Desde o período do coronelismo e início da industrialização até as iniciativas para enfrentar os problemas habitacionais nas décadas seguintes, cada fase apresentou suas peculiaridades e contribuições para o cenário urbano brasileiro. A descentralização das responsabilidades habitacionais e a busca por soluções para a desigualdade social e o déficit habitacional foram pontos centrais em diversas etapas. No entanto, a fase mais recente, a partir de 2016, marcou uma transição para políticas neoliberais, com implicações significativas para a habitação e o desenvolvimento urbano, refletindo um contexto de mudanças políticas e ideológicas no país. Diante desse panorama, é eficaz atentar para os desafios e oportunidades que se apresentam para a próxima etapa da política habitacional no Brasil, visando a construção de cidades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

CAPÍTULO 2 - PRESENTE - A ANÁLISE DA PRODUÇÃO ATUAL DE HABITAÇÃO POPULAR, MICROLIVING E A ATUAÇÃO DO MERCADO CAPITALISTA IMOBILIÁRIO.

A produção de habitação social no Brasil, mostra que, desde a época do fim do império até os dias atuais, a maioria absoluta da habitação social proveniente do governo, apesar de ser um item de caráter social, buscou atender demandas de mercado, ou seja, os interesses econômicos sempre foram superiores e sempre tiveram a vantagem. Mesmo com esforços do governo e instituições para combater o déficit habitacional e promover a moradia digna, ainda há uma demanda crescente por habitação adequada, especialmente para as camadas mais vulneráveis da população.

Para uma análise realista da habitação social, é essencial se entender certas constantes, como escassez de recursos financeiros. A falta de investimentos adequados tem sido um desafio constante, limitando a quantidade e a qualidade das unidades habitacionais. Tem ainda a burocracia e a morosidade nos processos de licenciamento e aprovação de projetos habitacionais são obstáculos para a implementação eficiente das políticas. A complexidade dos trâmites legais e a falta de agilidade nos processos burocráticos dificultam a entrega rápida de moradias.

A falta de infraestrutura básica, como acesso a serviços públicos, transporte e equipamentos comunitários, comprometem a qualidade de vida dos moradores, (Euclides et al 2022). A localização inadequada dos empreendimentos em áreas distantes dos centros urbanos e com pouca oferta de empregos dificulta a inclusão social e a mobilidade dos beneficiários (Rolnik et. al 2011). Participação insuficiente das comunidades beneficiárias (Cavalheiro et al, 2022) e a ausência de canais de diálogo e de mecanismos efetivos de participação popular compromete a sustentabilidade e a

apropriação dos empreendimentos pelos próprios moradores. Projetos de qualidade visam abordar essas questões, mas ainda representam grandes desafio nas produções de habitação social

2.1 – O capitalismo na produção de habitação social e a atuação do mercado imobiliário

Erminia Maricato diz que “a habitação é uma mercadoria especial” (Maricato, 1997) com “produção e distribuição complexas”, mas uma mercadoria, a partir disso pode-se inferir porque Nelson (2018) afirma que no sistema capitalista, a oferta habitacional é fortemente influenciada pelas forças do mercado, afinal, uma mercadoria tende a ser regulada pelas forças do mercado, mais especificamente, o mercado imobiliário que geralmente concentra a sua produção em habitações de maior valor e com maior potencial de lucro, deixando de lado a produção de moradias acessíveis para as camadas de menor renda da população.

No capitalismo, a habitação é vista como mera mercadoria, o que consiste na condição da capacidade de pagamento. Aqueles que tem recursos financeiros podem obter moradia, enquanto os trabalhadores mais carentes enfrentam dificuldades nesse sentido. É claro que Maricato, em seu discurso não quer corroborar com um sistema que se conforma com a desigualdade das condições de moradias para com aqueles que não tem condições de pagar por um imóvel de qualidade, sua intenção é explicitar a forma como a habitação é tratada no contexto da época e que ainda é o atual, ao afirmar que a habitação é uma mercadoria, ela explicita as complexas condições da mercadoria moradia e sua relação “com a terra, pois cada novo edifício exige um novo solo. No reino da propriedade privada, a produção de cada moradia exige a superação do que pode constituir um obstáculo, a vontade do dono da terra.” E que “a casa não é

uma ilha na cidade. Ela é parte do espaço urbano” (Maricato, 1997)

Apesar do Estado ter implementado políticas e instituições para a questão habitacional, não conseguiram resolver completamente o problema. O que torna o sistema capitalista questionável quanto o suprimento adequado a necessidade habitacional dos trabalhadores. A questão da carência e escassez de habitação continua sendo um ponto de divergência e debate nessa área.

Segundo Orlando Cariello (2011), arquiteto e urbanista, foi concluído que as medidas tomadas pelos governos tanto militares quanto pelo período liberal de Fernando Henrique Cardoso não resolveram o problema da falta de moradia na sociedade brasileira. Pelo contrário, contribuíram para o aumento do déficit tanto em termos de quantidade quanto de qualidade de moradias, resultantes no crescimento das favelas e agravando a carência da população em relação a esse direito fundamental. Ainda de acordo com o autor, a política utilizada através desses governos colaborou para o aumento da escassez de habitação como cooperaram no aprofundamento os problemas habitacionais no Brasil.

Segundo Bonduki (1998), quanto ao empobrecimento da população brasileira e a relação disso com o rebaixamento da qualidade e do tamanho das moradias e com sua implantação em áreas mais baratas, o BNH contribuiu para afastar as camadas populares do programa estatal e reforçar a tentativa de solução do problema habitacional pela autoconstrução em loteamentos na periferia das cidades e em favelas.

O que se percebe é que a oferta habitacional no capitalismo, no quesito de moradias dignas e acessíveis, é mais pautada nas possibilidades de enriquecimento de incorporadores, credores e proprietários fundiários, em vez de

priorizar a sobrevivência e dignidade da população mais carente. Conforme Nelson (2018), a busca pelo lucro no capitalismo impede a efetivação de moradias de qualidade acessíveis para todos.

É importante resgatar que na Constituição Federal em seu Artigo 6º, a questão da moradia é tida como sendo um direito social fundamental aos indivíduos, o que Guedes (2018) reforça que é necessário garantir o acesso à moradia digna para todos os cidadãos, independentemente de sua renda. Guedes (2018) ainda reforça que é responsabilidade do Estado, promover políticas habitacionais que atendam às necessidades da população que superem as limitações impostas pelo mercado imobiliário, porém não é o que acontece na prática.

É possível analisar a produção de habitação social no Brasil, considerando tanto as demandas do mercado quanto a necessidade de garantir moradia digna para todos. A polêmica surge da tensão entre os interesses do mercado, que busca o lucro, e a necessidade de promover a inclusão social e o acesso à moradia para as camadas mais vulneráveis da população (Guedes, 2018).

A carência habitacional é um dos maiores problemas sociais no Brasil e segundo D’Otaviano (2022) e é o resultado da nossa extrema desigualdade social. Sem uma renda adequada, grande parte das famílias brasileiras não tem acesso a uma moradia com condições mínimas adequadas, tais como: espaço físico confortável, ventilação e iluminação eficientes e infraestrutura urbana e de transportes de qualidade, entre outros aspectos.

É importante observar que na moradia do indivíduo, são desenvolvidas atividades cotidianas necessárias à sobrevivência e a manutenção dos usuários.

Sendo muito mais que estrutura física, é uma necessidade humana básica.

No entanto, para o sistema capitalista a habitação tem valor de troca, é uma mercadoria que pode ser vendida como outra qualquer, ou seja, a habitação ocupa um lugar importante no ciclo de reprodução do capital, dificultando o acesso da classe trabalhadora à moradia adequada. (SAKATAUKAS e LEITÃO, 2017, p. 3)

O problema habitacional no Brasil, é confirmado com o surgimento das favelas e de loteamentos irregulares, e o Estado por sua vez, interfere de forma superficial, com políticas insuficientes. Conforme Sakataukas e Leitão (2017), dessa forma resta à população de baixa renda os lugares distantes do centro, desprovidos de infraestrutura urbana, sobrevivendo em condições precárias, como favelas, cortiços, palafitas entre outros.

É importante observar a questão do mercado imobiliário e sua influência nas políticas habitacionais, afinal, é evidente que empreendimentos de alto padrão, são priorizados, visando as pessoas com maior poder aquisitivo e dessa forma limitando a produção de moradia acessível para as pessoas de baixa renda.

No caso da moradia, bem que não só se constitui como fator essencial para reprodução social, mas que tem adquirido grande importância como mercadoria e ativo financeiro, o modo de regulação tem levado às políticas sociais um predomínio de uma racionalidade mercadológica. Isto, por si só, já estabelece contradições profundas no seio de qualquer política social que já tem sido constituída como sendo aquela direcionada para o contingente populacional excluído da esfera do consumo. (ARAGÃO, 2022, p. 769)

Principalmente no contexto capitalista, o impacto tende a ser significativo para esse nível de população, devido às dinâmicas do mercado como oferta e demanda, especulação imobiliária e a busca incessante pelo lucro, fazendo com que as moradias acessíveis não contemplem as pessoas de baixa renda.

Considerando que a moradia é um bem que também é sujeito à lógica de mercado, devemos

distinguir a categoria denominada demanda habitacional. Nesse sentido, entendemos que a demanda habitacional é caracterizada pela quantidade de famílias que buscam comprar ou alugar uma habitação no mercado imobiliário formal. O pressuposto para que um indivíduo ou família seja considerado demanda é possuir capital necessário para se integrar a um mercado. Como consequência, todos que não se enquadrarem nesse parâmetro deixam de ser demanda, apesar de continuar possuindo necessidades habitacionais. (ARAGÃO, 2022, p. 770).

A operação do mercado imobiliária tende a privar famílias de baixa renda do acesso a moradias adequadas, resultando na perpetuação da desigualdade social.

Outro ponto a ser questionado é a segregação espacial que desempenha um papel importante. A falta de oportunidade econômica e acesso a serviços básicos em determinadas áreas urbanas, que também contribui para a valorização imobiliária, que dessa forma acabam por expulsar pessoas de seus espaços, deslocando a população de baixa renda para áreas periféricas e marginalizadas, que tem uma infraestrutura precária e difícil acesso a serviços essenciais.

A elevação dos preços da terra resultado de uma especulação imobiliária cada vez mais intensa, tem transformado o espaço urbano num palco de disputas e interesses divergentes, excluindo a parcela da população que não tem condições de arcar com as despesas do mercado habitacional. Assim, o que deveria garantir a igualdade tem revelado seu lado mais perverso o da exclusão social. (MONTEIRO E VERAS, 2017, p. 9)

De acordo com Balena (2023), os anos de 2021 e 2022 foram considerados ótimos para o mercado imobiliário brasileiro, seus indicadores favoráveis em lançamento e unidades vendidas, além de um recorde histórico no montante destinado ao financiamento imobiliário com taxas de juros menores no país. No entanto, esses dados apresentam conflitos quando contrastados com o retorno do país ao mapa de fome no mesmo período.

A produção de habitação popular no Brasil quando tem em vista a priorização de geração de lucro e atendimento de exigências do mercado imobiliário apresenta desafios e características que impactam sua efetividade e alcance, com isso, faz- e se necessário uma criteriosa análise de pontos como: déficit habitacional; programas governamentais; qualidade das unidades habitacionais; localização e infraestrutura; participação do setor privado e regularização fundiária, os quais geram as análises a seguir:

2.1.1 - Déficit Habitacional:

De acordo com a Fundação João Pinheiro (2018), o déficit habitacional é um conceito que tem dados de sustentação aos indicadores que buscam estimar a falta (déficit) de habitações e/ou existência de habitações em condições inadequadas como noção mais ampla de necessidades habitacionais, está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias.

Engloba aquelas sem condições de serem habitadas em razão da precariedade das construções ou do desgaste da estrutura física e que por isso devem ser repostas. Inclui ainda a necessidade de incremento do estoque, em função de coabitação familiar forçada (famílias que pretendem construir um domicílio unifamiliar), dos moradores de baixa renda com dificuldades de pagar aluguel nas áreas urbanas e dos que vivem em casas e apartamento alugados com grande densidade. Inclui-se ainda nessa rubrica a moradia em imóveis e locais com afins não residenciais. O déficit habitacional pode ser entendido, portanto, como déficit por reposição e déficit por incremento de estoque. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018 p. 20)

De acordo com Fundação João Pinheiro (2021) e seguindo a tabela com a síntese dos indicadores de Déficit Habitacional, apresentam-se os componentes e subcomponentes do déficit habitacional, neles observa-se itens tais quais: habitação precária quem tem uma

participação de 1.482.585 (25,2%) nesse contexto, e que pode ser ainda sub classificado em os domicílios rústicos: 696.849 (11,9%) e domicílios improvisados 785.736 (13,4%). Já na condição de Coabitação o montante é 1.358.374 (23,1%), nesse campo encontram-se unidades domésticas conviventes: déficit: 1.261.407 (21,5%) e domicílios cômodos: 96.968 (1,7%). Ainda faz-se necessário a observação do ônus excessivo com aluguel: 3.035.739 (51,7%), assim totalizam no Déficit Habitacional: 5.876.699 (100%).

Componentes e subcomponentes do deficit habitacional	
Habitación precária 1.482.585 (25,2%)	Domicílios rústicos: 696.849 (11,9%)
	Domicílios improvisados: 785.736 (13,4%)
Coabitação 1.358.374 (23,1%)	Unidades domésticas conviventes deficit: 1.261.407 (21,5%)
	Domicílios cômodos: 96.968 (1,7%)
Ônus excessivo com aluguel: 3.035.739 (51,7%)	
Deficit Habitacional: 5.876.699 (100%)	

Figura 1: fonte: Dados Básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por amostra de domicílios contínuo (PnadC) – 2019: Cadastro Único (CanUnico) – Data de extração: 14/11/2020. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi), 2021, p. 8.

Apontar somente a composição do déficit não é a tarefa mais importante, mas sim compreender o porquê da persistência de números tão altos, com uma flutuação tão baixa, mesmo com o surgimento de programas de habitação social reconhecidos por um sucesso considerável e com números expressivos de entrega de unidades habitacionais, tais como o Minha Casa Minha Vida (PMCMV), e isso pode ser explicada por uma série de fatores complexos e inter-relacionados, como pesquisadores têm se dedicado a analisar e entender essa problemática, oferecendo contribuições relevantes para o diagnóstico da situação, sendo os principais o enfoque na quantidade em detrimento da qualidade e dessa continua inadequação das moradias (Silva e Ribeiro, 2015), carência de infraestrutura adequada

(Santos e Rolnik, 2018), desigualdades regionais (Arretche, 2012), processos de seleção e critérios de elegibilidade (Fernandes e Rolnik, 2019) e questões de manutenção e sustentabilidade (Montandon e Pinheiro, 2016).

Esses são apenas alguns fatores que abordam aspectos relacionados a permanência do déficit habitacional. É importante destacar que a problemática é complexa e envolve diversas dimensões, e que muitos pesquisadores também têm contribuído com análises e perspectivas valiosas sobre o tema.

Assim podemos declarar que o déficit habitacional no Brasil é significativo, existem milhões de famílias vivendo em condições precárias ou inadequadas. A produção de habitação popular busca enfrentar essa questão, porém, a demanda ainda supera a oferta.

2.1.2 - Qualidade das Unidades Habitacionais

Como um dos pilares fundamentais para a promoção de inclusão social e garantia de direito à moradia adequada para todos os cidadãos a habitação social é um assunto de grande importância e nesse mesmo âmbito, a qualidade das unidades habitacionais oferecidas pelos programas de promoção do tema, o que é motivo de preocupação e debate em diversos contextos. A qualidade das unidades habitacionais tem um impacto direto na saúde, segurança e dignidade dos moradores. Unidades inadequadas podem levar ao surgimento de problemas de saúde, como doenças respiratórias devido a infiltrações ou falta de ventilação adequada. Além disso, a falta de condições dignas de moradia pode agravar a exclusão social, perpetuando ciclos de pobreza e desigualdade.

Infelizmente, muitas vezes, as unidades habitacionais em programas de habitação social apresentam deficiências significativas em termos de qualidade. As unidades

destinadas à população de baixa renda, apresentam falta de manutenção adequada, falhas na construção e vazamentos que podem comprometer a segurança dos moradores. Além disso, a falta de infraestrutura básica, como redes de água e esgoto, e a ausência de áreas comuns e de convivência afetam a qualidade de vida das famílias beneficiárias, dessa forma gerando comprometimento no seu conforto, assim como problemas de saúde e bem-estar.

Pontos relevantes sobre essa qualidade nas unidades habitacionais são cruéis, especialmente no que diz respeito a construção e dos materiais, por vezes, as habitações populares são construídas com matérias de baixa qualidade e técnicas construtivas simplificadas, resultando em problemas estruturais como rachaduras, infiltrações e deterioração precoce dos imóveis.

Entretanto algumas das unidades Habitacionais tem uma qualidade arquitetônica que chega a ser reconhecida ainda que provenientes de Programas de Habitação Social, ainda que qualidade arquitetônica de muitas unidades habitacionais projetadas e construídas em programas de habitação social seja insuficiente, alguns projetos destacam-se por sua qualidade arquitetônica, proporcionando moradias dignas e sustentáveis.

Entre os exemplos, destaca-se o Conjunto Habitacional “Caixa Estadual de Casas para o Povo” (CECAP) Zezinho Magalhães Prado, localizado em São Paulo, o qual foi projetado pelos renomados arquitetos João Batista Vilanova Artigas, Fábio Penteadó e Paulo Mendes da Rocha. O residencial possui uma arquitetura contemporânea, com ênfase na integração entre espaços internos e externos, é importante ressaltar um aspecto positivo notável no Conjunto de Guarulhos: a sua abertura para ação.

A ideia de incompletude se revela como uma possibilidade de completude por meio da experiência prática

e do cotidiano. Isso acontece através das formas de apropriação e das relações que são estabelecidas no espaço. O Conjunto de Guarulhos valoriza a construção da sociabilidade como um processo integrado à arquitetura e ao urbanismo. Essa abordagem se manifesta por meio de uma configuração espacial que busca apoiar a imprevisibilidade da vida, seus usos e atividades. Trata-se de um meio para alcançar as coisas intangíveis, como a sociabilidade, por meio das coisas concretas, como a construção. além de oferecer uma distribuição adequada dos cômodos, visando o conforto e a funcionalidade das unidades habitacionais (PETRELLA, 2020).



Figura 2: Folheto de divulgação das unidades habitacionais do Conjunto. Espaços livres.. Fonte: CECAP (1967) Retirado do artigo de Petrella 2020 <<https://www.redalyc.org/journal/3517/351763475016/2318-0919-oculum-17-e204570-gf3.jpg>>.

É importante ressaltar que a qualidade arquitetônica das unidades habitacionais em programas de habitação social não se restringe apenas aos aspectos estéticos, mas também engloba questões de funcionalidade, sustentabilidade e adequação às necessidades dos moradores. Alguns projetos exemplares mostram que é possível conciliar a produção em larga escala de moradias populares com a qualidade arquitetônica, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas.

Assim, é nítida a constatação de que, além do corpo humano usado como unidade de medida

e de referência de escala e proporção da edificação, também o conhecimento da dinâmica de movimento e comportamento do homem, e não somente de suas dimensões, é imprescindível ao projeto arquitetônico, na busca de uma melhor relação entre o edifício e aquele que fará uso do espaço edificado. (KENCHIAN, 2005, p. 28)

O problema é que a realidade da maioria dos empreendimentos contratados não atende essas expectativas, gerando arquiteturas insuficientes para a promoção da qualidade de vida do usuário. Um exemplo real, e aterrorizante disso, é o projeto “Casas Embrião” aprovado pela prefeitura de Campinas e atualmente em desenvolvimento (Alves, 2023).

A construção desse projeto desrespeita critérios estabelecidos pela ONU para classificar uma moradia como digna e adequada, especialistas apontam que as casas de 15 m² comportam apenas uma pessoa, mas serão destinadas a famílias com até sete membros, tal situação contraria essas diretrizes, como compartilhamento adequado de espaços e densidade habitacional compatível, além de aspectos como segurança jurídica da posse, disponibilidade de serviços, acessibilidade, localização, adequação cultural e habitabilidade. A moradia adequada deve garantir segurança física, proteção contra condições climáticas adversas e proporcionar espaço suficiente para o bem-estar dos moradores, no entanto, as 116 unidades, estão sendo construídas com apenas um cômodo e um banheiro, para abrigar 450 pessoas provenientes do Residencial Mandela, no distrito do Ouro Verde que vivem atualmente em uma ocupação e áreas de risco. O custo é de R\$ 6 milhões (Alves e Rede Sampi, 2023). Essas habitações representam menos da metade do tamanho de imóveis destinados a pessoas de baixa renda no PMCMV, que possuem 36 m². Além disso, a comparação com o tamanho de celas de um Centro de Detenção Provisória (CDP) e até mesmo com um banheiro,

numa casa de alto padrão, ressalta a inadequação dessas construções.

A falta de uma política habitacional definida é um elemento central nesse contexto. O projeto das casas embriões em Campinas reflete uma abordagem apressada e desconsidera a realidade das famílias que ali residirão. A reprodução da precariedade habitacional das pessoas vulneráveis e a ausência de preocupação com a qualidade de vida são pontos críticos. Além disso, a utilização de recursos públicos em um modelo habitacional que não atende às necessidades básicas das famílias é questionável.



Figura 3: Casas de 15m² sendo construídas em Campinas: imóvel vai abrigar famílias com até sete pessoas. Fonte: Eduardo Lopes/PMC, retirado de: Portal OVALE < <https://sampi.net.br/dir-arquivo-imagem/2023/06/e3cbf023469fed4c84a4dd7d67fd52d8.jpg>>.

Além da própria unidade habitacional, é essencial que haja uma infraestrutura básica adequada nas áreas onde as habitações são construídas. Isso inclui acesso à água potável, saneamento básico, energia elétrica, iluminação pública e áreas de lazer. A falta desses serviços essenciais afeta diretamente a qualidade de vida das famílias.

Manutenção e conservação é importante para a qualidade das unidades habitacionais relacionadas à sua manutenção ao longo do tempo. É necessário que haja

recursos e mecanismos para garantir a conservação das habitações, evitando a deterioração e garantia das famílias de viverem de forma segura e confortável. A acessibilidade é um aspecto relevante na qualidade das unidades habitacionais. É essencial que as habitações sejam projetadas levando em consideração as necessidades de pessoas com mobilidade reduzida, garantindo acesso adequado, rampas, corredores largos e banheiros adaptados.

O projeto arquitetônico e conforto térmico das unidades habitacionais pode influenciar, sim, na qualidade de vida das famílias e é de fundamental importância que as habitações sejam projetadas de forma a proporcionar conforto térmico, evitando problemas de superaquecimento ou falta de ventilação adequada. Dessa forma a melhoria da qualidade de unidades habitacionais passa por investimentos em projetos arquitetônicos adequados, materiais de qualidade, capacitação técnica dos profissionais envolvidos na construção, fiscalização efetiva e manutenção regular das habitações, assim como a participação dos beneficiários na definição do projeto e na gestão das habitações são itens de garantia das necessidades atendidas.

2.1.3 - Participação do setor privado, técnicas *neodesenvolvimentistas* e regularização fundiária.

Dentro do que se entende de investimento na área de habitação social, para que haja um bom andamento da produção de habitação popular é necessário o envolvimento da participação do setor privado. E é por meio de parcerias com o governo, que se pode construir e financiar empreendimentos. É assim que se tem o *neodesenvolvimentismo*, uma abordagem econômica e política que busca conciliar o desenvolvimento econômico com a redução das desigualdades sociais. Essa abordagem enfatiza o papel ativo do Estado na promoção do crescimento

econômico e na busca de políticas sociais inclusivas, assim o Estado, entra como coordenador do desenvolvimento, e isso acaba por enfatizar a importância da industrialização e do investimento público para impulsionar a economia. Porém, a estratégia pode resultar em um crescimento econômico insustentável e dependente de recursos naturais, além de perpetuar uma economia baseada em commodities, além da insuficiência das políticas sociais adotadas, principalmente num país, notoriamente corrupto como o Brasil.

É nesse contexto que entra o debate da participação do setor privado na produção de habitação social, porque enquanto alguns defendem essa parceria como uma solução viável para prover a demanda habitacional, outros argumentam que essa dependência do setor privado pode comprometer a construção de moradias verdadeiramente dignas e igualitárias.

O fato é que, no Brasil, a presença do setor privado na produção de habitação social, se transformou na realidade prevalente, essa amarração está arraigada na ideia de que o Estado não possui recursos suficientes para suprir a demanda habitacional por conta própria e assim, setor privado é a alternativa para a construção de moradias de interesse social.

Santos (2018) deflagra que a dependência do setor privado na produção de habitação social no Brasil tem contribuído para a reprodução de desigualdades sociais e espaciais. Ele destaca que o mercado imobiliário, ao focar em empreendimentos lucrativos, acaba negligenciando as áreas de maior vulnerabilidade social e reforçando a segregação espacial. Isso resulta em concentração de habitações precárias em determinadas regiões, enquanto áreas mais valorizadas são destinadas a empreendimentos de interesse econômico.

Fora isso, essa dependência cria uma dinâmica de exclusão (Santos, 2018), na qual famílias de baixa renda são

deixadas de fora de projetos habitacionais, uma vez que muitas vezes não possuem condições financeiras para arcar com os custos de até mesmo programas sociais e isso contribui para o agravamento do déficit habitacional e perpetua a desigualdade social.

É nesse contexto que vemos a importância do solo urbano, que se dá por ser elemento fundamental na produção de habitação de interesse social. Os principais desafios enfrentados nessa área são a falta de acesso à terra e a especulação imobiliária, que impactam negativamente a implementação de políticas habitacionais efetivas (Rolnik et. al 2011). Das análises que podem ser realizadas, uma das mais significativas é a identificação dos problemas enfrentados pelas famílias de baixa renda na busca por moradia adequada. Assim destaca-se a dificuldade de acesso à terra urbana e as práticas de segregação espacial, que levam à concentração de habitações precárias em áreas periféricas e com pouca infraestrutura.

Das estratégias utilizadas pelo Estado para enfrentar a questão fundiária na política habitacional, além da regularização fundiária em si, o uso dos instrumentos de planejamento urbano é essencial, também há a necessidade de uma abordagem integrada, que considere não apenas a produção de moradias, mas também a melhoria das condições de acesso à terra e aos serviços públicos, porém há uma falta de políticas fundiárias efetivas e a especulação imobiliária acaba por prejudicar a produção de habitação de interesse social (Rolnik et. al 2011). É imperativo uma criação de uma política habitacional e urbana mais abrangente, que enfrente as questões fundiárias de forma mais estrutural e promova a inclusão social.

2.2 – Microliving, a compactação de espaços para ampliação de clientela do mercado habitacional

Arquitetos como Alexandre Frankel, diretor-executivo da Vitacon, Lara Oliveira Araujo, Suzana Pasternak, Professora de Arquitetura e Urbanismo da universidade de São Paulo (USP) entre outros pesquisadores têm defendido o *microliving* como uma resposta aos desafios urbanos contemporâneos e como uma solução para otimizar o uso do espaço e proporcionar moradias mais acessíveis e eficientes.



Figura 4: Apartamento de 10m² em São Paulo. Fonte: Barría, Cecilia, Matéria: Como é a vida nos apartamentos minúsculos que viraram 'febre' no mercado de imóveis, BBC News Mundo, 2019, acesso em <https://www.bbc.com/portuguese/geral-48865896>.



Figura 5: Planta do Apartamento de 10m²
Fonte: <https://veja.abril.com.br/economia/com-10m2-menor-apartamento-do-pais-custa-r-100-mil>

Mas para se falar com propriedade de *microliving*, é necessário defini-lo: o conceito de *microliving*, ou “morar mínimo”, refere-se a um modelo de habitação que busca oferecer espaços residenciais extremamente compactos, com

dimensões reduzidas e otimizadas, em geral, com menos de 30 metros quadrados (Connuck, 2016). Essa abordagem arquitetônica busca atender às necessidades básicas de moradia em áreas urbanas densamente povoadas, onde o espaço é limitado e o custo da habitação é elevado.

Com o aumento da densidade demográfica das grandes metrópoles no mundo todo, o *microliving* – tendência de morar em espaços cada vez menores – tem se mostrado a alternativa mais eficiente no que diz respeito à construção de moradias para a população. Esse conceito consiste, basicamente, na elaboração de apartamentos extremamente compactos, construídos e decorados com mobília funcional para otimização do espaço. (ALMEIDA, 2015, p. 1)

O *microliving* é visto como uma resposta às pressões do crescimento urbano e à necessidade de maior densidade, destacando a importância da inovação arquitetônica e tecnológica para aproveitar melhor o espaço nas cidades. Por serem compactas, geralmente possuem aluguéis ou preços de compra mais acessíveis, tornando-as uma opção viável para pessoas de baixa renda ou que querem economizar. No entanto, é importante destacar que o modelo mínimo de morar nem sempre é funcional e por vezes, prioriza a forma sobre a função, ou prioriza a maximização de lucros à função social. Em alguns casos, essa abordagem pode resultar em espaços disfuncionais, desconfortáveis e inadequados para a vivência humana.

Outro ponto central a ser considerado é a localização, grande parte dos modelos habitacionais de *microliving* estão localizados em áreas centrais, próximos a serviços, comércio, transporte públicos e locais de trabalho. Essa tendência está voltada para pessoas que valorizam a convivência e preferem viver perto de todas as comodidades, sendo assim tornando-se uma opção atraente, porém com espaço limitado. De acordo com Almeida (2015) essa tendência se deu a partir das mudanças que ocorreram com o estilo de vida na cidade,

com cada vez mais pessoas morando sozinhas em seus próprios espaços, por isso, passam a descartar moradias muito espaçosas ou com vários cômodos. Outro motivo apontado é que além disso, o número de indivíduos morando em grandes cidades cresce exponencialmente, o que torna a verticalização uma solução necessária para abrigar todos os moradores.

Morar em espaços compactados, em teoria, requereria uma abordagem minimalista em relação a objetos pessoais, para simplificar vida de seus usuários e reduzir o consumismo, reduzindo seus pertences e viver com menos coisas.

“Argumenta que o movimento minimalista estadunidense é uma mera resposta individual focada na redução do consumo; falta o potencial radical para desafiar coletivamente o sistema capitalista que muitas vezes aprisiona os consumidores em uma paisagem principalmente materialista. Como o minimalismo significa coisas diferentes para pessoas diferentes, encontrar uma definição clara e abrangente continua sendo um desafio. (Wright 2010; Burnell 2017; Russell 2017; Rodriguez, 2017, apud Durce 2021, p. 46)”

Há também a questão da mobilidade e flexibilidade, geralmente associados a contratos de aluguel de curto prazo, voltados especialmente para estudantes, jovens profissionais ou pessoas em transição, que podem mudar de localidade ou ajustar suas necessidades de moradia com mais facilidade.

Alguns modelos habitacionais de *microliving* são projetados para promover um senso de comunidade entre os moradores que por sua vez compartilham espaços como: cozinha, salas de estar, lavanderias e áreas de convivência.

Além disso, é importante reconhecer que o *microliving* pode se tornar uma estratégia de mercado que visa atingir parcelas da população que não possuem recursos financeiros para adquirir unidades habitacionais maiores. Nesse sentido, o foco está na maximização do lucro e na criação de um novo

mercado, ao invés de buscar soluções efetivas para a questão habitacional e promover uma moradia digna e inclusiva para todos, e isso não se priva apenas a produção de habitações sociais, como também, à "adaptação" de apartamentos que são subdivididos para locação, visto que pessoas em situação de vulnerabilidade social não possuem condições de adquirir uma moradia no mercado convencional. Existem, inclusive, incentivos por parte do governo, que oferece um subsídio financeiro para ajudar as famílias de baixa renda a arcarem com o custo do aluguel no mercado imobiliário convencional, a exemplo o programa Aluguel Social em São Paulo, que pode ser considerado uma forma de apoio habitacional, mas não necessariamente se enquadra na categoria tradicional de habitação social.

Entende-se que a busca pela otimização do espaço, acaba muitas vezes preterindo às necessidades habitacionais reais dos moradores, e visando a maximização do lucro, o que gera espaços com uma superpopulação, isso pode levar ao aumento da densidade populacional sem a correspondente infraestrutura adequada, o que, certamente, pode sobrecarregar os serviços urbanos, como transporte, esgoto, água e energia, levando a problemas de qualidade de vida e degradação do ambiente urbano.

Desafios encontrados nesse tipo de habitação podem ser contidos na falta de espaço para armazenar pertences, na privacidade limitada, nas restrições de uso do espaço e na necessidade de adaptar-se a um estilo de vida compacto. O usuário tem suas próprias considerações e prioridades ao optar por uma habitação mínima, levando em conta seus recursos financeiros, preferências pessoais e circunstância de vida, todos esses pontos podem gerar uma arquitetura mínima disfuncional, frequentemente associada a apartamentos compactos e sem consideração adequada às

demandas habitacionais, pode ser observada em diferentes contextos, incluindo o Brasil.

A busca pela maximização do aproveitamento do espaço e a redução de custos de construção têm gerado unidades habitacionais com dimensões reduzidas, ambientes mal ventilados, com falta de privacidade e pouca flexibilidade para acomodar as necessidades dos moradores. Nesse sentido, é importante destacar que o mercado imobiliário desempenha um papel significativo na produção desse tipo de arquitetura. A demanda por unidades habitacionais de menor custo e a busca por maior rentabilidade levam muitos empreendedores a optar por projetos que priorizam a quantidade de unidades em vez da qualidade do espaço habitável. Esse enfoque pode resultar em habitações inadequadas para a população, especialmente para grupos mais vulneráveis socialmente.

2.2.1 – Microliving, programas residenciais e a realidade em grandes centros

De acordo com Almeida (2015), a ideia de que o *microliving* oferece uma solução viável para a escassez de terrenos e a necessidade de maior densidade nas áreas urbanas, ao mesmo tempo em que proporciona moradias mais acessíveis e eficientes para uma população em crescimento, nem sempre é a realidade em grandes centros, tais quais São Francisco, nos EUA, ou Nova York, onde esses miniapartamentos, embora pequenos, possuem aluguéis que atingem valores altíssimos. No primeiro a locação de um apartamento de 37m² gira em torno de \$1.700,00 dólares enquanto em Nova York, um ambiente com 34m² pode custar até \$3.000,00 dólares ao mês.

Para ilustrar essa problemática no contexto brasileiro, podemos observar o crescimento do modelo mínimo para habitações de interesse social, que, apesar de terem a

intenção de atender às necessidades da população de baixa renda, muitas vezes são construídas de forma precária e com dimensões mínimas não ergométricas. Essas habitações são concebidas como soluções rápidas e econômicas, mas acabam criando ambientes pouco funcionais, desconfortáveis e inadequados para o desenvolvimento de uma vida digna.

Um exemplo disso pode ser observado em algumas áreas de São Paulo, como as regiões periféricas da Zona Leste (Barbosa, 2020), onde a concentração de moradias informais e a falta de planejamento urbano adequado geraram problemas de infraestrutura, como falta de acesso a serviços básicos, transporte público precário e ausência de espaços públicos de qualidade. Esses espaços mínimos nessas áreas são caracterizados por uma densidade populacional alta e condições de vida desafiadoras para seus habitantes, e nesse contexto, recebem o nome de cortiços. Portanto, podemos identificar um contraste entre o *microliving* de luxo em áreas centrais e valorizadas, onde os preços são elevados, e a concentração de espaços mínimos em áreas periféricas, onde a população de baixa renda enfrenta dificuldades socioeconômicas e de infraestrutura urbana.

Essa tendência para a realidade brasileira não difere de maneira tão discrepante da realidade de uma das cidades mais ricas do mundo, Hong Kong. De acordo com Almeida (2015) a tendência não é representada somente por

apartamentos com design clean, funcional e minimalista. Esconde sob essa prosperidade um grupo de pessoas que vivem em circunstâncias miseráveis.

As chamadas moradias sociais oferecem condições de vida precárias para seus moradores: ambientes com pouco mais de 3 a 4 metros quadrados, abrigando famílias de até 4 pessoas. Colocando em números: em uma área de apenas 1.104 quilômetros quadrados, a região administrativa da China tem uma população de 7 milhões de habitantes, fazendo de Hong Kong um dos locais mais densamente povoados do mundo. (ALMEIDA, 2015, p. 3)

Essa situação, tanto em Hong Kong, quanto em São Paulo, na qual muitas pessoas são obrigadas a viver num espaço tão reduzido, é resultado de uma política habitacional que falhou. Os aluguéis e outros tipos de residências por mais que não sejam de alto padrão, são caros, resultado de uma especulação imobiliária agressiva, o que faz com que a cidade sofra, afinal a lista de espera para casas públicas é longa e a única opção para os mais pobres é viver em apartamentos minúsculos.

O impressionante é que, ainda que em condições tão atípicas, a procura por essas propriedades é tão alta que dispara os preços, fazendo com que fiquem exorbitantes (Almeida, 2015), segundo relatórios da JLL (Jones Lang LaSalle), em 2015, o aluguel médio para um apartamento de um quarto em áreas urbanas populares de Hong Kong variava entre 15.000 e 25.000 dólares de Hong Kong por mês. Outro

fator a ser considerado, são os problemas que surgem com muitas pessoas vivendo na mesma área, a produção excessiva de lixo sendo um deles, além da região vir a acumular uma grande quantidade de poluição, prejudicando a qualidade dos recursos naturais.



Figura 6: situação de moradia na China (microapartamento)
Fonte: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/fotografia/2017/08/cubiculos-caixao-casa-apertada-caixotes-hong-kong-china>

Além disso, o crescimento vertical das cidades se torna um obstáculo para a circulação de ar e a entrada de luz solar nas áreas próximas ao solo, resultando ilhas de calor, o que torna a temperatura nessas áreas urbanas, consideravelmente mais alta do que em zonas rurais ou menos povoadas, assim o calor é desconfortável e ocasionando um maior consumo de energia elétrica, uma vez que dispositivos de ventilação e refrigeração se tornam essenciais.

CAPÍTULO 3 – O FUTURO – UMA CONJECTURA SOBRE A PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL DIANTE DA PREDILEÇÃO DE INTERESSES ECONOMICOS A INTERESSES SOCIAIS E AGRAVAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA.

A experiência de antecipar o futuro dentro das áreas do campo científico é uma prática de importância extrema. Identificando tendências e analisando dados, pode-se antecipar as necessidades e demandas sociais, o que permite projetar espaços arquitetônicos que atendam de forma mais eficaz e inclusiva às necessidades das comunidades, pode-se identificar potenciais surtos de doenças, desastres ambientais e assim planejar medidas preventivas e desenvolver estratégias eficazes para melhorar a vida das pessoas (Blackburn, 2018), o que reafirma que a análise prospectiva das produções de habitação social frente às mudanças climáticas e tendências sociais e econômicas se torna imprescindível para garantir a segurança e a sustentabilidade das comunidades.

Fornecendo base para essa argumentação, tem-se como exemplo o trabalho do economista e cientista de dados Nate Silver, que argumenta que a análise de dados e a utilização de métodos estatísticos podem fornecer *insights* preciosos para prever tendências futuras e tomar decisões informadas.

"Forecasting implicava, em geral, planejar em condições de incerteza. Sugeria exercer prudência e esforçar-se, mais ou menos da mesma maneira que utilizamos nos dias de hoje a palavra previsão. (...) Essa noção de forecast estava muito ligada à ideia de progresso. Todas as informações contidas nos livros deveriam nos ajudar a planejar nossa vida e a prever, de forma proveitosa, o rumo do mundo."(SILVER, 2012 p.12)

Adentrando esse campo científico de *forecasting*, podemos inferir uma conjectura do futuro de produções de habitação social, especialmente, tendo em vista justamente esse cenário de priorização de interesses econômicos do mercado imobiliário em detrimento da função social e as implicações da gravidade da crise climática. Essa conjectura é claramente ruim, com consequências negativas para a sociedade como um todo. Analisando os dados revisados nesse trabalho e, no entanto, quando a produção arquitetônica é pautada principalmente pelos interesses do mercado imobiliário, é possível que sejam negligenciadas as questões de acessibilidade, sustentabilidade e bem-estar social.

"É fundamental ter consciência das tendências atuais, das incertezas, das estratégias dos principais atores, enfim, de todas as sementes de futuro para construir visões a respeito do futuro que ajudem a fazer as apostas estratégicas corretas, corrigindo fraquezas para enfrentar ameaças e investindo nas fortalezas para aproveitar plenamente as oportunidades."

(IPEA. 2015, p. 7)

3.1 - Conjecturas da manutenção do modelo capitalista e de uma produção arquitetônica disfuncional

Quais seriam, então, as consequências futuras de não se repensar a produção arquitetônica e a lógica do mercado imobiliário? Grandes centros urbanos, como São Paulo, contam com uma população diversificada e uma economia dinâmica, que ajudam a responder essa questão oferecendo uma oportunidade de análise profunda e um contexto complexo e multifacetado.

É importante ressaltar que as experiências acadêmicas que utilizam São Paulo como objeto de estudo e amostragem podem fornecer insights valiosos sobre a realidade de demais centros urbanos brasileiros, mas não

uma representação exata de todas as realidades e contextos urbanos do país. Cada cidade possui particularidades e desafios específicos, resultantes de fatores históricos, culturais, sociais e econômicos, porém através do estudo de um grande centro urbano como São Paulo, é possível adquirir um conhecimento aprofundado sobre questões urbanas complexas, como a desigualdade social, a segregação espacial, a especulação imobiliária e os desafios de sustentabilidade (Rolnik, 2022). Esses conhecimentos são fundamentais para o desenvolvimento de estratégias e políticas que visem a construção de uma cidade mais inclusiva, sustentável e equitativa.

"(...) não há "problema" urbano ou marca urbanística em São Paulo que não esteja intimamente associado a decisões no âmbito de sua política urbana, mais ou menos explícitas por parte de seus governantes. Essas decisões evidentemente incidem sobre a cidade, mas também refletem movimentos econômicos, culturais e políticos protagonizados por sua população. No centro do debate sobre o destino da metrópole está, portanto, a questão do processo decisório, ou seja, quem - e como - participa das decisões tomadas hoje sobre seu futuro." (ROLNIK, 2022, p. 105)

A cidade, conhecida por sua alta demanda por moradia, enfrenta uma realidade em que o acesso a habitações dignas e adequadas se torna cada vez mais difícil para a população de baixa renda visto que os valores dos aluguéis em São Paulo são notoriamente altos, durante esse ano (2023), houve um acréscimo de 5,9% nos preços dos novos contratos entre janeiro e março, comparado aos últimos três meses de 2022 e o valor médio do metro quadrado dos imóveis para aluguel na cidade alcançou a marca de R\$ 44,69 em março deste ano (2023), representando um aumento de 14,56% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando o valor era de R\$ 39,01. Isso se dá, sobretudo, pela elevada demanda por imóveis durante a alta temporada. De acordo com o Índice

“QuintoAndar”, o preço médio do metro quadrado no período entre janeiro e março de 2023 foi de R\$ 43,72. Portanto, em média, um apartamento de 60 m² custou aproximadamente R\$ 2,6 mil mensais, sem considerar outras taxas (Portal G1, 2023), o que torna o custo de vida e a habitação inacessíveis para muitos moradores.

Caso não haja uma reavaliação da produção arquitetônica e da lógica do mercado imobiliário em São Paulo, podem ocorrer consequências futuras significativas. Em um cenário em que a função social das edificações não é priorizada e a inclusão habitacional não é promovida, juntamente com o aumento da poluição, diminuição de recursos naturais e iminentes crises climáticas e ambientais, poderá se vislumbrar diversos desdobramentos negativos, dos quais, detalham -se os seguintes: a) favelização, ocupações irregulares e desigualdades socioespaciais; b) impactos na qualidade de vida da população; c) degradação ambiental e perda de áreas verdes e d) vulnerabilidade aos impactos das crises climáticas.

3.1.1 - Favelização, ocupações irregulares e desigualdades socioespaciais

Favelização e ocupações irregulares: a ausência de políticas habitacionais efetivas pode levar ao crescimento de favelas e ocupações irregulares, agravando as desigualdades socioespaciais em que a população se vê obrigada a ocupar áreas inadequadas e sem infraestrutura básica, aumentando os problemas socioambientais e de saúde pública dessas áreas enquanto a predominância de empreendimentos voltados para a elite agravam essa situação, pois quem tiver capital poderá ocupar áreas nobres e essa segregação espacial contribui para a formação de guetos urbanos, nos quais a população de baixa renda é excluída de áreas bem

localizadas e dotadas de infraestrutura adequada (Maricato, 2001), culminando na formação de "cidades partidas" com bairros ricos e excluídos, intensificando a marginalização social que já é intensa.



Figura 7: Viela Em Paraisópolis. Fonte:Outras Mídias <https://outraspalavras.net/wp-content/uploads/2019/12/viela-em-paraisopolis-1575224235562_v2_1920x1279-1024x682.jpg>

Esse cenário descrito já é extremamente precário, o que torna difícil imaginar que possa haver piora, mas pode; a acentuação desse problema, pode culminar não só no “mover” dessas pessoas, a desigualdade social pode levar pessoas e famílias a não ter, definitivamente onde morar, gerando extrema desigualdade social e, aumentando a população em situação de rua, que em 2021 já passa de 19 mil pessoas de acordo com Souza Neto et al (2022) esse aumento está diretamente relacionado às questões de desigualdade socioespacial, “resultante das condições sociais, culturais, educacionais, religiosas, de gênero e saúde, e produzido pelo modelo político e econômico vigente” (Souza Neto et al, 2022).

“Se observarmos a realidade da desigualdade social, teremos melhores condições de compreender a população em situação de rua e afirmar que no Brasil este é um dado multissecular. De vários modos, a população em situação de rua é encarada como objeto de confinamento, polícia e religião, muito pouco de políticas sociais.

Não é suficiente elaborar propostas socioassistenciais pautadas na inclusão, quando as estruturas sociais, de fato, continuam a reproduzir a desigualdade social. (Souza Neto et al, 2022, p. 22-23).”

Em casos extremos, a ameaça de uma implosão do sistema é uma possibilidade, apesar da ideia de que as áreas pobres das periferias são fundamentais para a lógica do sistema capitalista, pois a manutenção da desigualdade social e a existência de áreas passíveis de expropriação são necessárias para a estabilidade do sistema, essas áreas atuam como válvulas de compensação, absorvendo impactos e mantendo a estrutura socioespacial das cidades num equilíbrio instável (Santos et al, 2017) o que põe à tona o risco de explosões sociais, como protestos e conflitos, caso as desigualdades se agravem e as condições de vida nas áreas pobres se deterioreem ainda mais. Essas tensões sociais podem desestabilizar o sistema e causar instabilidade política e econômica é o caso dos protestos tanto no Chile (2019-2020) onde a insatisfação generalizada com as desigualdades socioeconômicas no país. Os manifestantes criticaram o alto custo de vida, a falta de acesso a serviços básicos de qualidade, a desigualdade de renda e a concentração de poder econômico. Além disso, os protestos foram impulsionados por demandas por melhorias nas áreas de saúde, educação, aposentadoria e reforma do sistema político.



Figura 8: Imagem de manifestante com bandeira Mapuche no topo de estátua militar em Santiago se tornou símbolo dos protestos no Chile por reformas sociais. Foto por: Susana Hidalgo; Fonte: BBC News <https://ichef.bbci.co.uk/news/800/cpsprodpb/14401/production/_109454928_mapuche2.jpg>

Os manifestantes também expressaram frustração com a corrupção e a falta de resposta do governo às necessidades da população. Em suma, os protestos no Chile (2019-20) refletiram um descontentamento generalizado com a desigualdade socioeconômica e uma demanda por mudanças estruturais no país (Gianolla, 2020) e na Colômbia (2019-21) onde as motivações compreendem a insatisfação com o governo e as políticas implementadas. Os manifestantes criticam a falta de ações efetivas para lidar com questões como a pobreza, desigualdade social, corrupção, violência e abuso policial (Ohana, 2021) e embora cada contexto tenha suas peculiaridades, esses eventos demonstram exemplos onde populações pobres e oprimidas, se mobilizaram em busca de mudanças políticas, econômicas e sociais, enfrentando desigualdades e reivindicando seus direitos, essas lutas compartilham algumas semelhanças com a realidade de

populações oprimidas em São Paulo especialmente no que diz respeito à desigualdade socioeconômica, acesso limitado a serviços básicos e a busca por maior justiça social.

3.1.2 - Impactos na qualidade de vida da população

A produção desenfreada de arquitetura mínima e disfuncional, em busca do lucro imobiliário, resulta em espaços habitacionais precários e insalubres. Essas habitações de baixa qualidade apresentam problemas estruturais, falta de infraestrutura básica e inadequação térmica, comprometendo a qualidade de vida dos moradores. Estudos como de Almeida (2017) destacam que a má qualidade das construções pode levar a problemas como inadequação térmica, insalubridade e infiltrações, impactando diretamente a saúde e o bem-estar das populações vulneráveis gerando uma degradação do ambiente urbano: a falta de planejamento e controle na produção arquitetônica pode resultar na descaracterização do ambiente urbano, com a construção desenfreada de edifícios sem considerar a qualidade estética e a harmonia com o entorno, prejudicando a paisagem urbana e o patrimônio cultural.

3.1.3 - Degradação ambiental, perda de áreas verdes e vulnerabilidade aos impactos das crises climáticas

A contínua expansão urbana sem preocupação com a sustentabilidade pode levar à diminuição dos recursos naturais, como água e energia, intensificando a pressão sobre o meio ambiente e comprometendo a qualidade de vida das gerações futuras, pode prever-se: o aumento das temperaturas e ondas de calor em São Paulo, que deve enfrentar um aumento significativo nas temperaturas médias, resultando em ondas de calor mais frequentes e intensas. Isso pode levar ao desconforto

térmico, afetar a saúde da população e aumentar a demanda por energia para refrigeração.

Como mencionado, a escassez de água também é uma alarmante, dado que a falta de ação para preservar os recursos hídricos e a gestão inadequada dos recursos hídricos existentes podem agravar a escassez de água em São Paulo. Isso afeta diretamente o abastecimento público, a agricultura, as indústrias e o uso doméstico, colocando em risco a segurança hídrica e aumentando a vulnerabilidade da população, ao passo que a água das torneiras pode faltar, o aumento das enchentes pela falta de infraestrutura adequada de drenagem e uso inadequado do solo podem ser outra adversidade a assolar a cidade. As mudanças climáticas, como chuvas mais intensas e frequentes, podem agravar ainda mais esse problema, resultando em danos materiais, desabrigados e riscos à segurança das pessoas (Alves Filho e Ribeiro, 2006).

A expansão urbana desordenada e a degradação ambiental podem resultar na perda de habitats naturais, levando à diminuição da biodiversidade em São Paulo. A destruição de ecossistemas também pode afetar a capacidade de regulação climática, aumentar a erosão do solo e reduzir a qualidade do ar (Alisson, 2019).

A poluição atmosférica, resultante das emissões de gases poluentes e das condições climáticas adversas, pode causar problemas respiratórios e cardiovasculares na população de São Paulo. Além disso, eventos climáticos extremos, como tempestades e as enchentes, mencionadas anteriormente, podem aumentar os riscos de doenças transmitidas por vetores, como dengue e zika.



Figura 9: Imagem gerada por inteligência artificial de um grande centro urbano imerso em poluição. Autor: Gilfranco Alves (2023).

Essa expansão desordenada e a falta de planejamento urbano sustentável em São Paulo têm como consequência a degradação ambiental e a perda de áreas verdes. A supressão de vegetação nativa, associada à impermeabilização do solo, aumenta a vulnerabilidade da cidade a eventos climáticos extremos, como enchentes. Além disso, a falta de áreas verdes e espaços de convivência compromete a qualidade ambiental e o bem-estar dos cidadãos. Estudos como o de Sampaio (2012) ressaltam a importância das áreas verdes na melhoria da qualidade de vida urbana e na mitigação dos impactos ambientais.

Esses impactos ambientais aumentam a vulnerabilidade da cidade aos impactos das crises climáticas: A falta de adaptação das edificações às mudanças climáticas e a ausência de planejamento urbano resiliente podem deixar a cidade mais suscetível aos impactos das crises climáticas, como enchentes,

deslizamentos de terra e aumento das temperaturas, afetando diretamente a população mais vulnerável.

Essa fragilidade diante das crises climáticas é justamente causada por essa falta de adaptação também das áreas urbanas, e os impactos das mudanças climáticas deixam a cidade de São Paulo mais vulnerável. A intensificação das chuvas, aumento da temperatura e eventos extremos podem resultar em enchentes, deslizamentos de terra e problemas de saúde pública. Pesquisas, como a de alertam para a necessidade de investimentos em infraestrutura resiliente e na promoção de uma arquitetura adaptada ao clima, capaz de minimizar os riscos e os impactos das crises climáticas.

3.2. –Técnicas efetivas para o enfrentamento de conjecturas negativas e elucidação da população.

A produção de estudos e projetos acadêmicos voltados para atender as necessidades sociais e combater problemas como a pobreza e o déficit habitacional desempenham um papel essencial no enfrentamento de proeminentes conjecturas negativas, frutos da manutenção do modelo capitalista e de uma produção arquitetônica disfuncional. No entanto, observa-se que o mercado, muitas vezes, despreza essas iniciativas, uma vez que elas não estão alinhadas aos interesses econômicos de mercado.

Para promover uma mudança de mentalidade e uma maior conscientização em relação à importância de projetos acadêmicos de arquitetura social, é necessário utilizar técnicas efetivas de sensibilização e engajamento. Para esse trabalho os pontos considerados foram os seguintes: a) Promoção de educação com divulgação; b) Diálogos participação e c) Experiências imersivas e provocativas: O uso de projetos do tipo manifesto.

3.2.1 - Promoção de educação com divulgação e Diálogos participativos

É fundamental investir em programas educacionais que abordem temas como sustentabilidade, inclusão social e impacto ambiental na arquitetura. Essas iniciativas podem ocorrer em escolas, universidades e comunidades, promovendo a conscientização desde cedo e alcançando diferentes públicos.

A educação ambiental é uma abordagem importante para promover a conscientização sobre a relação entre arquitetura, meio ambiente e sociedade. Nesse sentido, a obra de Paulo Freire, especialmente "Pedagogia do Oprimido" (1987), oferece uma base filosófica sólida para a educação como prática libertadora, estimulando o pensamento crítico e a conscientização das desigualdades sociais e ambientais.

Outro ponto a se abordar é o incentivo a um diálogo aberto e inclusivo entre arquitetos, urbanistas, comunidades e outros atores envolvidos na produção do espaço urbano. A participação da população no processo de tomada de decisões e na definição de prioridades é essencial para promover soluções que atendam às suas necessidades e aspirações.

A abordagem do urbanismo participativo, que busca a inclusão das comunidades no processo de planejamento e tomada de decisões, encontra respaldo na filosofia política do filósofo francês Michel Foucault que defende a importância de dar voz aos excluídos e promover formas de poder descentralizadas e mais igualitárias (Focault, 1987).

CAPÍTULO 4 – PROJETO

Existe uma vasta produção de projetos acadêmicos com função social que são produzidos anualmente, e ainda que algumas exceções existam, a grande maioria é vítima de uma negligência por parte do mercado, pelo preterimento a propostas cujo lucro seja garantido, e assim, passam pelo processo de esquecimento. Frente a isso, outro modo de promover mudanças, é promovendo uma experiência que requeira uma imersão e (porque não) choque, assim se introduz um projeto manifesto.

Um exemplo disso é o trabalho desenvolvido por Victor Sardenberg em 2020, "The Slab Stack". O projeto é uma crítica, não havendo a real intenção de mudança social" (Castro, 2021), ele se desenvolve como uma propaganda (falsa) para uma incorporadora imobiliária (inexistente), que usa a desculpa da eficiência para "innovar, melhorar e reinventar" a sua busca para valorizá-lo ao máximo.

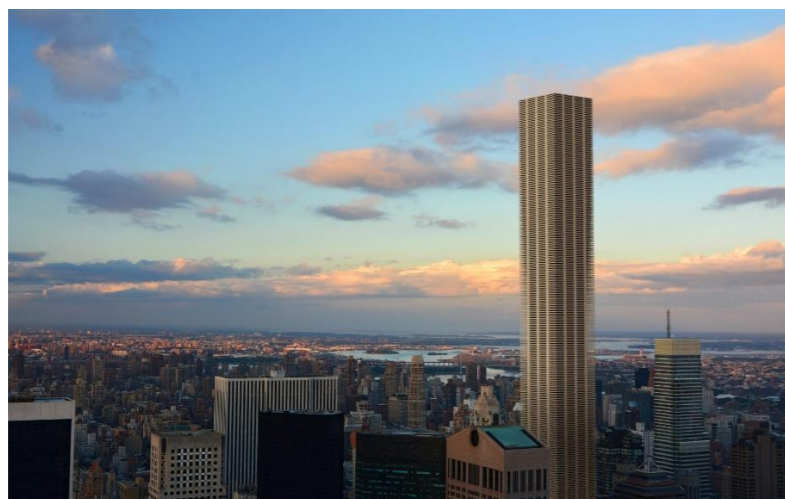


Figura 10: Vista do Alto
Fonte: http://victorsardenberg.com/theslabstack/index_files/ny1-1600x1077.jpg

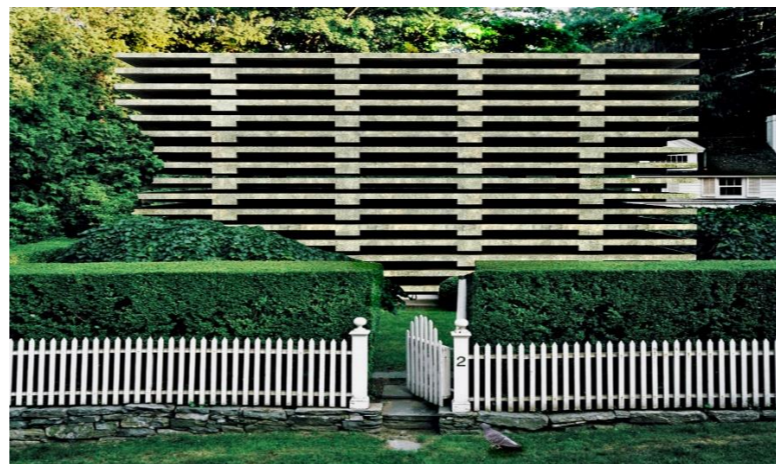


Figura 11: Vista 2 – aproximada
Fonte: http://victorsardenberg.com/theslabstack/index_files/suburbia.jpg

A proposta seria de maximizar a "área útil" de piso, afinal a para a contabilização de um imóvel como item de acumulo de capital, essa "área útil" seria apenas, a área de piso, e assim eliminando o "volume vago", que seria o espaço habitável em si, de uma casa ou apartamento, basicamente, convertendo-o numa placa de piso, cujo objetivo é somente o acumulo de capital e não habitabilidade, trazendo assim a crítica a aqueles que acumulam capital mantendo apartamentos e/ou imóveis vazios os quais poderiam estar sendo usados para abrigar pessoas (vide números de déficit habitacional, que é bem próximo ao número de imóveis vazios).

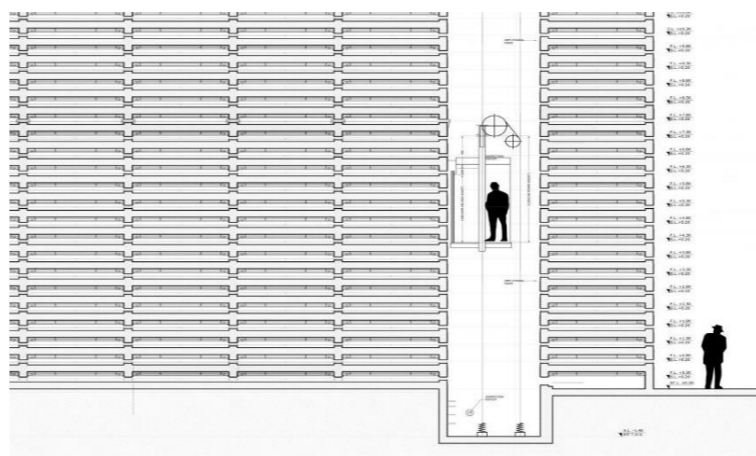


Figura 12: Corte Slab Stack
Fonte: http://victorsardenberg.com/theslabstack/index_files/SLAB-STACK-SECTION-2_low-1024x724.jpg

O Segundo exemplo de proposta de projeto Manifesto foi proposto por Isabella Previti, para seu trabalho final de Graduação pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, em 2021, com o tema "O Data Center de Babel", segundo ela esse Manifesto foi desenvolvido durante a pandemia da COVID-19 e tem como base:

Este Manifesto – O Data Center de Babel – foi desenvolvido durante a pandemia da COVID-19 e diversas crises globais. Composto por uma narrativa, uma curta, um ensaio textual, de desenhos, modelos físicos e por um projeto arquitetônico de uma Torre de Dados sobreposta à Amazônia desmatada. Tem como objetivo denunciar o crime ecológico e o extermínio dos povos originários e da floresta. (PREVITTI, 2021, p. 22)

O manifesto em questão aborda a centralidade da questão climática nos problemas geopolíticos contemporâneos e propõe uma discussão que abrange diversas áreas do conhecimento, incluindo política, ontologia, estética, metafísica, especulação, descolonização, filosofia e arquitetura.

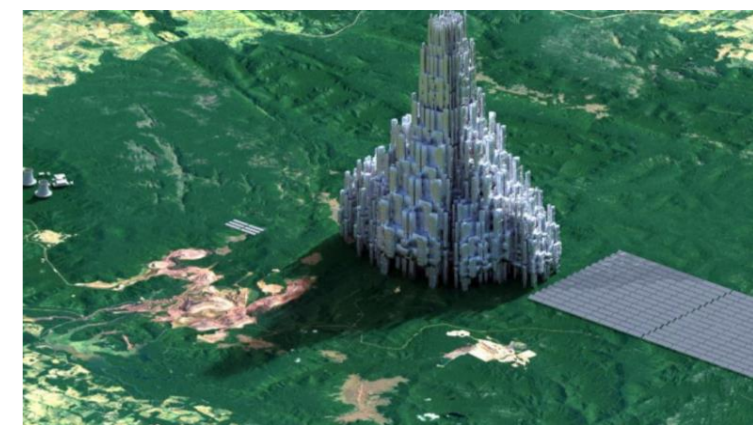


Figura 13: O Data Center de Babel
Fonte: https://issuu.com/isapreviti/docs/o_data_center_de_babel_-_vers_o_web

Ele se caracteriza como uma denúncia, não como um simples desejo, com o propósito de destacar a estranheza e a natureza ficcional da realidade atual.

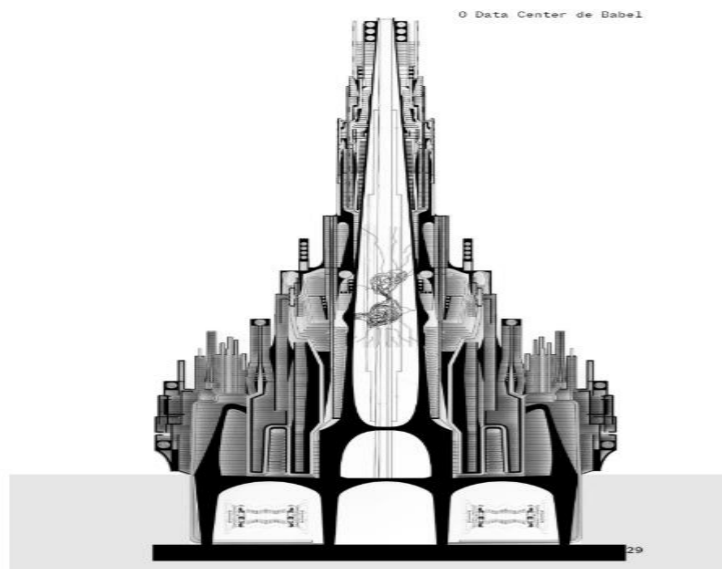


Figura 14: Corte do Data Center de Babel

Fonte: https://issuu.com/isapreviti/docs/o_data_center_de_babel_-_vers_o_web

Um exemplo utilizado é a inserção de uma Torre de dados de 700 metros de altura na paisagem da floresta Amazônica, contrasta com o garimpo ilegal em Roraima, assim formando uma situação distópica. A estranheza dessa Torre tem por objetivo refletir a realidade destrutiva dos povos indígenas e da floresta, agravada por um governo tido como genocida.



Figura 15: Imagem desenvolvida por Isabela Previtti

Fonte: https://issuu.com/isapreviti/docs/o_data_center_de_babel_-_vers_o_web

E por fim tem-se o trabalho de Graduação do Arquiteto e Urbanista Mateus Agostinho Castro apresentado em 2021 com o tema; “Nébula: Design

Especulativo, Utopias e Tecnologia em Campo Grande /MS; outro projeto que não tem a intenção de que seja construído de fato, mas sim, levantar questionamento e crítica ao cenário atual, e especificamente da arquitetura que se leva a um comodismo diante da tecnologia e questões que ela esteja envolvida.

4.1 Das Referencias Para a Experimentação Própria

Este projeto tem como proposta o questionamento das normas estabelecidas e promover o pensamento crítico sobre questões sociais e ambientais por vezes ignoradas. Nele está envolvido a criação de uma instalação urbana simulando as condições precárias de habitação social, acompanhada de informações como desigualdades habitacionais e suas consequências.

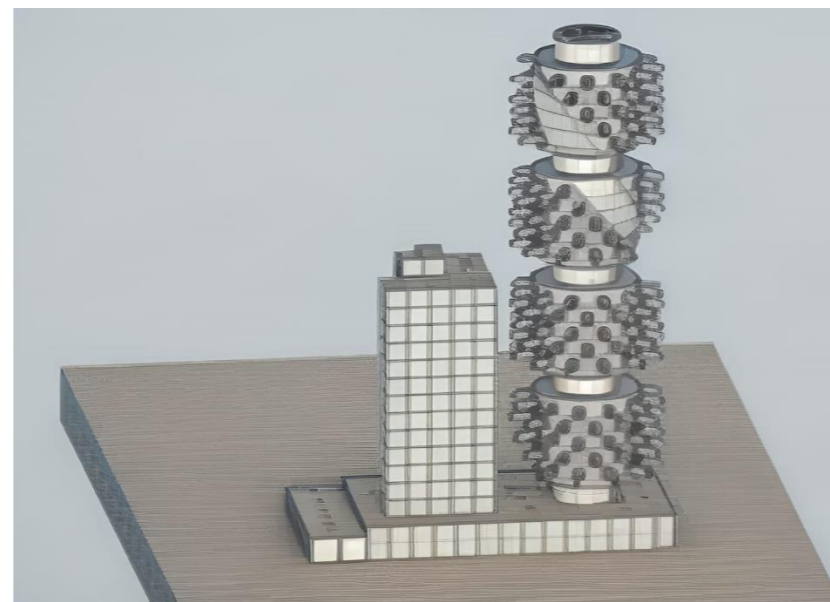


Figura 16: Torre EMBRIOPOD, Estudo de volumetria, imagem gerada pelo autor.

A abordagem do choque estético, desenvolvida pelo filósofo Jacques Rancière, propõe a criação de obras de arte e intervenções que desestabilizem as percepções convencionais, despertando um novo olhar e incentivando a reflexão crítica sobre as estruturas sociais, essa

abordagem, pode ser utilizada para promover os mais diversos tipos de conscientizações sociais, principalmente frente as problemática da alienação social que cria uma espécie de apatia a problemas urgentes na sociedade, como a pobreza, a fome, a iniquidade social, a corrupção e outros (Rancière, 1996).

Frente as presentes análises de produção de habitação social, cenário de priorização de interesses econômicos do mercado imobiliário em detrimento da função social, das implicações da gravidade da crise climática e lançando mão de uma técnica de experiência provocativa para o enfrentamento das conjecturas negativas, propõe-se aqui um projeto manifesto que busca gerar uma emoção de desconforto ao usuário e fomentar a discussão e conscientização destas mazelas.

A proposta está inserida em um cenário futuro distópico, onde a crise climática atual atingiu níveis alarmantes frente a falta de ação, tanto por parte do governo, quanto da sociedade, por seus traços de alienação a mazelas sociais e ao negacionismo científico, que rejeita os alertas exaustivos de pesquisadores e estudiosos de uma imminente crise climática há anos.



Figura17: Neo acordando de sua 'vida' na Matrix para ver todos os humanos inconscientes vivendo em suas cápsulas. Fonte: Matrix (1999) / Warner Bros (Retirado de: https://miro.medium.com/v2/resize:fit:640/0*XdDaUZoCG559lwar.gif)

Inspirado por referências imagéticas dos *Pods* de suspensão humana presentes na saga Matrix, criam-se “pseudo-habitações” de “caráter social”.

O empreendimento se trata de uma torre, com uma estrutura fixa em seu cerne e da qual destacam-se a partir de seus perímetros *Pods* de estase, esses *Pods* seriam soluções para trabalhadores que precisam estar no centro, podendo desacelerar processos metabólicos e permitindo que trabalhadores possam descansar seus corpos e mentes, ou submergir no universo meta.

Sua estrutura baseia-se na estrutura de inflorescência de cacho ou racemo simples: há um eixo principal, de onde surgem os pedicelos (estruturas de conexão dos pods), que terminam em flor (pods de stasis)

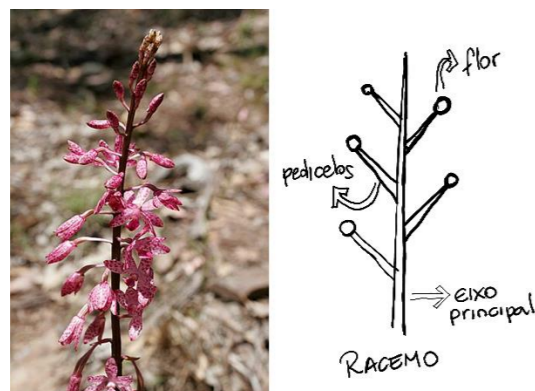


Figura 18: Inflorescência de uma orquídea, um racemo típico. EDITADA do wikimedia commons, o repositório de mídia gratuito (Retirado de: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Dipodium_punctatum_fir00002.jpg#file)

Pode ser classificada como uma arquitetura parasítica, afinal destaca-se de outro edifício, brotando a partir de outras, no caso o empreendimento “Edifício Cidade De Pinheiros”, localizado na R. Teodoro Sampaio, nº 2534, Pinheiros, São Paulo/ SP, CEP: 05406-200. Estruturas parasitárias se penduram ou até se apoiam em prédios já existentes e dependem totalmente de elementos já construídos, já estabelecidos, como é o caso do empreendimento aqui proposto, afinal seus acessos se dão

estritamente pelo subsolo do Edifício Cidade de Pinheiros, ocupando o que seriam vagas de carros do local e pelo térreo, ocupando a área que seria de uma loja.

Deve-se inferir que o projeto se encontra numa ambientação climática que atingiu níveis inóspitos, exigindo sistemas de captação de oxigênio dentro dos pods, com isso permeia-se a ideia do medo de ter que “pagar” pelo privilégio de respirar ar de melhor qualidade dentro desses espaços, assim, mais uma vez sensação de desconforto nos usuários, e explorando os fatores psicossomáticos que influenciam a inação diante das questões relacionadas às mudanças climáticas, conforme apresentado por Robert Gifford em “The Dragons of Inaction” (2011) que explora obstáculos psicológicos que podem dificultar a adoção de comportamentos e medidas efetivas para mitigar e se adaptar às mudanças climáticas, explorando como reagimos ao sermos confrontados com um cenário que mostre as consequências dessa negligência, fornecendo insights valiosos para impulsionar ações efetivas nessa área.



Figura 19: Referência Projetual Spiraling Skyscraper Pod City For a Future New York- A equipe de design Chimera concebeu uma incrível série de arranjos em espiral para o Hudson Yards de Nova York, modelados a partir dos complexos ecossistemas criados pelo manguezal. Apelidado de Mangal City, o projeto é um “sistema ecológico urbano” composto por cápsulas modulares que mudam para se adaptar às condições ambientais e contextuais. Um belo exemplo de biomimética e certamente um voo de fantasia, o plano propõe um sistema de construção futurista baseado na flexibilidade. Fonte: INHABITAT <<https://inhabitat.com/files/2010/01/mangal-ed011.jpg>>

Os *Pods de stasis* propostos são estruturas compactas, contendo apenas a área de deitar-se. Sua concepção visa estabelecer um ambiente desconfortável, porém “habitável”. Esses *Pods* teriam em sua natureza, a ideia de serem anexados a vários edifícios já existentes, descaracterizando o cenário urbano atual e transmitindo uma sensação de ruptura e estranhamento, proveniente da natureza parasitária dos pods ao erguer-se de edifícios já construídos, criando um diálogo entre o novo e o existente, ao mesmo tempo seguindo correntes como arquitetura biomimética e o metabolismo, aludindo a fungos quando crescem na natureza, gerando estranhamento e incitando a reflexão sobre a relação entre arquitetura, sociedade e qualidade de vida.

Por fim, espera-se que esse projeto manifesto desperte a consciência coletiva, instigando uma mudança de mentalidade em relação ao atual modelo econômico e à necessidade de boas práticas de arquitetura e urbanismo para criar uma sociedade mais saudável e sustentável.

4.2 – Localização

Tendo em vista que a ideia desse projeto é que ele seja implementado em larga escala, devendo cada unidade cumprir com as especificidades de projeto de seu próprio edifício hospedeiro, faz-se necessário selecionar um edifício existente que cumpra com certos requisitos, tal qual, por exemplo, não serem todas as fachadas constituídas de cortinas de vidro, por isso, foi escolhido o empreendimento “Edifício Cidade De Pinheiros”, localizado na Rua Teodoro Sampaio, nº 2534, Pinheiros, São Paulo/ SP, CEP: 05406-200.



Figura 20: Empreendimento: Edifício Cidade de Pinheiros.
Fonte: Google Earth

A partir da análise detalhada da história social em São Paulo/SP em consonância com a história do desenvolvimento urbano na região do Largo do Batata, fica expressa a tendência do sistema capitalista de mercantilização das necessidades essenciais a sobrevivência humana, para a exploração máxima daqueles que já se encontram em situação de vulnerabilidade social, uma vez que estas são as pessoas mais suscetíveis a se sujeitar tais condições. Nem mesmo conquistas que se provaram historicamente como indispensáveis a salubridade urbana estão salvas dos interesses de especulação imobiliária.

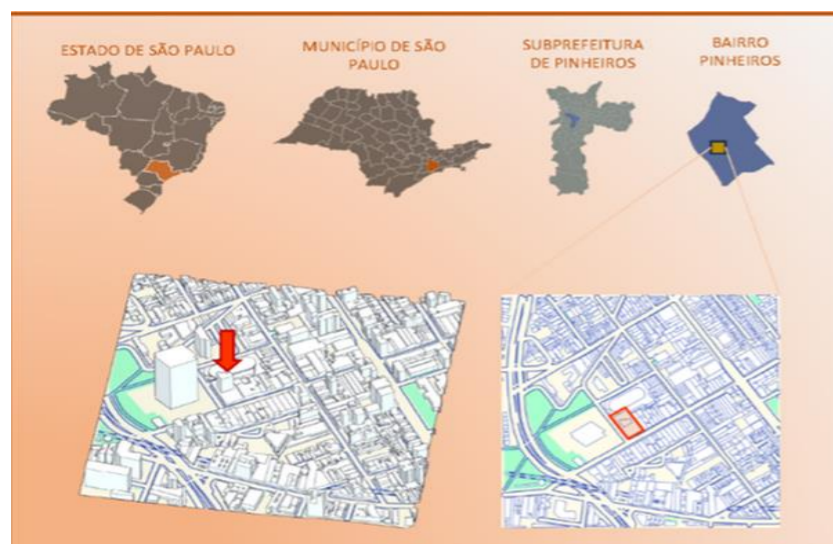


Figura 21: DIAGRAMA DE LOCALIZAÇÃO
Fonte: Gerado pelo autor com CadMapper, Qgía.

No presente está posto que a população mais vulnerável a ser enxergado como potencial mercado a ser explorado são os entregadores de aplicativo. Fioravanti (2023) em seu artigo “Espaço urbano e plataforma digitais: deslocamentos e condições de trabalho dos ciclos entregadores da metrópole de São Paulo” demonstra como as condições deste trabalho precarizado leva os entregadores a dormir nas ruas, mesmo possuindo residências. A história das pressões políticas em São Paulo para valorização imobiliária às custas do encobrimento dos reais problemas coletivos de seus habitantes, leva a projetar que, para o futuro, esse problema social será encarado como algo a se encobrir e simultaneamente uma oportunidade de negócios.

Segundo Fioravanti (2023), esses cicloentregadores dispõem muito tempo de suas moradias até o local, onde esperam em filas, em condições frequentemente precárias, e muitos entregadores enfrentam filas extensas, logo pela manhã no Largo da Batata, sob o sole chuva e sem acesso a banheiro e água, conforme observa-se na figura abaixo,

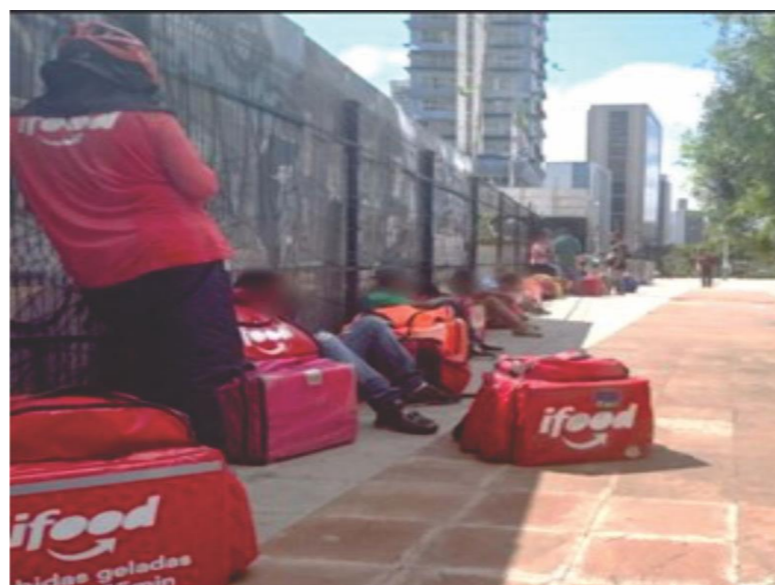


Figura 22: imagem dos cicloentregadores Fonte: Espaço urbano e plataformas digitais: deslocamentos e condições de trabalho dos cicloentregadores da metrópole de São Paulo. <<https://www.scielo.br/j/geo/a/7zBH4NLv5cdgpb9Ld6xP48d/?lang=pt#>>

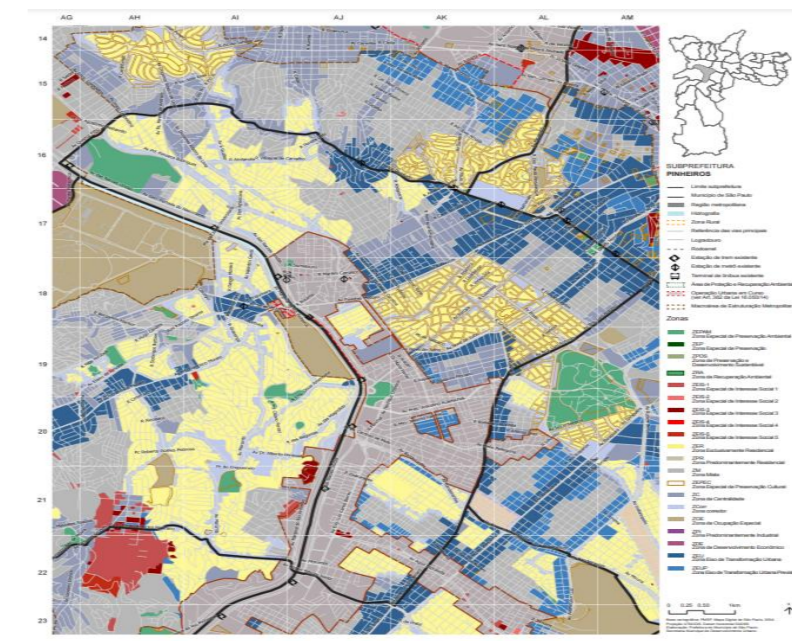


Figura 23: Uso dos Solos, Pinheiros/SP
Fonte: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/10/20.PINHEIROS.pdf>

De acordo com Machado (2019), a realidade é dormir na rua e pedalar 12 horas por dia: a rotina dos entregadores de aplicativos. Conforme eles os pedidos começam a ficar mais intensos é por volta das 19:00, e eles não moram nesses bairros. Vivem nas periferias ou em cidades da Grande São Paulo, e para chegar ao trabalho, muitas das vezes percorrem até 30 km, pedalando.

4.2.1 – Histórico do Surgimento do Bairro Pinheiros

O Bairro Pinheiros em São Paulo surgiu no século XVI, na região oeste da cidade, perto do rio Pinheiros. Seu nome vem dos muitos pinheiros nativos (*Araucaria brasiliensis*) que existiam lá. O bairro só começou a se desenvolver após o ciclo do café no Brasil, entre o final do século XIX e início do XX. Será feito um curto relato do surgimento até os dias atuais do Bairro para a inteiração do presente trabalho.

4.2.1.1 - Cia City & Light CO

A exploração de imigrantes no século XX no Brasil causou degradação da moradia urbana. Em resposta, a Cia City, uma empresa imobiliária fundada em Londres em 1911, desenvolveu bairros jardins para a elite. Segundo Fix e Arantes (2022), a empresa era uma grande fonte de renda imobiliária e contava com membros influentes que impulsionaram investimentos públicos em áreas de sua propriedade.

A Companhia City planejou e coordenou diversos agentes para a produção de espaços urbanos, incluindo a utilização de suas glebas através de vários loteamentos. Um exemplo notável é o Jardim América, seu primeiro empreendimento em São Paulo.

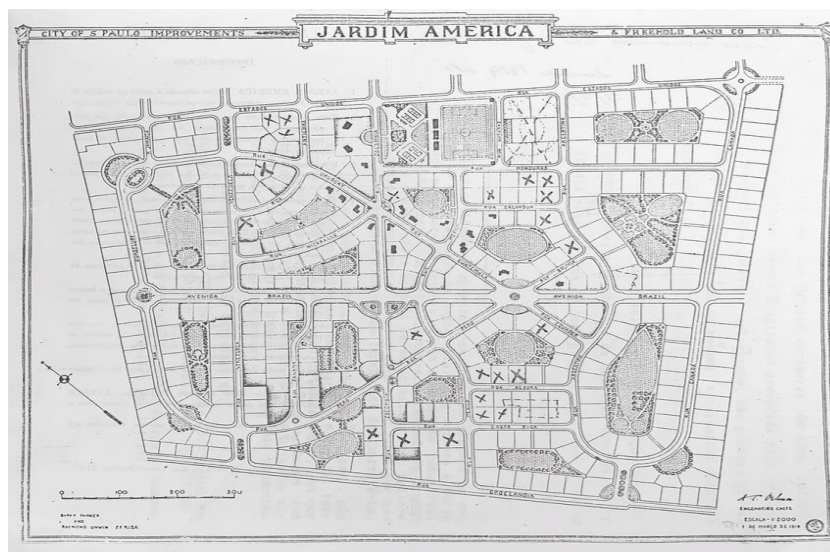


Figura 24: Planta do Jardim América tal como projetado por Urwin e Parker (Folheto de propaganda da City em 1919).

Fonte: São Paulo, cem anos de máquina de crescimento urbano. <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/198524/182686>>

De acordo com Souza (1988) a companhia adquiriu entre 1911 e 1912, 12.380.098 m². Na cidade de São Paulo, ou seja, o equivalente a 1238 hectares.

Na década seguinte, a "The São Paulo Tramway, Light and Power Company Limited" (Light Co.) valorizou

o território de Pinheiros com a construção de represas, bonde e infraestrutura elétrica. A construção demandou a retificação dos rios Pinheiros e Tietê para evitar alagamentos, identificados após a enchente de 1929. Segundo Fix e Arantes, citados por Odette Seabra (2021), a enchente foi causada intencionalmente para valorizar os investimentos da empresa.

As empresas estrangeiras prometiam bairros modernos, naturais e tecnológicos, com reformas hidráulicas da Light co, incluindo a redireção do Rio Pinheiros para a represa Billings.

A empresa contratou Unwin e Parker, urbanistas premiados por criar cidades-jardim, com o objetivo de desenvolver bairros com propriedades coletivas. Porém, Fix e Arantes (2022) revelam que, no Brasil, esse modelo promoveu a segregação socioespacial e a especulação imobiliária. Durante a Primeira Guerra Mundial, os urbanistas, em situação financeira difícil, lucraram com contratos com a empresa.

4.2.1.2 – Período de 1920 a 1940

Na década de 1940, Prestes Maia, como líder da Secretaria de Viação e Obras, consolidou a construção de avenidas e marginais nos rios Tietê e Pinheiros, canalizou córregos e favoreceu o transporte de ônibus, considerado mais adequado para as periferias, substituindo os bondes pelo terminal de ônibus do Largo do Batata.



Figura 25: Terminal de Ônibus do Largo do Batata. Fonte: <<https://www.revistas.usp.br/revistaabverde/article/view/147431/153085>>

4.2.1.3 – Contradições De Um Sítio Urbano

Segundo Fritsch (2019), a igreja jesuíta, marco do locus urbe, foi reerguida quatro vezes. Situada no encontro das Ruas Paes Leme, Butantã, Pinheiros, Teodoro Sampaio e Avenida Brigadeiro Faria Lima, mantém na frente uma área livre similar a adros medievais, conhecida como Largo de Pinheiros. O mercado municipal e a cooperativa agrícola, representantes do comércio local, foram igualmente demolidos e reconstruídos.

Souza (1988) relata que a empresa comprou 1238 hectares em São Paulo em 1911-1912. De 1920 a 1940, a região sofreu alterações significativas, incluindo a inauguração do primeiro shopping em 1966 e um projeto de reurbanização. A Avenida Brigadeiro Faria Lima se tornou um marco após a demolição de blocos comerciais e um projeto de expansão em 1995. Empreendimentos de luxo migraram para essa avenida, afetando o centro da cidade. A partir da década de 70, Pinheiros passou por um processo de verticalização, acompanhado pelo crescimento populacional e aprimoramento do transporte. Na década de 90, tornou-se um centro cultural e gastronômico, apesar da resistência popular. Medeiros (2022) nota que a verticalização beneficia aqueles que podem pagar aluguéis altos, contradizendo a demanda popular.

Simultaneamente a construção do terminal do Largo do Batata há um grande fluxo migratório de trabalhadores nordestinos, que aumenta a presença de comércio no Largo, que um dia havia sido centro comercial da Cooperativa de Agricultores de Cotia. Ambulantes e camelôs passam a ser numerosos na região. (Fritsch, 2019).

Outro ponto apontado por Fritsch, 2019, a reurbanização em áreas urbanas procura eliminar traços do passado, exemplificado pelo caso do Largo do Batata. O Largo dos Pinheiros também passou por transformações durante as décadas de 1930 e 1940 devido ao desenvolvimento mercantil, resultando na diminuição de sua área externa para ceder espaço a edifícios de negócios. Adicionalmente, a migração dos fiéis para igrejas próximas afetou a Igreja de Monte Serrat. Essas transformações colocam esses locais de volta ao destaque, especialmente visíveis para os frequentadores da Avenida Brigadeiro Faria Lima, após a demolição de quadras comerciais em frente ao largo.



Figura 26: Comparativo da Rua Paes Leme com a Igreja Monte Serrat ao fundo e quadra frontais ocupadas por edificações e largo a Igreja após a reurbanização promovida pela Operação Consorciada. Fonte: Pinheiros: As resiliências de um sítio urbano. <<https://www.revistas.usp.br/revistalabverde/article/view/147431/153085>>

4.2.1.4 Período de 1940 a 2021

A atração comercial na região levou à deterioração do centro de São Paulo, movendo empreendimentos de luxo para a Avenida Faria Lima. O projeto urbanístico de 1995 buscava expandir a avenida e revitalizar o Largo do Batata, planejando um terminal multimodal. Com a falência da CAC em 1994, o espaço tornou-se alvo de especulação imobiliária. A revitalização levou à padronização arquitetônica na área, substituindo comércios locais por

edifícios habitacionais e de serviços, alterando a identidade do espaço.

A partir da década de 1970, Pinheiros passou por uma verticalização significativa, com a construção de edifícios residenciais e comerciais. Essas transformações foram acompanhadas por um aumento populacional e pela modernização do transporte público. O desenvolvimento de infraestrutura completa, incluindo os mais diversos serviços, contribuiu para o processo de urbanização e para a consolidação de Pinheiros como uma área urbana dinâmica e em constante evolução.

No decorrer da década de 1990, o bairro se estabelece como referência regional em cultura e gastronomia.

Atualmente o bairro Pinheiros principalmente após pandemia, foi invadido por uma enorme verticalização, ou seja, a destruição de pequenas casas e vilas.

Medeiros (2022) destaca a oposição popular à crescente construção de imóveis, vista como violação das diretrizes do Plano. A autora sugere que tal resistência pode levar à expansão horizontal da cidade, empurrando os pobres para as periferias. Morar perto de comodidades torna-se um privilégio para quem resiste à especulação imobiliária. A verticalização é direcionada aos ricos, contradizendo a demanda real dos paulistanos. Contudo, para aqueles com visão contrária, morar perto de transportes públicos, restaurantes e parques torna-se um privilégio para quem consegue lidar com a especulação imobiliária.

A realidade é que essa verticalização é pensada para pessoas de alta renda, as quais podem pagar os caros preços de aluguel de apartamentos grandes e condomínios que possuem muita vaga de garagem e poucos moradores, um tipo de projeto que contraria a demanda real da população paulistana. (MEDEIROS, 2022, p. 2)

Segue um comparativo como era e atualmente o bairro Pinheiros.



Figura 27: Antes e Depois do Bairro Pinheiros. Fonte: <https://jornal.usp.br/atualidades/novo-boom-imobiliario-na-cidade-de-sao-paulo-apaga-uma-camada-historica-importante/>

A seguir a figura 28 apresenta uma vista aérea de Pinheiros precisamente a Rua Butantã e Largo do Batata.



Figura 28: Vista aérea de Pinheiros. Avenida Brigadeiro Faria Lima, Rua Butantã e Largo do Batata. Em 2021. Fonte: Marcos Santos/USP <<https://imagens.usp.br/editorias/arquitetura-categorias/vista-aerea-da-regiao-de-pinheiros/>>

4.3 - ESTUDO PRELIMINAR

Para dar sequência no estudo faz-se necessário, fazer algumas observações em autores que serviram de inspiração para esta realidade do Embriopod.

A primeira delas é a archigram: trajetória e influências ao longo de suas produções, segundo Crespim 2021, e de acordo com ela o grupo se destaca como marco

de transformações do pensamento da cidade, da representação, da arquitetura e do saber tecnológico aplicado ilimitadamente dentro da sua produção.

O terreno fértil para experimentação de projetos fez com que o futuro desejado de Archigram começasse a ser construído desde 1961, com o lançamento da primeira revista Magazine 1. O grupo acreditava que o formato da revista se estabelecia como possibilidade de divulgação de suas ideias utópicas; de exposições de projetos de membros em manifestações de distintas expressões, de ser um vínculo com a comunicação que tencionava a conexão entre a tecnologia e o homem, e promover uma procura de novos olhares do fazer arquitetônico. (CRESPIN, 2021, P. 2)

O que se percebe é que desde a década de 1960, os ideais Archigram grupo inglês, em Londres, que se autodenominaram dessa forma, com seus principais polos de cultura do mundo.

A imagem 4 Casas Cápsula, Elevações de Torres e Cápsulas, plantas e detalhes do Autor Warren Chalk, 1964, aqui representada pela figura 33. Onde sua obra é composta por uma série de desenhos e esboços, todos feitos em tinta preta sobre papel vegetal. A Torre foi desenhada em corte (como acima à esquerda), depois impressa, recortada e colada para fazer a elevação completa. Na primeira ocasião em que foi publicado (The Sunday Times Color Supplement de 20 de setembro de 1964, a cor foi adicionada pelos impressores. Os vários desenhos foram impressos e montados no quadro. A cor foi adicionada usando filme colorido. Todos os desenhos e esboços originais estão no Deutsches Architekturmuseum, Frankfurt.

Essa imagem foi uma inspiração para o desenvolvimento do Embriopod.

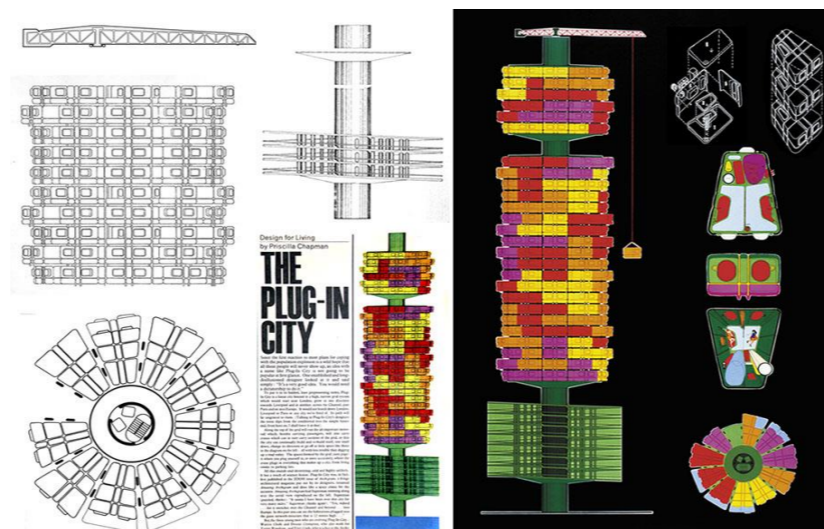


Figura 29: capsuça Homes. Tower and capsule elevations, plans and details. Fonte: <https://archigram.net/portfolio.html>

A segunda inspiração do Embriopod de certa forma está voltada a arquitetura metabolista. De acordo com Tezzari (2021), paralelos ao Archigram, surgiram, na mesma década, os Metabolistas, um grupo formado por arquitetos, estudiosos e designers japoneses que também propunham soluções micro para o melhor funcionamento urbano entre todos os seus aspectos.

Um grupo de arquitetos Japoneses, na década de 1960, criaram um movimento onde geraram imagens para o futuro das cidades, liderados por Kenzo Tange. Criaram o movimento Metabolismo, que inspirava nos princípios da biologia, para mostrar que a cidade é um tecido vivo, que se expande e se movimenta como um organismo vivo.

O conceito defendia que as moradias particulares e/ou edifícios residenciais, comerciais e institucionais fossem compostos por núcleos independentes para que, assim, existisse uma maior praticidade na manutenção de cada módulo arquitetônico, sem interromper ou atrapalhar o funcionamento dos demais módulos. A ideia basilar era de o crescimento biológico orgânico em que módulos se replicariam ou se reduziriam, devido à demanda necessária para o crescimento positivo de uma metrópole. No aspecto urbano, eram planejados projetos para grandes cidades flutuantes que pudessem ser plugadas e

incorporadas ao crescimento urbano. (Tezzari, 2021, p. 7)



Figura 30: Nakagin Capsule Tower, Kisho Kurokawa, 1972. Fonte: <http://tokyoarquitetura.blogspot.com/2012/04/metabolismo-japones.html>

A Torre Nakagin é composta por um núcleo de infraestrutura central, onde as cápsulas se acoplariam à mesma por apenas 4 parafusos de alta tensão.

Apesar deles serem referências neste trabalho é uma ideia para deturpar essas frentes arquitetônicas, todos esses conceitos foram com o objetivo de encontrarem a solução para os problemas de forma positiva, através de soluções modernas para o problema da época, um vínculo de comunicação entre a tecnologia e o homem. Como por exemplo os espaços que ainda não foram resolvidos e esses problemas na atualidade ainda é pior até porque uma das coisas que é preciso deixar claro, ali no texto do Embriopod é que a ideia também é “uma solução” para ser aplicado no campo social, mas ele também é uma solução de terra.

Quanto se trata da questão de terra, voltamos ao que foi tratado na Capítulo 2, especificamente no item 2.1.3 que trata da questão fundiária e a falta de espaço, ou seja,

solo urbano. São consequências da grande urbanização em massa do nosso planeta, porque quanto mais se constrói menos espaço livre na terra passa a existir, um exemplo disso é só pensar num bairro com desenvolvimento e começa a construir casas em cima dos terrenos logicamente os terrenos vão sendo ocupados, ou seja, vai acontecendo que a escassez de terra, uma vez havendo escassez de terra, não terá mais onde construir, faz-se necessário a busca de uma arquitetura alternativa, essa arquitetura alternativa e a arquitetura parasitária.

A arquitetura parasita é definida como um edifício anexado a uma estrutura maior preexistente. Como a arquitetura parasitária ser como solução a um problema urbano, a proposta deve ser baseada em um contexto densamente ocupado. Além disso, o parasita deve servir a um propósito de natureza pública em sintonia com a função de seu hospedeiro e seu contexto imediato. Assim o parasita se incorpora firmemente ao tecido urbano local. (BARATTO, 2019, p. 2)

Exemplo de arquitetura parasitária a seguir:

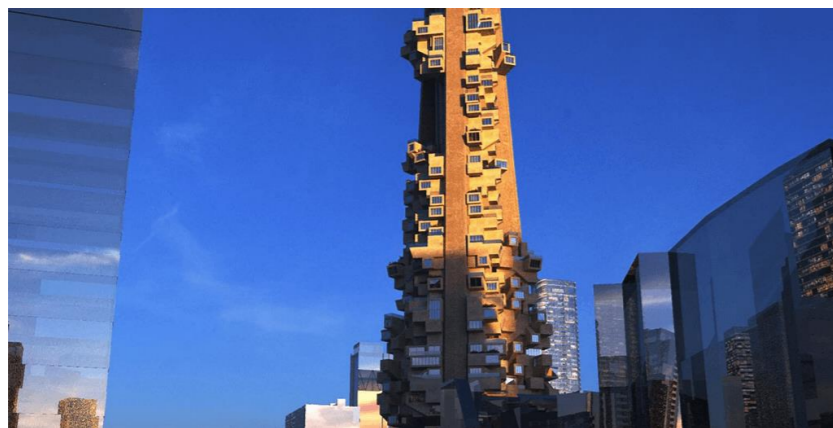


Figura 31: CN Tower – Toronto, Canadá
Fonte: WIKIHAUS <https://wikihaus.com.br/arquitetura-parasita-ocupacao-criatividade-e-transformacao//>

O conceito deste trabalho é a arquitetura parasitaria ou inquilinista, no caso deste trabalho não tem “efeitos negativos sobre o prédio”, ele pode ser chamado de inquilinista, o nome oficial desse tipo de arquitetura é arquitetura parasitaria, é tipo de arquitetura que vai

surgindo através de outras construções. Basicamente este projeto é uma corrupção de temáticas arquitetônicas produzidas pela Archigram e a Arquitetura Metabolista.

Neste caso de estudo, a torre então saia de um edifício que já existe é justamente uma outra forma também de denunciar, mostrar trazendo à tona essa questão de função da terra de que já não há mais espaço para construção é para novas construções e que essa verticalização de forma parasitária, ela também é controversa, seguindo esse padrão de controvérsias, do projeto levantar a verdade existente.

4.3.1 – ESTUDO DO CONCEITO DE ARQUITETURA PARASITA

No processo de desenvolvimento deste projeto, a exploração do conceito de cápsulas habitacionais revelou-se como uma reflexão visual intensa e provocativa. Com o auxílio da inteligência artificial da plataforma Canvas, foi possível gerar imagens que extrapolam os limites tradicionais da representação arquitetônica, criando uma narrativa onde essas cápsulas surgem não apenas como soluções habitacionais, mas como uma verdadeira "infestação" no tecido urbano.

Estas imagens capturam a essência de uma arquitetura parasita que se prolifera e se adapta aos espaços existentes, desafiando as noções de propriedade, território e habitação. Como organismos que crescem e se multiplicam, as cápsulas habitacionais representam uma crítica visual ao sistema que prioriza o lucro sobre o bem-estar social, mostrando como a arquitetura pode invadir, ocupar e reimaginar os espaços urbanos de maneiras imprevisíveis e transformadoras.

Ao explorar estas representações, somos convidados a questionar o papel da arquitetura na sociedade

contemporânea e a imaginar um futuro onde as estruturas não apenas servem, mas também subvertem as dinâmicas de poder que definem nossos ambientes construídos.



FIGURA 32 – COLAGEM DE FIGURAS DO CONCEITO DE ARQUITETURA PARASITA – 1
FONTE: CRIADO PELO AUTOR



FIGURA 33 – COLAGEM DE FIGURAS DO CONCEITO DE ARQUITETURA PARASITA – 2
FONTE: CRIADO PELO AUTOR

4.3.2 – ESTUDO DE CASO: EMBRIOPOD

Chegamos agora ao ponto culminante deste trabalho, onde as reflexões teóricas e críticas se materializam em forma. As pranchas que seguem são a concretização das ideias discutidas até aqui, um testemunho visual da proposta arquitetônica que desafia as convenções estabelecidas de habitação popular.

Nas plantas baixas, cortes e imagens renderizadas, o Embriopod emerge como um manifesto espacial, uma arquitetura parasita que se insere no tecido urbano como uma crítica radical ao modelo de produção habitacional voltado para o lucro. Cada linha, cada detalhe construtivo, é um reflexo das tensões exploradas ao longo deste estudo, onde a arquitetura é utilizada não apenas como abrigo, mas como ferramenta de discurso e resistência.

Convido o leitor a mergulhar nestas representações gráficas com o olhar crítico que guiou este projeto. Mais do que simples desenhos técnicos, estas pranchas são uma extensão do pensamento crítico e da visão para um futuro onde a arquitetura transcende sua função utilitária, tornando-se uma voz ativa na luta por justiça social e ambiental.

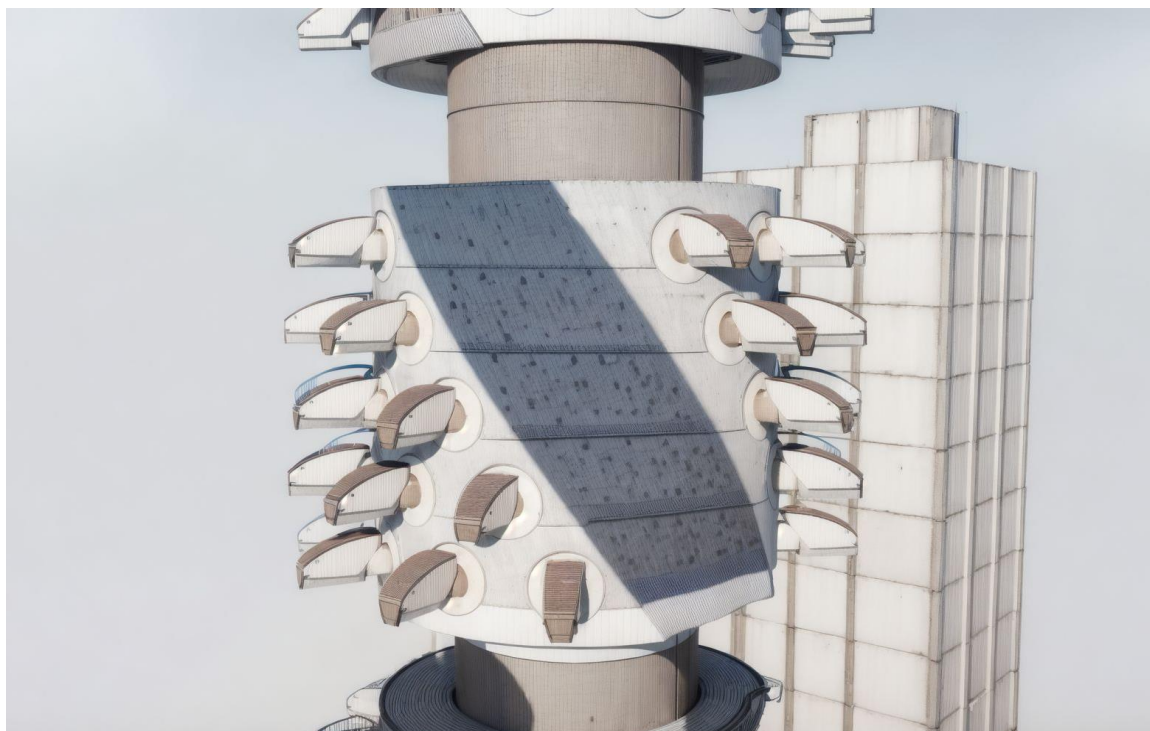
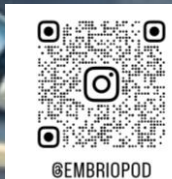
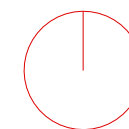
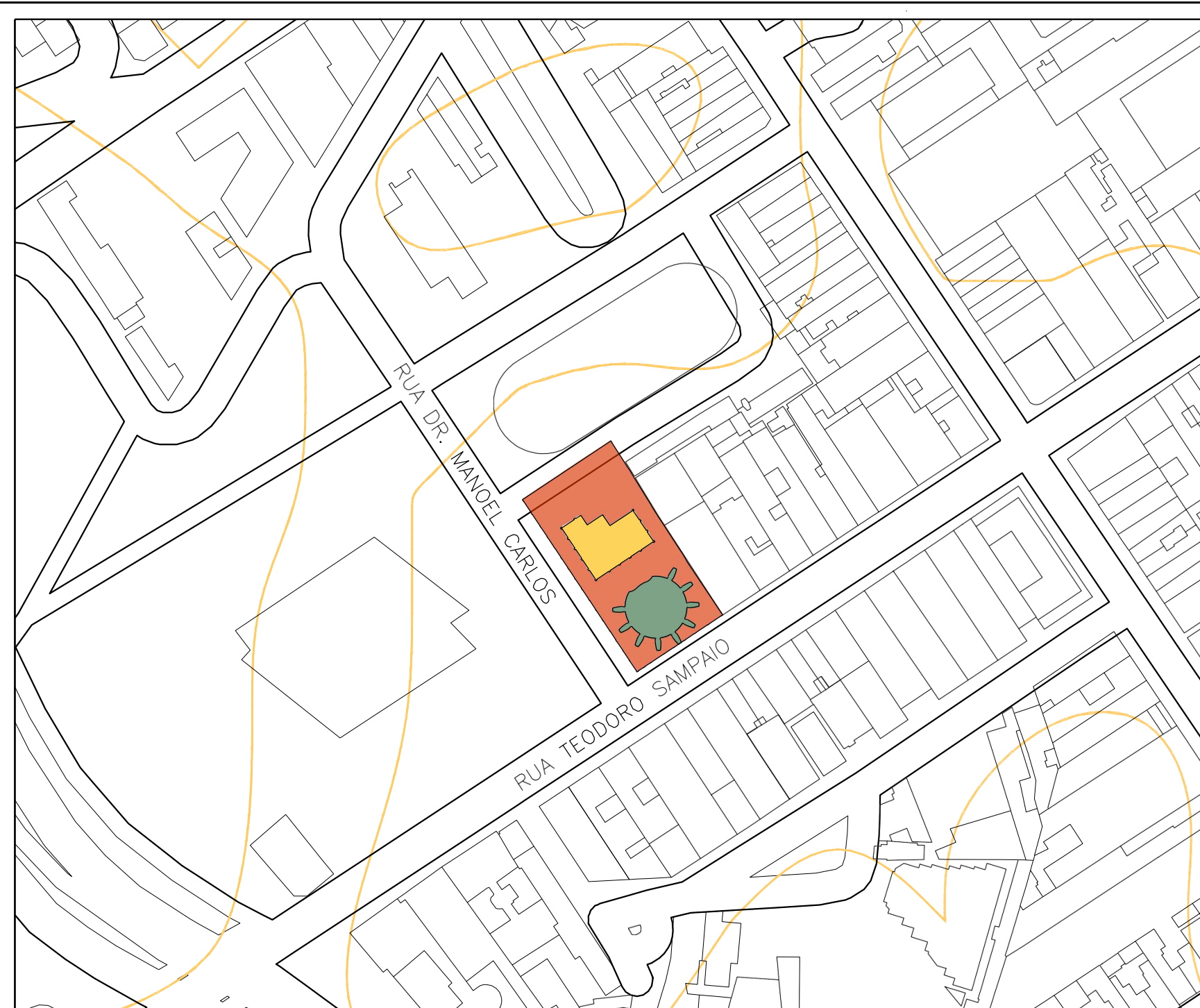


FIGURA 34 – COLAGEM DE FIGURAS DO DESENVOLVIMENTO DA TORRE EMBRIOPOD
 FONTE: CRIADO PELO AUTOR



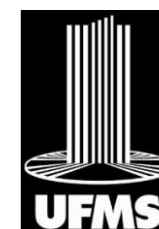
@EMBRIPOD




1

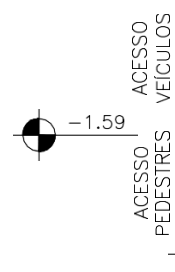
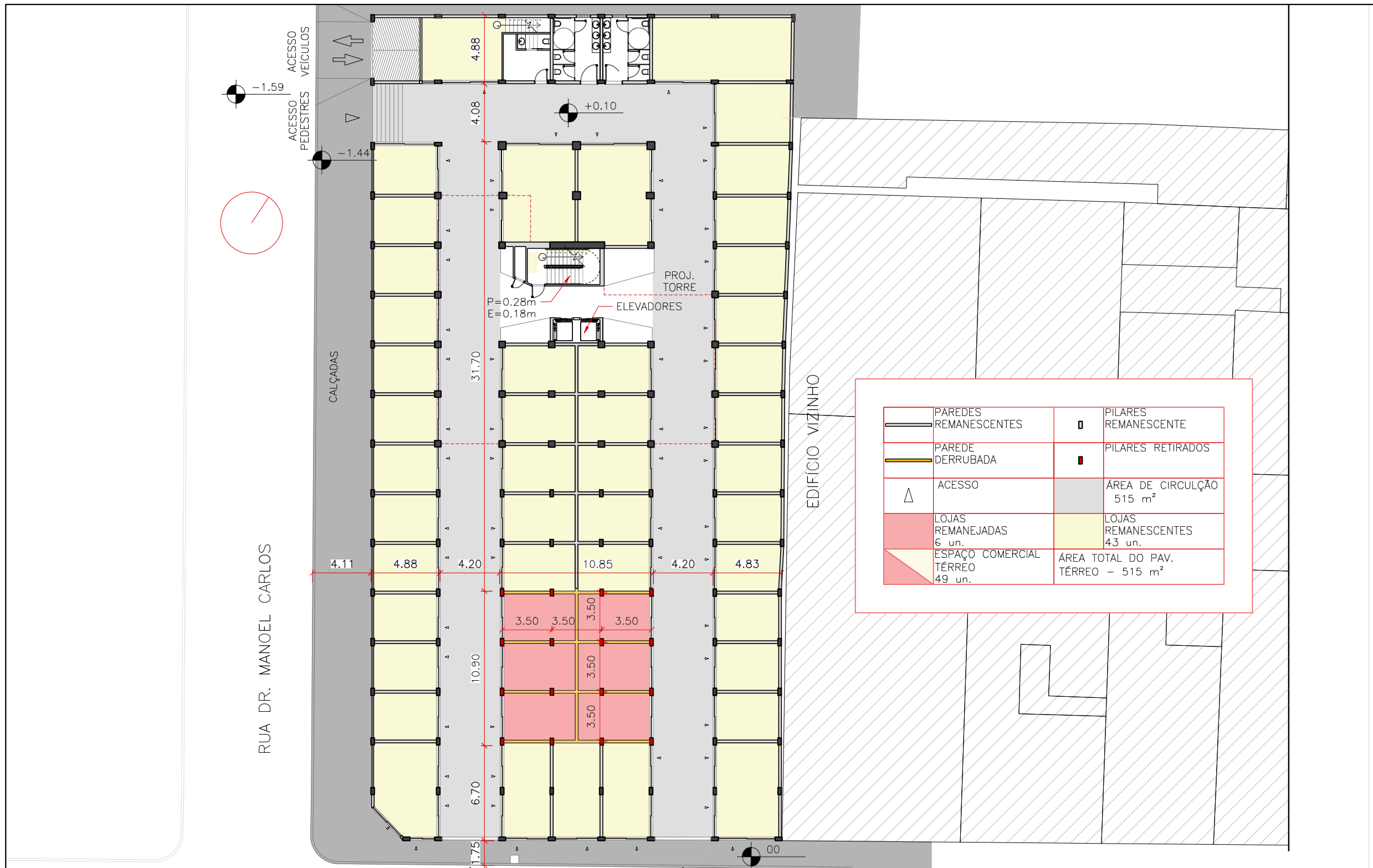
PLANTA DE SITUAÇÃO

ESCALA 1:1250



CAU - CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO/ UFMS

DISCIPLINA:	TRBALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		 @EMBRIPOD
TÍTULO:	EMBRIPOD	ESCALA: INDICADA	
NOME:	YGOR F. DOS SANTOS CABREIRA	R.G.A.: 201321011300	
ORIENTADOR:	Prof. Dr. GILFRANCO ALVES	DATA: 2024/JUN	



RUA DR. MANOEL CARLOS

EDIFÍCIO VIZINHO

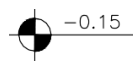
	PAREDES REMANESCENTES		PILARES REMANESCENTE
	PAREDE DERRUBADA		PILARES RETIRADOS
	ACESSO		ÁREA DE CIRCULÇÃO 515 m ²
	LOJAS REMANEJADAS 6 un.		LOJAS REMANESCENTES 43 un.
	ESPAÇO COMERCIAL TÉRREO 49 un.	ÁREA TOTAL DO PAV. TÉRREO - 515 m ²	

RUA TEODORO SAMPAIO

2 **TÉRREO + IMPLANTAÇÃO EXISTENTES**
 ESCALA 1:250



CAU - CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO/ UFMS			
DISCIPLINA:	TRBALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		
TÍTULO:	EMBRIOPD	ESCALA:	INDICADA
NOME:	YGOR F. DOS SANTOS CABREIRA	R.G.A.:	201321011300
ORIENTADOR:	Prof. Dr. GILFRANCO ALVES	DATA:	2024/JUN



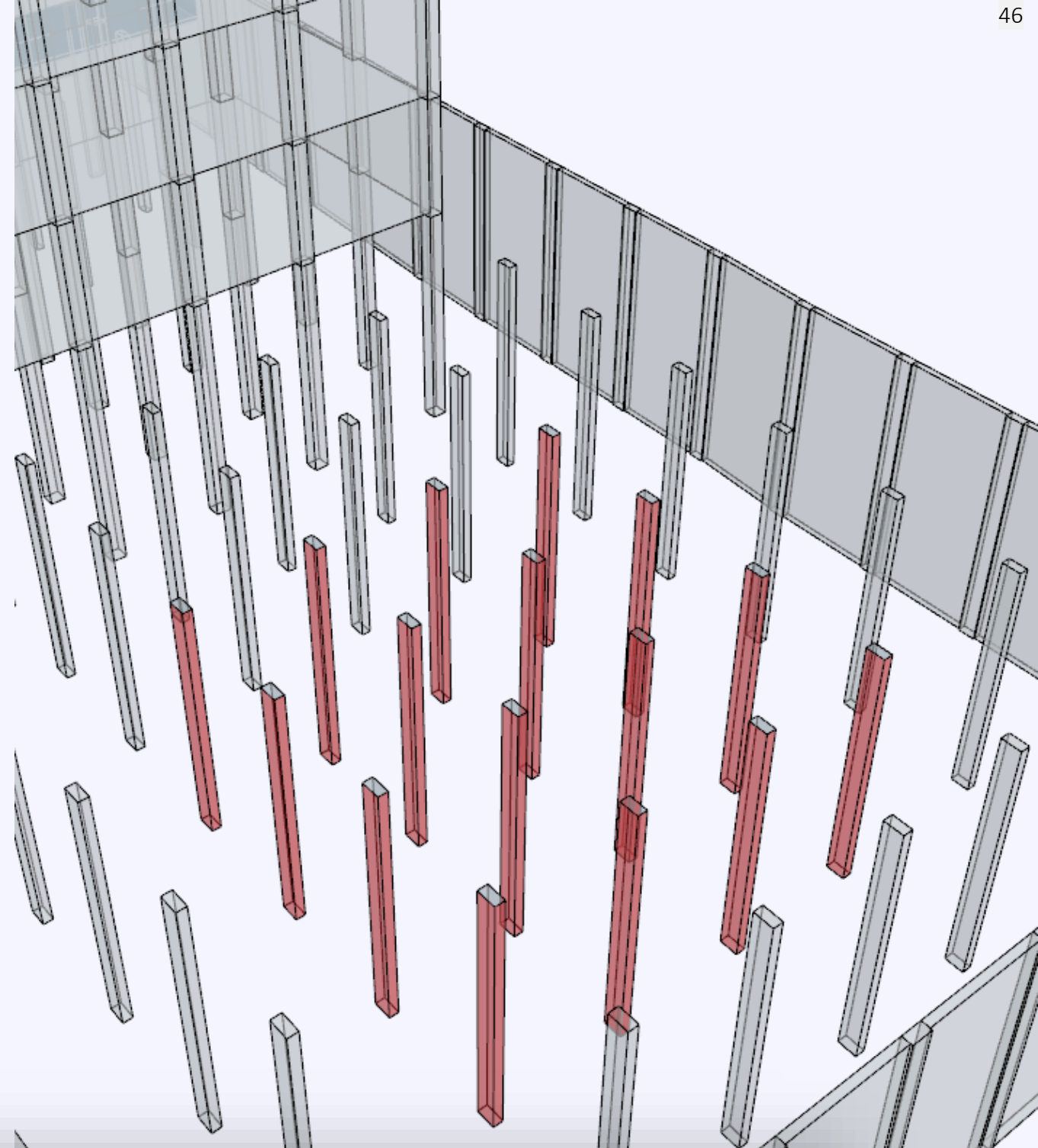
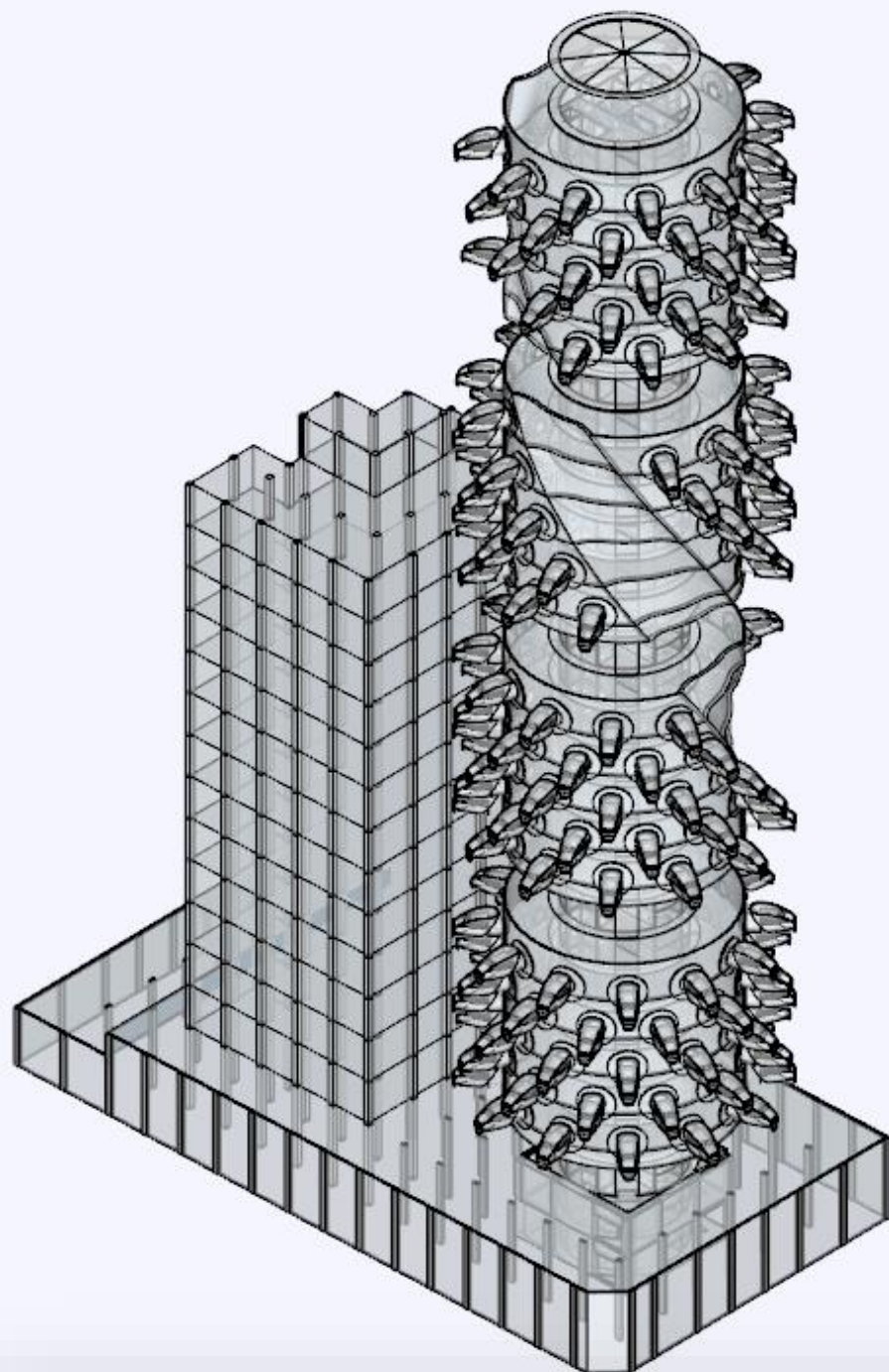
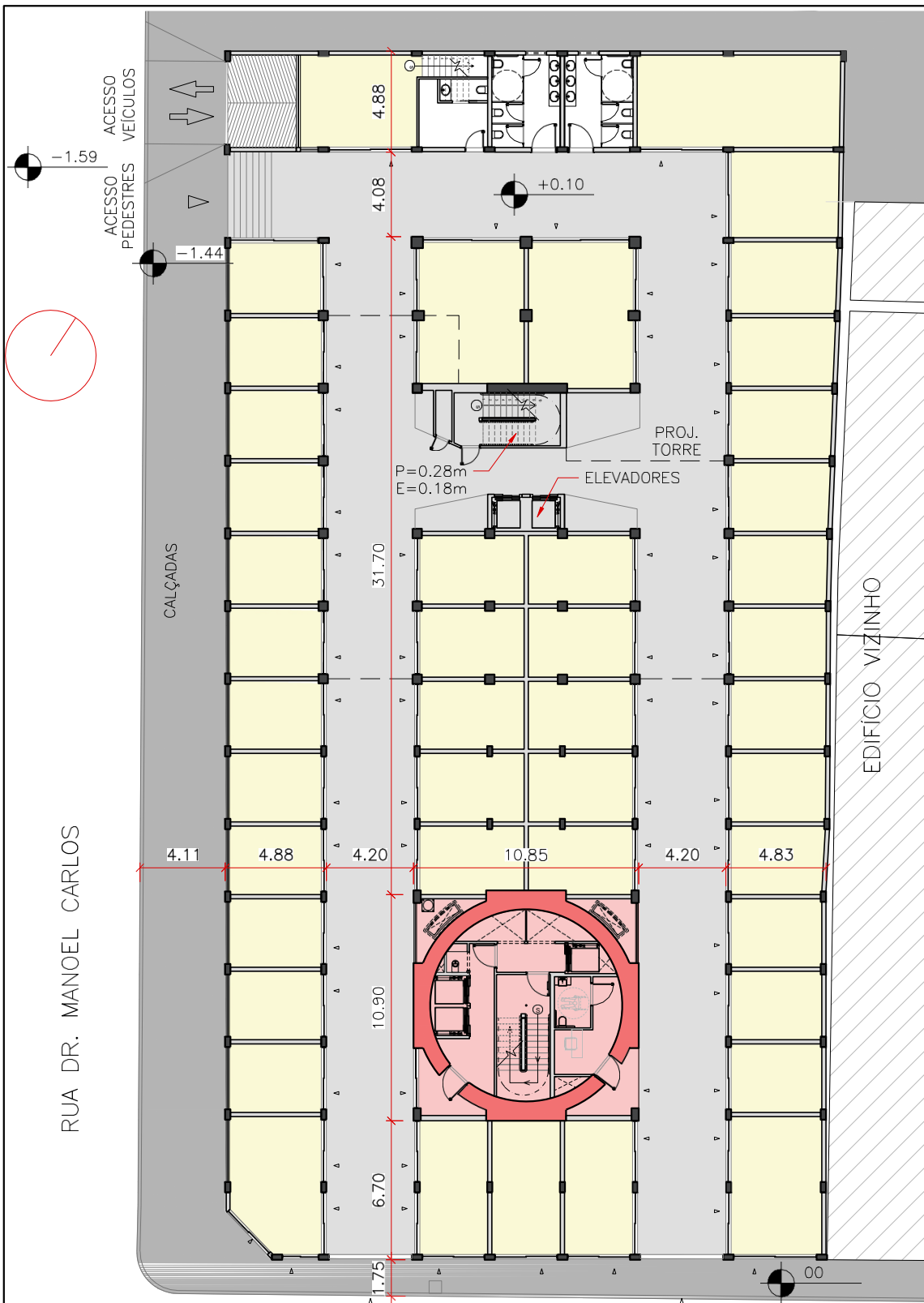


FIGURA 35 – COLAGEM DE FIGURAS DO DESENVOLVIMENTO DO LOCAL DE REMOÇÃO DE PILARES DO EDIFÍCIO EXISTENTE MAIS A INSERÇÃO DA TORRE PARASITA

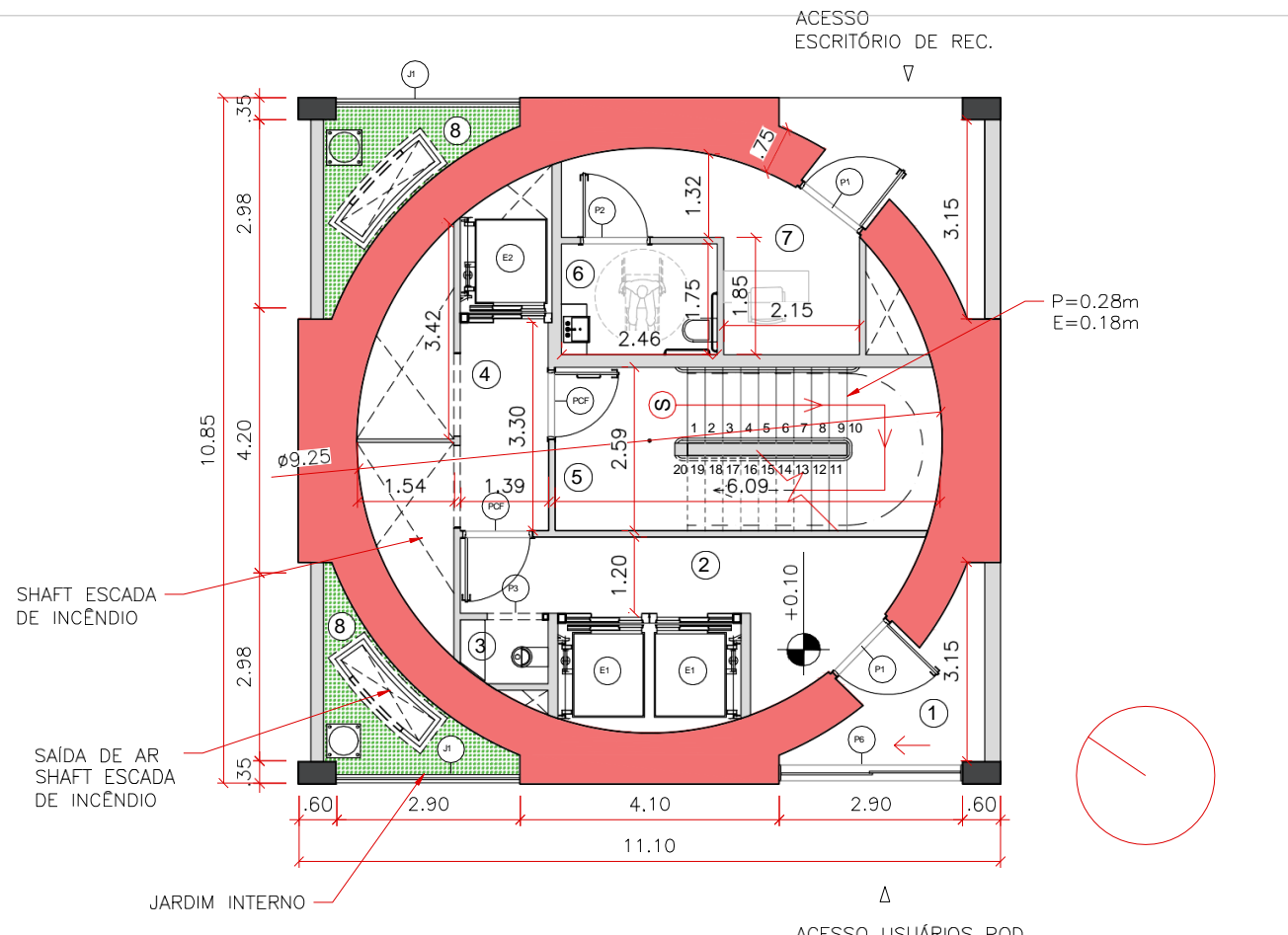
FONTE: CRIADO PELO AUTOR

	Uso	Nº. U.	Área Un.	Área Total
Acesso subsolo	Acesso de usuários que possuem veículos; área de enclausuramento para passagem de bruma de higienização e higienização de calçados; banheiros livres para a área da garagem.	1	120,43 m ²	120,43 m ²
Térreo	Acesso de usuários que vierem da via pública; área de enclausuramento para passagem de bruma de higienização e higienização de calçados; ponto com escritório de controle administrativo e vigilância.	1	120,43 m ²	120,43 m ²
Núcleo tipo (+ apoio)	Acesso vertical aos decks de transição; banheiros e área de hidratação	20	89,92 m ²	1.798,4 m ²
Deck de transição	Acesso do núcleo rígido para o pod de stasis (transição)	20	106,21 m ²	2.124,2 m ²
Pod	Espaço privado, capsula de descanso e acesso à internet.	180	3 m ²	540 m ²
Caixa-d'água	Reservatório de armazenagem da água que abastece a torre Embriopod. (+ reserva de emergência)	2	Caixa d'água: TOTAL: 59.400 litros de água com reserva de 10% (levando em consideração os 180 pods) * 17.820 litros reservatório de cima - Equivalente a 30% * 41.580 litros embaixo	



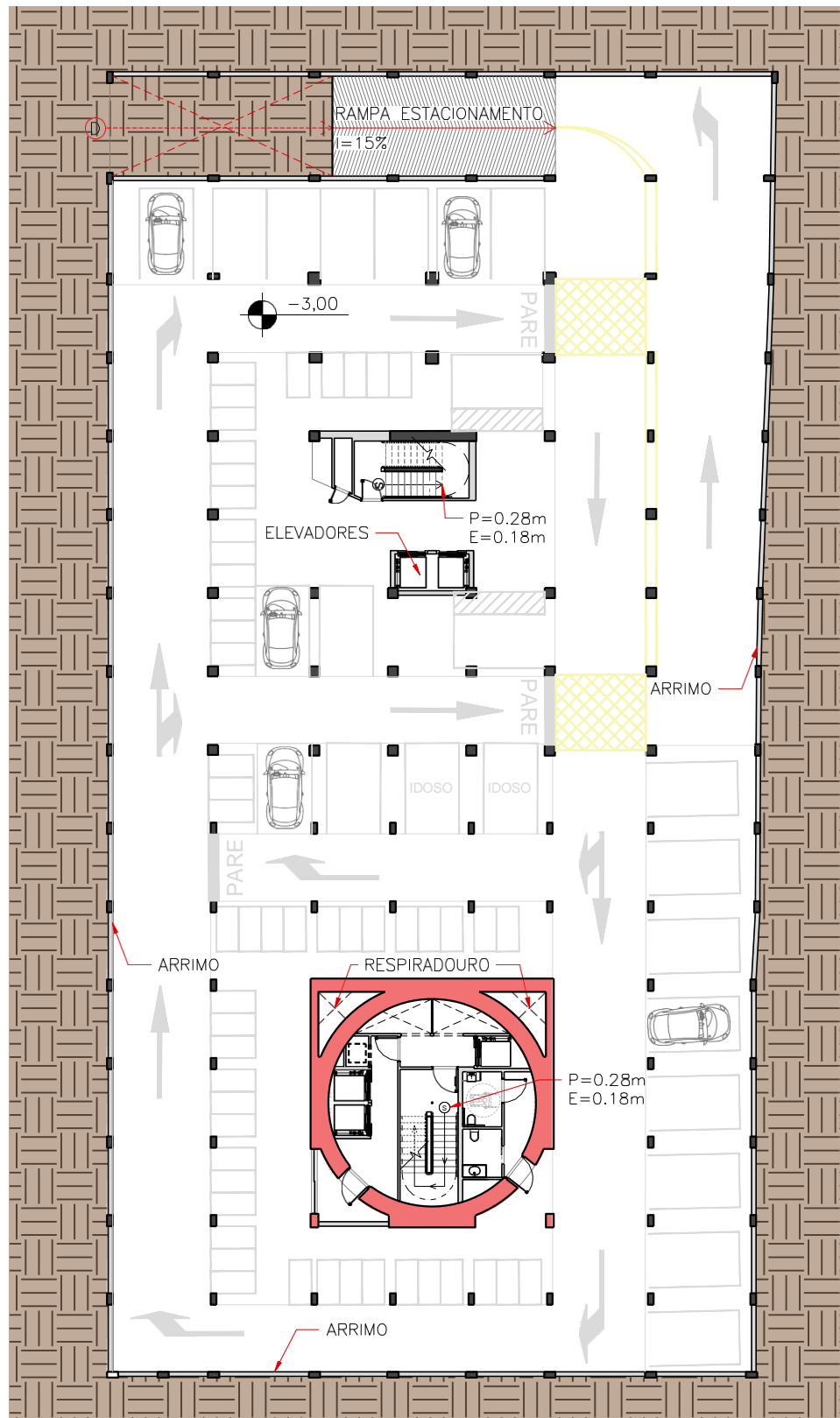
3 **TÉRREO + IMPLANTAÇÃO**
ESCALA 1:250

1	Área de enclausuramento para passagem de bruma de higienização 7.30m ²	4	ANTECAMARA 4.60m ²	7	CONTROLE/ ADM 4.31m ²	P1	PORTA 1 1.12 x 2.10	P6	PORTA 6 (autom.) 2.90 x 2.10
2	ÁREA DE CIRCULAÇÃO 10.46m ²	5	ESCADA 15.63m ²	8	JARDIM DE INVERNO PARA ALOCAÇÃO DE SAÍDA DO SHAFT DA ESCADA - 12.95m ²	P2	PORTA 2 1.02 x 2.10	J1	JANELA DE ACESSO AO JARDIM DE INVERNO 2.90 X 2.10
3	DML 1.33m ²	6	BANHO ACESSIVEL 1 4.31m ²	PCF	PORTA CORTA FOGO 1.12 X 2.10	P3	PORTA 3 (autom.) 0.80 x 2.10	E1	ELEVADOR SOCIAL 1.00 X 1.10
E2	ELEVADOR DE EMERGENCIA 1.00 X 1.10	CL	ROBO DE LIMPEZA DO PAVIMENTO						

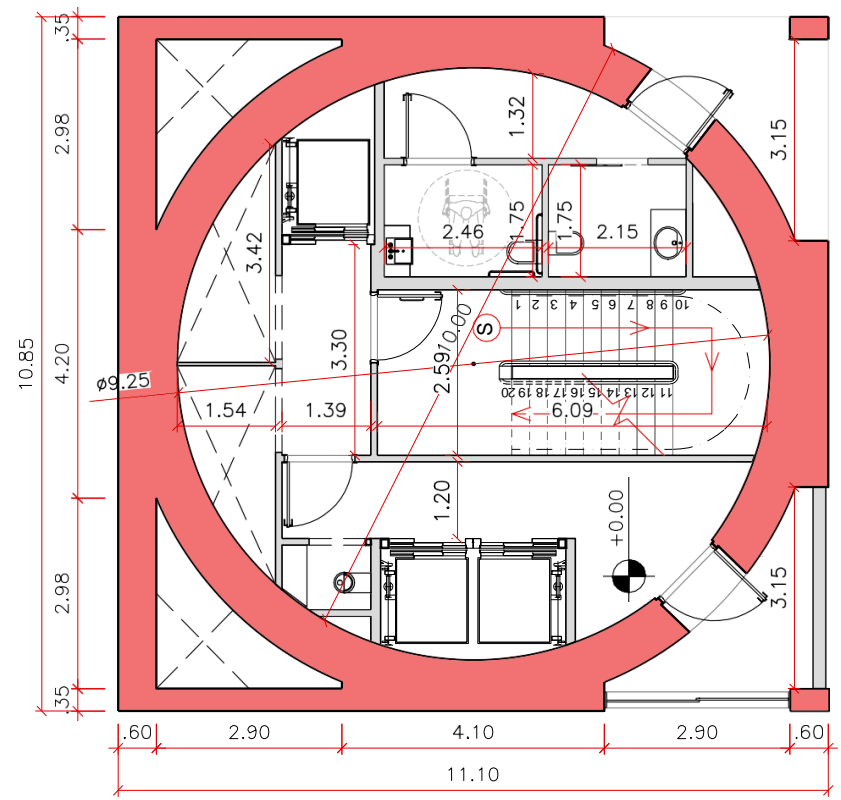


4 **PLANTA NÚC. TÉRREO.**
ESCALA 1:100

	CAU - CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO/ UFMS		<p>@EMBRIPOD</p>	
	DISCIPLINA:	TRBALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		
	TÍTULO:	EMBRIPOD		ESCALA: INDICADA
	NOME:	YGOR F. DOS SANTOS CABREIRA		R.G.A.: 201321011300
ORIENTADOR:	Pr. Dr. GILFRANCO ALVES	DATA: 2024/JUN		





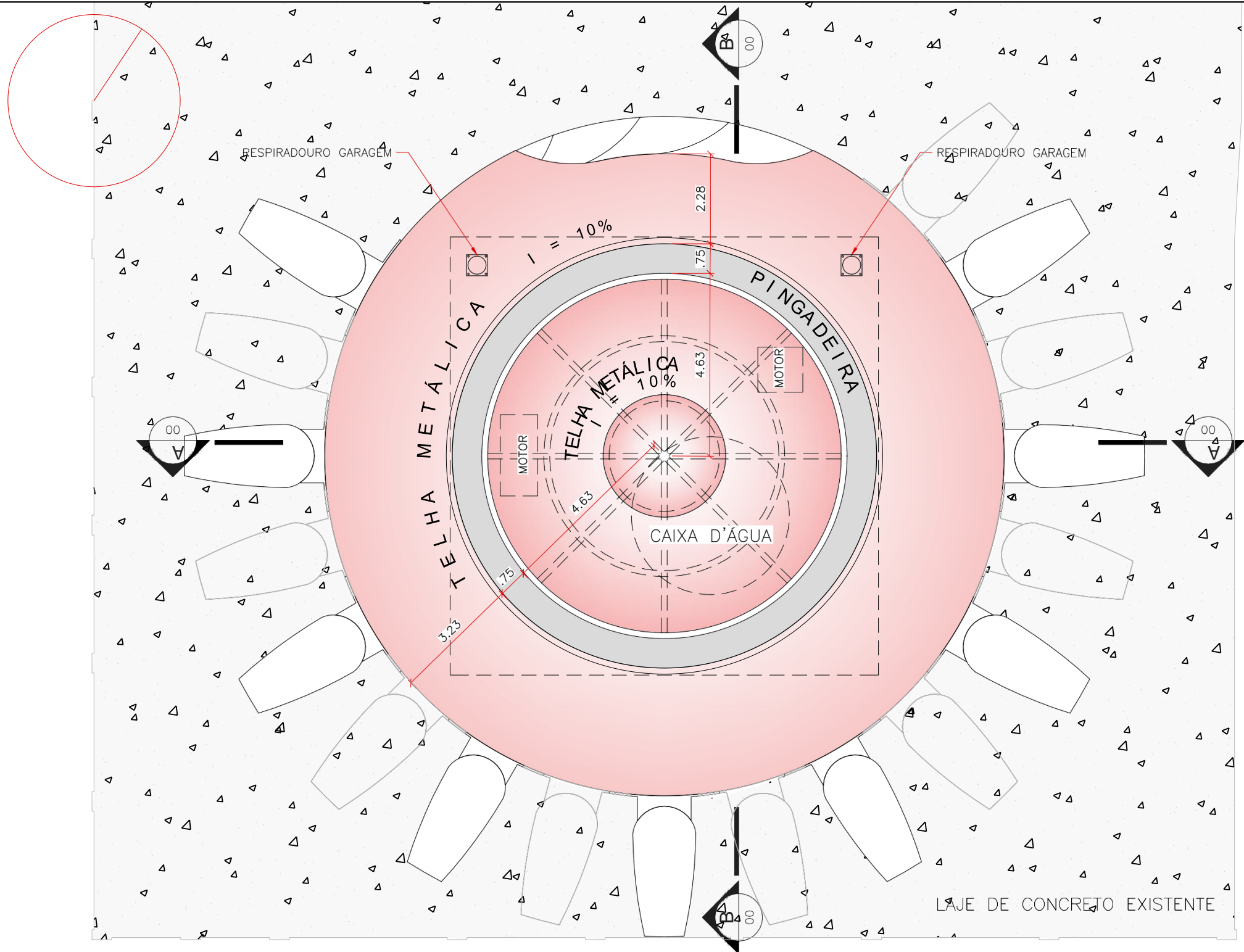
5 PLANTA SUBSOLO
ESCALA 1:250




6 PLANTA NÚC. SUB.
ESCALA 1:100


ACESSOS SUBSOLO

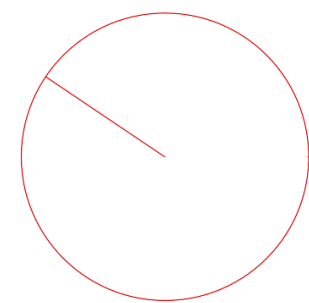
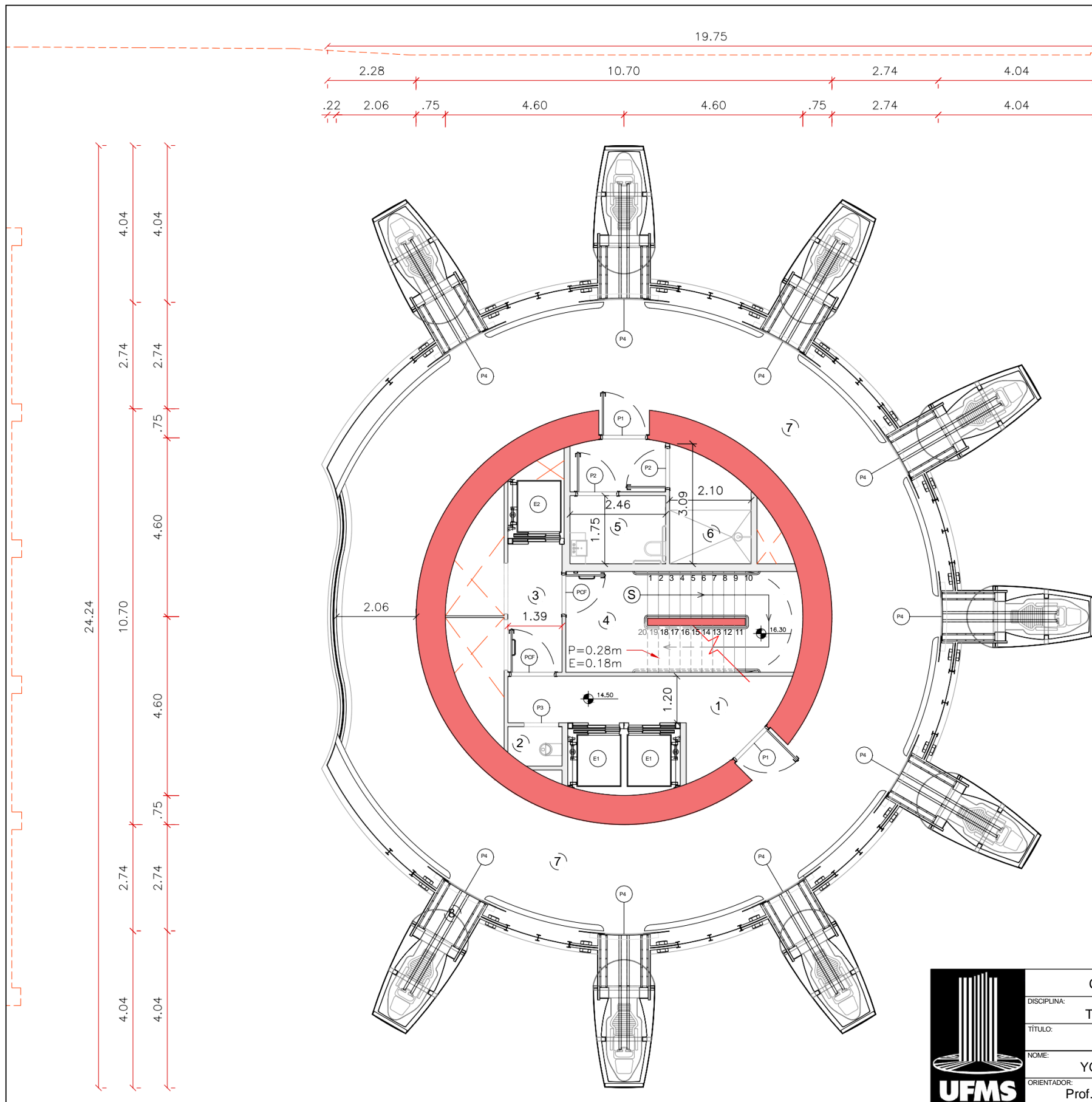
	CAU - CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO/ UFMS		 @EMBRIPOD	
	DISCIPLINA:	TRBALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		
	TÍTULO:	EMBRIPOD		ESCALA: INDICADA
	NOME:	YGOR F. DOS SANTOS CABREIRA		R.G.A.: 201321011300
	ORIENTADOR:	Prof. Dr. GILFRANCO ALVES		DATA: 2024/JUN



7 PLANTA COBERTURA
 ESCALA 1:100

	CAU - CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO/ UFMS		
	DISCIPLINA: TRBALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		
	TÍTULO: EMBRIOPOD	ESCALA: INDICADA	
	NOME: YGOR F. DOS SANTOS CABREIRA	R.G.A.: 201321011300	
	ORIENTADOR: Prof. Dr. GILFRANCO ALVES	DATA: 2024/JUN	


 @EMBRIPOD



①	ÁREA DE CIRCULÇÃO 10.46m ²	PCF	PORTA CORTA FOGO 1.12 X 2.10
②	DML 1.33m ²	P1	PORTA 1 1.12 x 2.10
③	ANTECAMARA 4.60m ²	P2	PORTA 2 1.02 x 2.10
④	ESCADA 15.63m ²	P3	PORTA 3 (autom.) 0.80 x 2.10
⑤	BANHO ACESSÍVEL 1 4.31m ²	P4	PORTA 4 (deslizante autom.) 1.34 X 1.25
⑥	BANHO ACESSÍVEL 2 5.47m ²	E1	ELEVADOR SOCIAL 1.00 X 1.10
⑦	DECK DE TRANSIÇÃO 106.21m ²	ES	ELEVADOR DE SEGURANÇA 1.00 X 1.10
⑧	POD 3 m ²		
	ROBO DE LIMPEZA DO PAVIMENTO		

8 PLANTA PAV. TIPO
ESCALA 1:100



CAU - CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO/ UFMS			
DISCIPLINA:	TRBALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		
TÍTULO:	EMBRIPOD	ESCALA:	INDICADA
NOME:	YGOR F. S. CABREIRA	R.G.A.:	201321011300
ORIENTADOR:	Prof. Dr. GILFRANCO ALVES	DATA:	2024/JUN



@EMBRIPOD

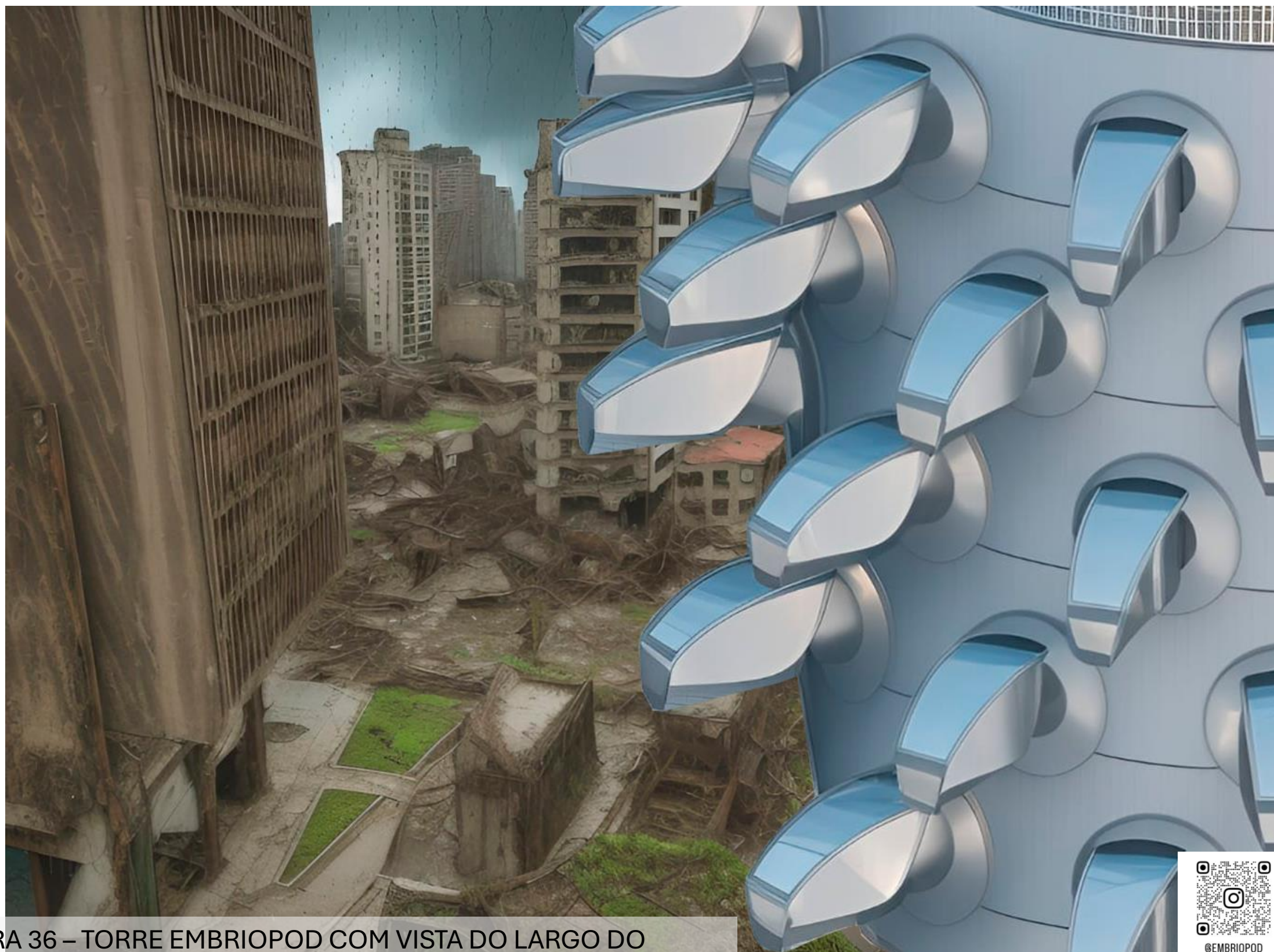


FIGURA 36 – TORRE EMBRIOPOD COM VISTA DO LARGO DO BATATA EM UM CENÁRIO DE DESTRUÇÃO.
FONTE: CRIADO PELO AUTOR



@EMBRIPOD

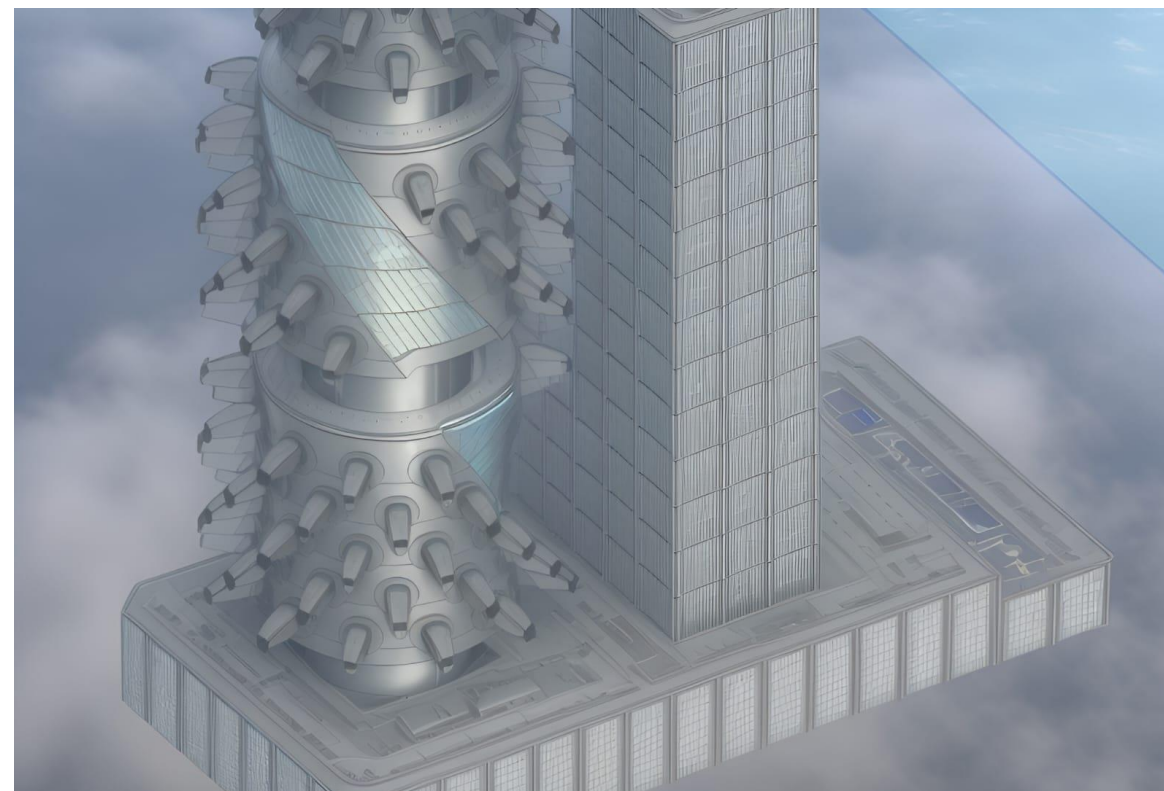
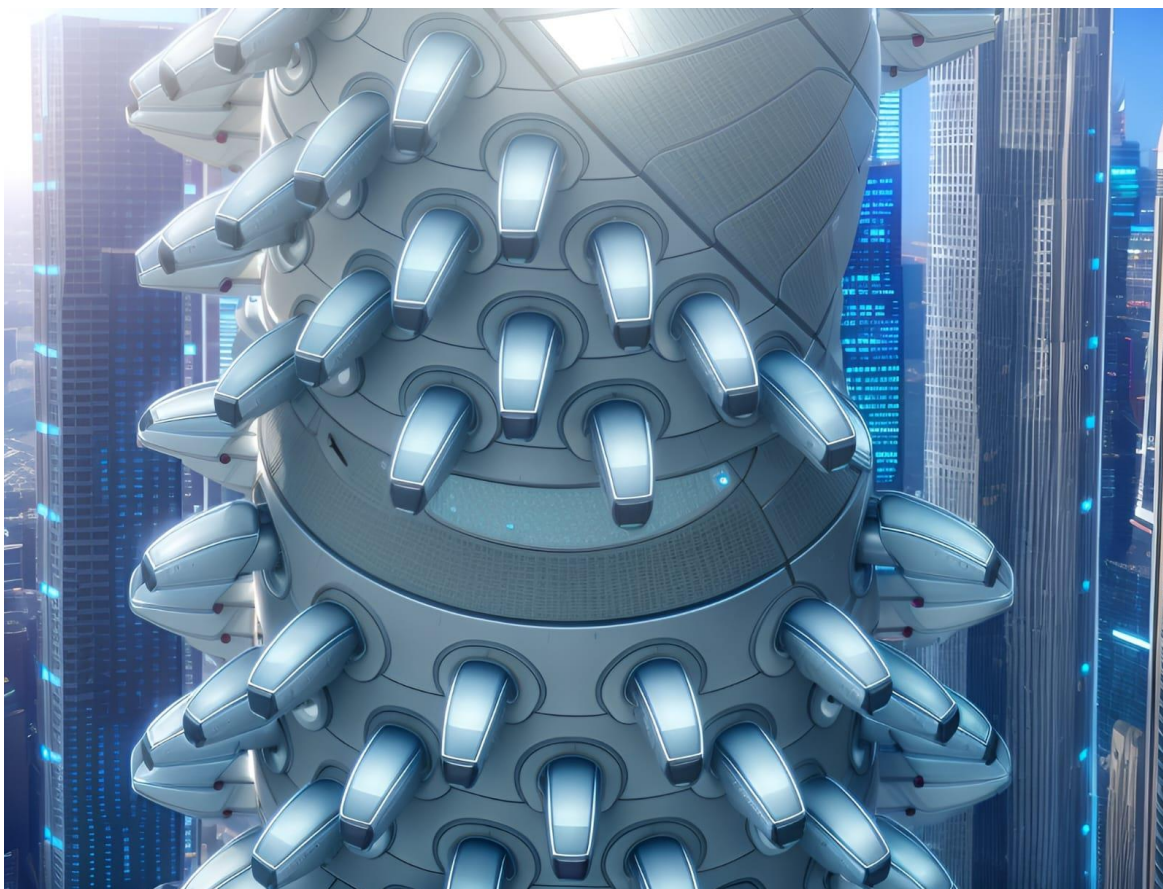


FIGURA 37 – COLAGEM DE FIGURAS DO DESENVOLVIMENTO DA TORRE EMBRIOPOD 2
FONTE: CRIADO PELO AUTOR

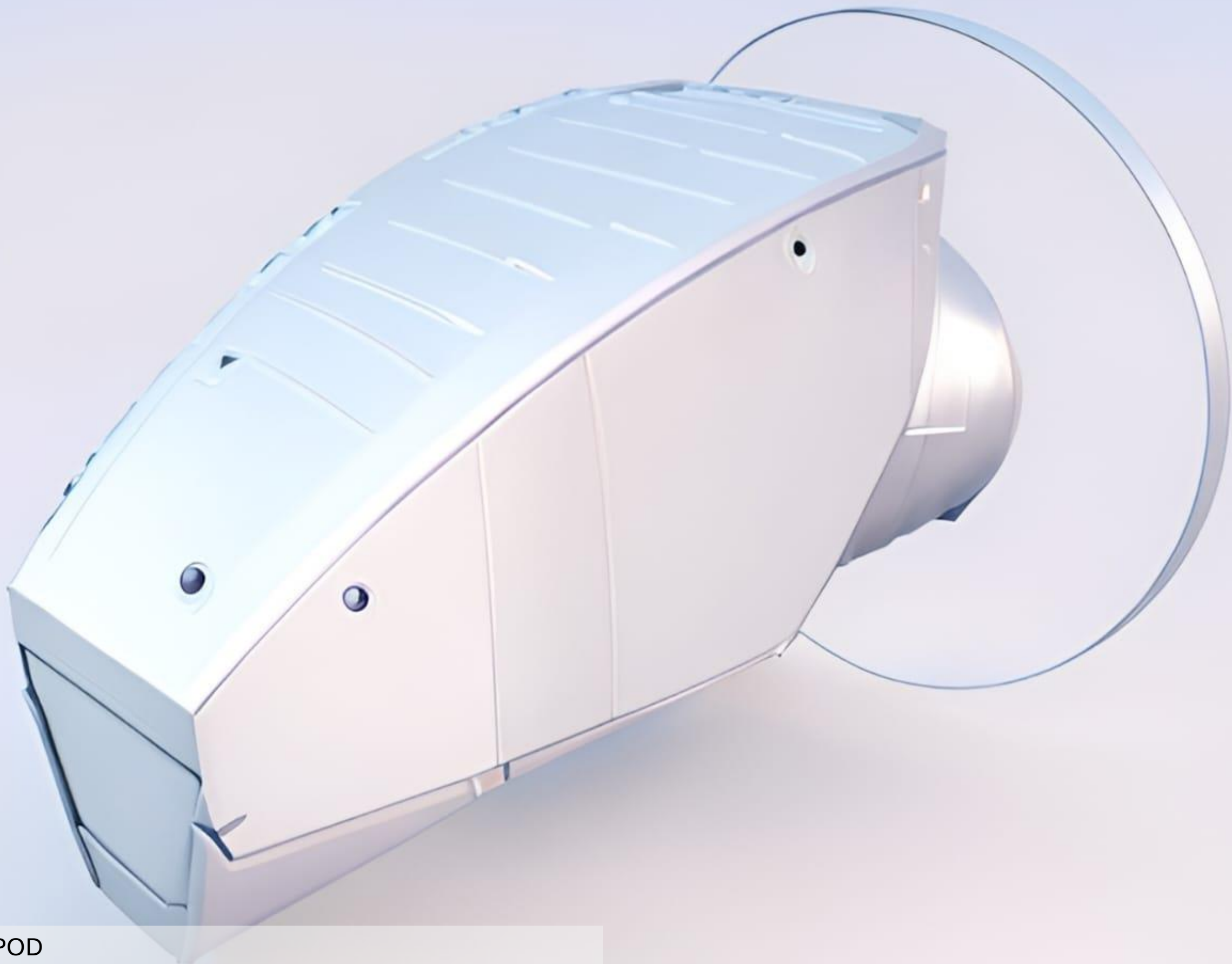
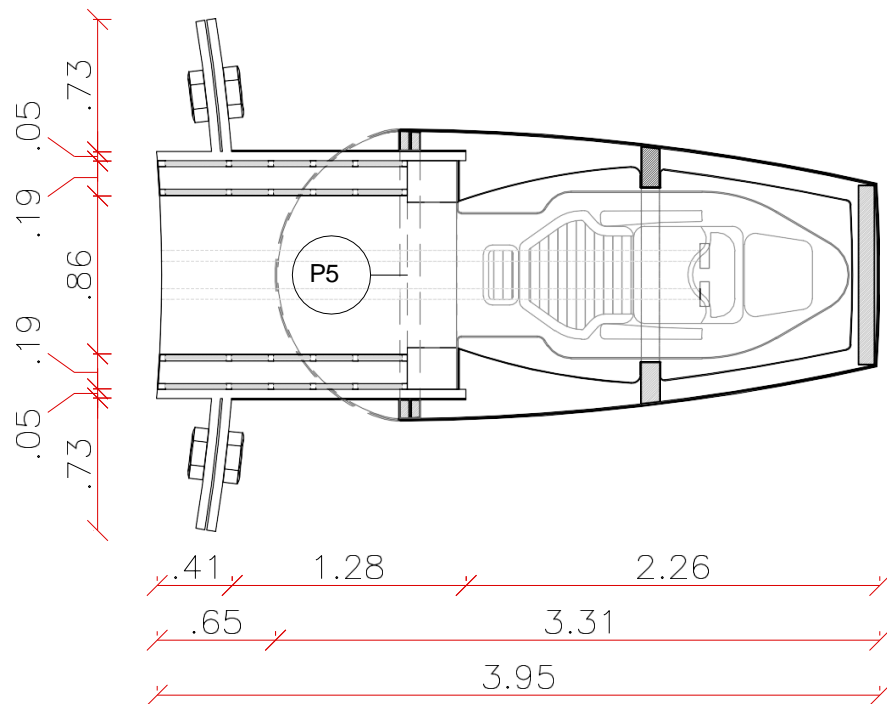
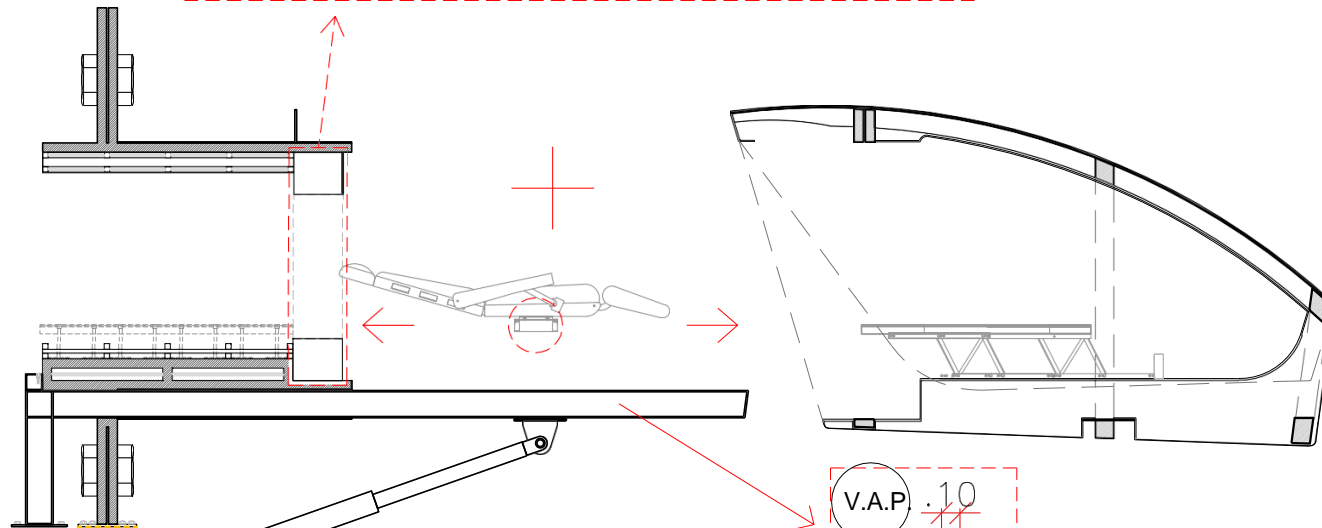
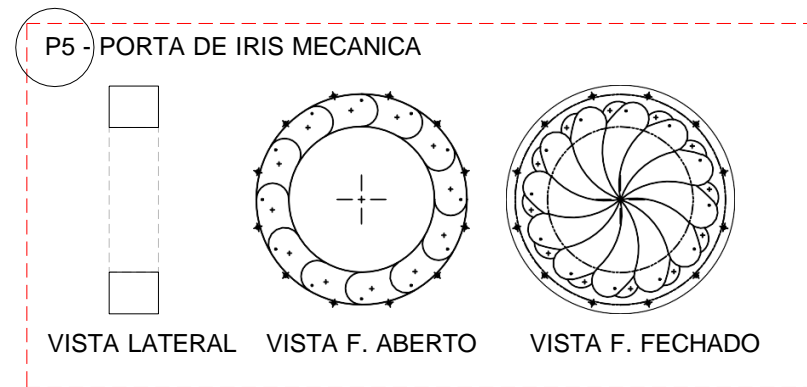
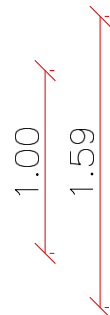


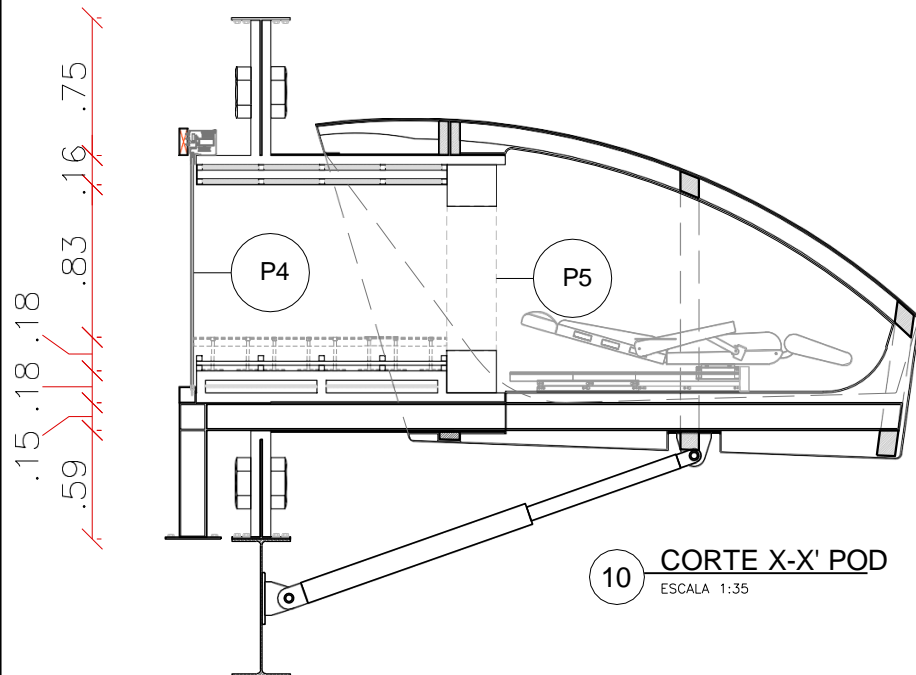
FIGURA 38 – POD
FONTE: CRIADO PELO AUTOR



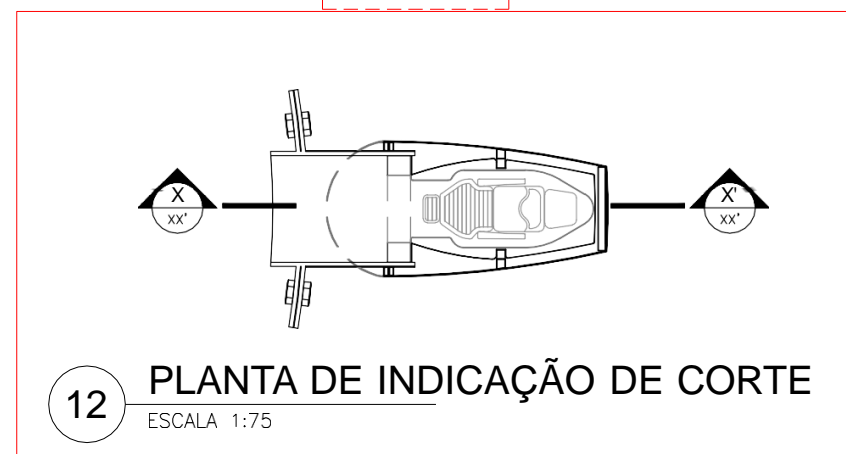
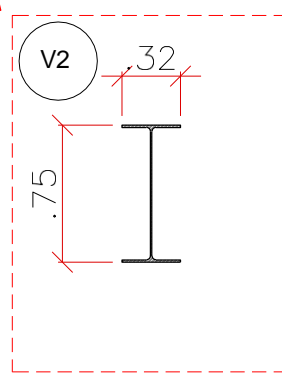
9 PLANTA TUBO DE CONEXÃO + POD
ESCALA 1:35



11 CORTE X-X' POD
ESCALA 1:35



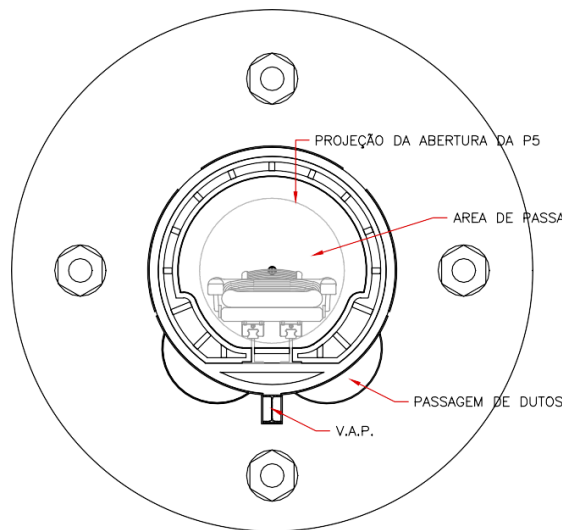
10 CORTE X-X' POD
ESCALA 1:35



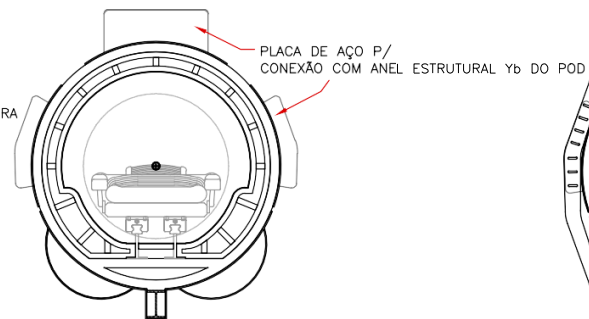
12 PLANTA DE INDICAÇÃO DE CORTE
ESCALA 1:75

	CAU - CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO/ UFMS		
	DISCIPLINA:	TRBALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	
	TÍTULO:	EMBRIPOD	ESCALA: INDICADA
	NOME:	YGOR F. S. CABREIRA	R.G.A.: 201321011300
	ORIENTADOR:	Prof. Dr. GILFRANCO ALVES	DATA: 2024/JUN

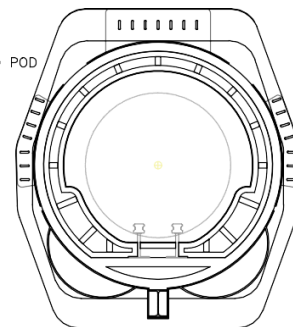
@EMBRIPOD



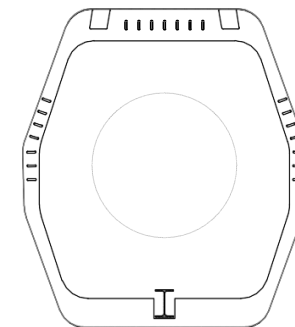
13 -a **CORTE TUBO Ya**
ESCALA 1:35



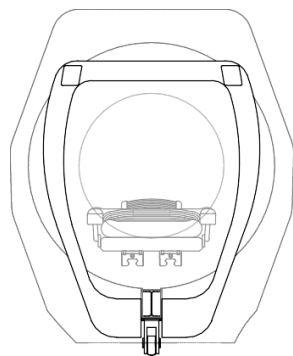
13 -b **CORTE TUBO Yb**
ESCALA 1:35



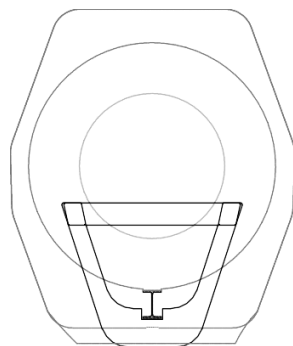
13 -c **ANEL DE ESTRUTURA + TUBO (Yb)**
ESCALA 1:35



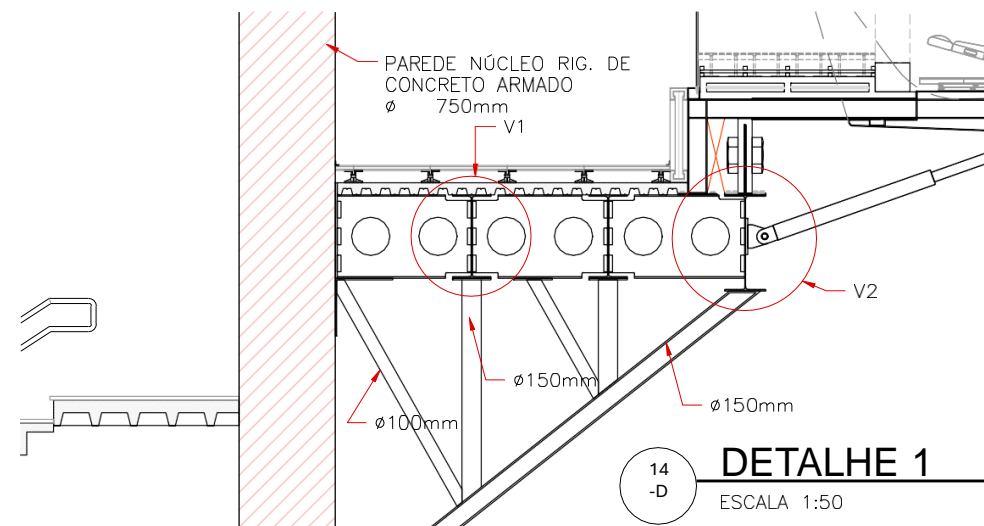
13 -d **ANEL DE ESTRUTURA Yb**
ESCALA 1:35



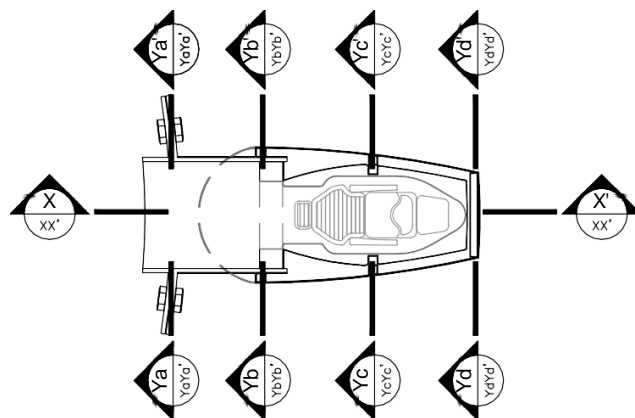
13 -e **ANEL DE ESTRUTURA Yc**
ESCALA 1:35



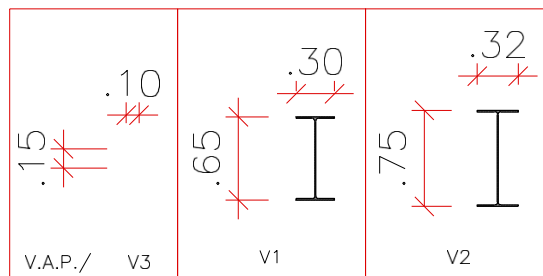
13 -f **ANEL DE ESTRUTURA Yd**
ESCALA 1:35




14 -D **DETALHE 1**
ESCALA 1:50

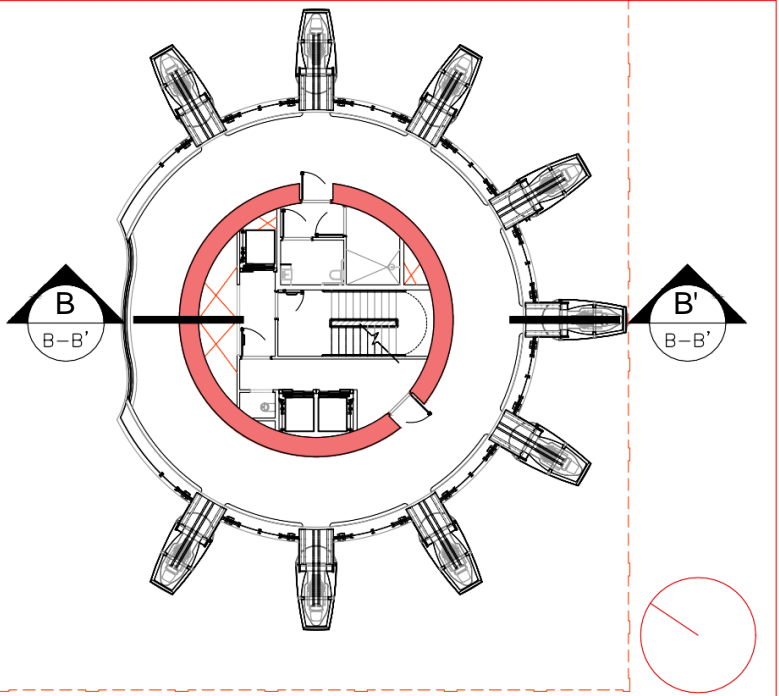
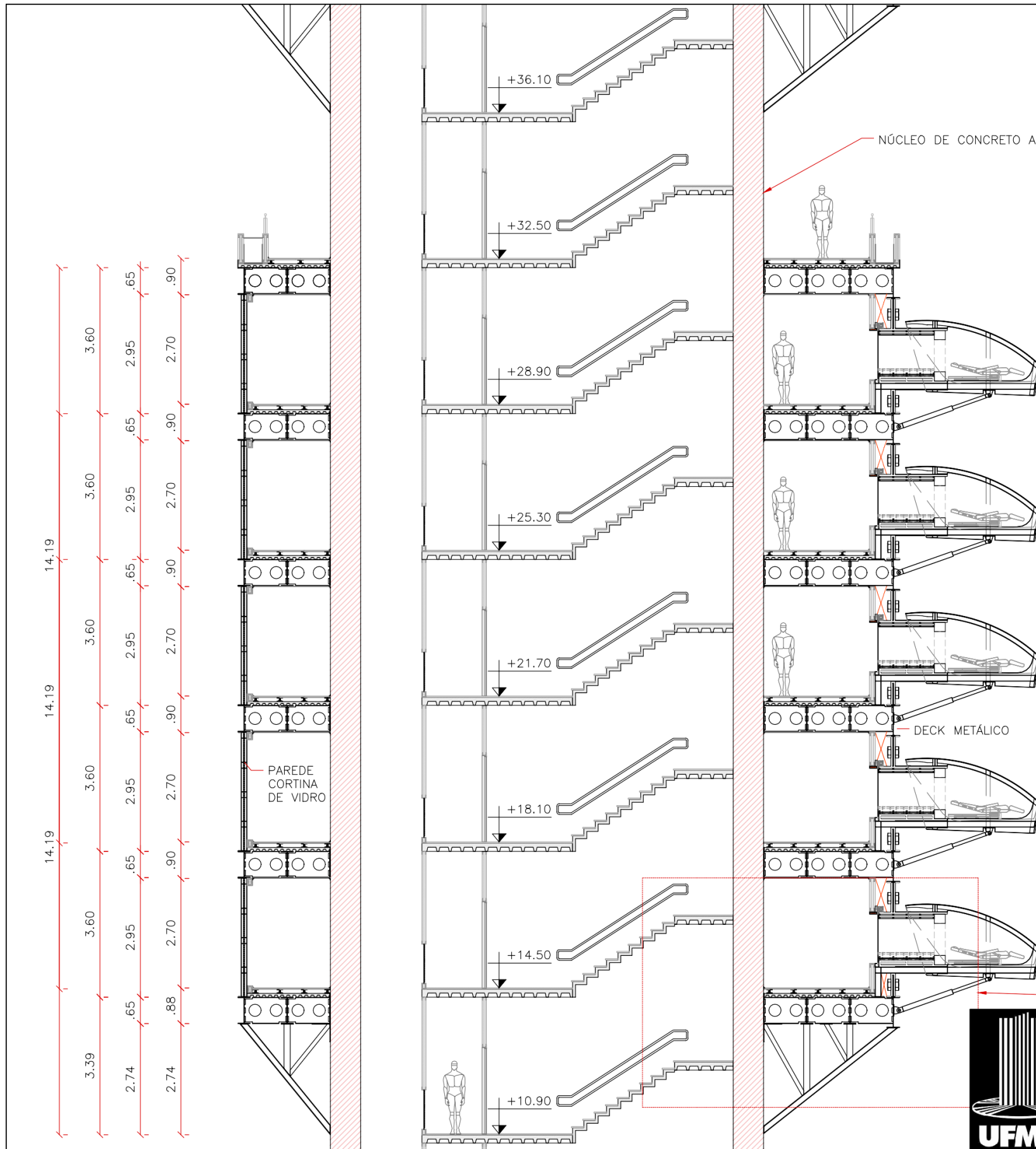


13 **PLANTA DE INDICAÇÃO DE CORTE**
ESCALA 1:75



PERFIS SOLDADOS VS
ESCALA 1:50

			CAU - CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO/ UFMS	
			DISCIPLINA:	FRANCHA:
TÍTULO:		TRBALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		ESCALA:
NOME:		YGOR F. S. CABREIRA		INDICADA
ORIENTADOR:		Prof. Dr. GILFRANCO ALVES		R.G.A.:
				201321011300
				DATA:
				2024/JUN



15 INDICAÇÃO CORTE PAV. TIPO
 ESCALA 1:250

14 ESQUEMA CORTE - SEÇÃO 1
 ESCALA 1:100

CHAMADA DE DETALHE 1



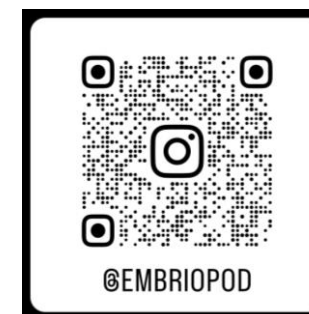
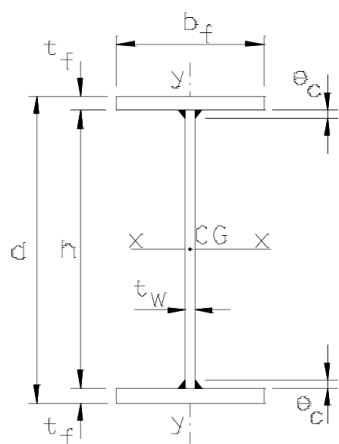
CAU - CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO/ UFMS			
DISCIPLINA:	TRBALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		ESCALA:
TÍTULO:	EMBRIPOD	INDICADA	
NOME:	YGOR F. S. CABREIRA	R.G.A.:	201321011300
ORIENTADOR:	Prof. Dr. GILFRANCO ALVES	DATA:	2024/JUN



PERFIS SOLDADOS VS

	Altura x massa [mm x kg/m]	Linear	A (área- cm ²)	d [mm]	tw [mm]	h [mm]	tf [mm]	bf [mm]
V.A.P. (viga de apoio ao POD)	150 x 18	17,6	22,4	150	4,75	134	8	100
V1	650 x 98	98,1	125	650	8	625	12,5	300
V2	750 x 108	108,3	138	750	8	725	12,5	320
V3	150 x 18	17,6	22,4	150	4,75	134	8	100

Perfis soldados



PREVISÃO DE PREÇO DE ALUGUEL DO POD

**Metro Quadrado Pinheiros, Zona Oeste de São Paulo;
(Dados Agosto 2024/ Portal ZO Imóvel)**

Dormitórios	Vagas de Garagem	Valor médio m ²
Kitnet e 1	SEM VAGA	R\$10.809,36
1 e 2	COM VAGA	R\$11.909,33

O aluguel deve corresponder de 0,5% a 1% do valor líquido do imóvel (2024 Investor Avaliações.)

POD - 3 m ²	* 3m ² =	* 0,5%=
(s/ vaga [R\$ 10.809,36	= R\$32.428,08	R\$1.621,40
(c/ vaga [R\$11.909,33 * 3m ²)	= R\$35.727,99	~ R\$1.786,40



CONCLUSÃO

Ao estudar a produção histórica de habitação social no Brasil, entende-se que as inclinações de mercado libertário por parte do governo, a busca voraz por lucro por parte da iniciativa privada, junto a especulação imobiliária contribuíram para a ampliação do déficit habitacional e para a segregação socioespacial da sociedade brasileira. Ao longo dos anos, foram criados órgãos e programas específicos, como o BNH, a Caixa Econômica Federal e o PMCMV visando proporcionar acesso à moradia para a população de baixa renda. Contudo, mesmo com os esforços governamentais, as políticas habitacionais nem sempre foram suficientes para suprir a demanda habitacional e assim garantir condições adequadas de moradia. O governo, tem o papel fundamental de formulação e implementação de políticas habitacionais, mas atender o objetivo prático de oferecer moradia digna e de qualidade a quem precisa é quase sempre ofuscado pelo verdadeiro foco: o lucro. O processo de produção de habitação social brasileira tem quase que um roteiro: iniciativa governamental (muitas vezes por pressão popular), abertura de processo de licitação para Iniciativa Privada, processo de aceitação do projeto por parte do Governo que também realiza a distribuição das unidades habitacionais ao público direcionado e, quando presente, a etapa de fiscalização, retorna o projeto a Iniciativa Privada,

que subsequentemente, após a entrega, inicia o processo de gestão; um trama morosa, que é "manchada", muitas vezes, por edificações de baixa qualidade e por corrupção, que resultam em projetos restritos a atender o mínimo (exigido pela lei) da "habitabilidade", limitando orçamentos (aqueles que de fato, são aplicados nas obras, visto que, com a corrupção, os investimentos são delapidados e o que é realmente destinado a edificação pode ser um valor muito aquém do previsto e ou disponibilizado) que classificam como "gastos supérfluos" diversos processos que contribuam com a qualidade de vida dos moradores a média e longo prazo. Nesse cenário é necessário reconhecer a importância de uma abordagem crítica e contextualizada da produção de habitação social no Brasil, questionar as estruturas existentes, os modelos de financiamento, as políticas públicas e as práticas do mercado imobiliário, buscando identificar suas limitações e impactos sociais. Isso envolve estudar as desigualdades e as condições precárias de moradia que afetam as populações vulneráveis, buscando soluções que considerem as nuances e desafios específicos do país.

A priorização da forma em detrimento da função e a preterição de interesses sociais em favor dos interesses de mercado por parte de alguns profissionais de arquitetura e urbanismo geram espaços mínimos desconfortáveis, caros e disfuncionais. Essa abordagem compromete a qualidade

de vida e o bem-estar dos usuários, além de dificultar o acesso da população mais necessitada a moradias adequadas.

Então, frente as análises realizadas neste trabalho, o projeto manifesto com seu potencial crítico, pode desempenhar um papel na conscientização dos comportamentos individuais e coletivos e fomentar uma discussão do comprometimento real do profissional de arquitetura e urbanismo com soluções para uma habitação social justa, mas pra isso, é preciso enfrentar preceitos negacionistas, a desvalorização da ciência e a prevalência de interesses econômicos em detrimento das necessidades sociais e ambientais, assim, repensando os paradigmas existentes, para que se possa aprimorar o julgamento crítico e aprender a separar o *que* são "projetos arquitetônicos que servem apenas para atender as necessidades do mercado imobiliário no seu contexto capitalista" (*hince* Embriopod), das soluções arquitetônicas inteligentes, que se adaptam e se transformam, tanto em função às crescentes necessidades do ser humano (frente ao dinamismo (digital) da sociedade atual) quanto em função de estímulos externos, tais quais as imposições da crise ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALISSON, Elton. Expansão desordenada aumenta risco de falta de água na macrometrópole paulista. Agência FAPESP, Revista Plurale, ed. 81, ano 2019, disponível em: <https://www.plurale.com.br/site/noticias-detalhes.php?cod=16822&codSecao=>>. Acesso em 20 de junho de 2023

ALMEIDA, Raquel. Microliving: a controversa tendência dos apartamentos minúsculos: entenda a tendência de morar em lugares cada vez menores em cidades cada vez maiores. Hometeka Do Brasil S/A São Paulo, 2015. Disponível em <https://www.hometeka.com.br/f5/microliving-a-controversa-tendencia-dos-apartamentos-minusculos/>. Acesso em 05 de junho de 2023.

ALVES FILHO, Ailton Pinto. RIBEIRO, Helena. A Percepção do caos urbano, as enchentes e as suas repercussões nas políticas públicas da Região Metropolitana de São Paulo. Parte II – Artigos Saude soc 15 (3) Dez 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/kvt9y8RZycK7V4GtVYMbNnQ/> Acesso em 20 de junho de 2023

Alves, Xandu. Especialistas da USP e Unicamp chamam de 'inaceitável' casa de 15 m² em Campinas. Portal O VALE. 10/06/2023. Disponível em: <https://sampi.net.br/ovale/noticias/2766990/campinas/2023/06/especialistas-da-usp-e-unicamp-chamam-de-inaceitavel-casa-de-15-m-em-campinas>. Acesso em 29 de junho de 2023.

Alves, Xandu e Rede Sampi. Com 15 m², casa embrião construída em Campinas contraria diretriz da ONU. Portal O VALE. 03/06/2023. Disponível em: <https://sampi.net.br/ovale/noticias/2765514/campinas/2023/06/com-15-m-casa-embriao-construida-em-campinas-contraria-diretriz-da-onu>. Acesso em 29 de junho de 2023.

ARAGÃO, Alexandre. Jair Bolsonaro: a trajetória militar e política do presidente que busca a reeleição. JOTA, 2022. Disponível em: [https://www.jota.info/eleicoes/jair-bolsonaro-a-trajetoria-militar-e-politica-do-presidente-que-busca-a-reeleicao-13052022#:~:text=Jair%20Messias%20Bolsonaro%20come%C3%A7ou%20sua,%2C%20e m%20Resende%20\(RJ\)>](https://www.jota.info/eleicoes/jair-bolsonaro-a-trajetoria-militar-e-politica-do-presidente-que-busca-a-reeleicao-13052022#:~:text=Jair%20Messias%20Bolsonaro%20come%C3%A7ou%20sua,%2C%20e m%20Resende%20(RJ)>). Acesso em 28 de maio de 2023

ARAGÃO, Thêmis Amorim. A regulação do mercado imobiliário e política habitacional no Rio de Janeiro. Cad. Metrop. São Paulo, v. 24, n. 54, pp 765 -791, maio/ago 2022. Disponível <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2022-5414> Acesso em 01 de junho de 2023.

Araújo, Lara Oliveira. Microapartamentos + Coworking: Uma Nova alternativa Contemporânea de habitação e trabalho na cidade de Fortaleza-CE. Centro Universitário Christus, Ceará, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unichristus.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1299/1/Lara%20Oliveira%20Araujo%201%20de%202.pdf> acesso em 30 de outubro de 2023.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bpsoc/a/p6t4HnRytCcWZd2fqhKZnSk/?lang=pt>. Acesso em 01 de maio de 2023

BALENA, Ronal. Ciclo de valorização imobiliária: é um bom momento para investir? MySide: Guia Imóveis. Goiânia, 2023. Disponível em: <https://myside.com.br/guia-imoveis/ciclo-valorizacao-imobiliaria>>. Acesso em 05 de junho de 2023.

BARATTO, Romullo. Concurso “Arquitetura Parasitária”: nem todos os parasitas são ruins. ArchDaily. Publicado em 23 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/930544/concurso-arquitetura-parasitaria-nem-todos-os-parasitas-sao-ruins#:~:text=A%20arquitetura%20parasita%20%C3%A9%20definida,um%20contexto%20densamente%20o%20ocupado.>> acesso em 10 de janeiro de 2024.

BARBOSA, Igor Palma. A Alta das Commodities Agrícolas e o Estabelecimento do Milagrinho na Economia Brasileira do Governo Lula. Revista Conjuntura Global. Paraná, V. 9. n. 2, p. 145 – 161, 2020.

BARBOSA, Benedito Roberto; AVANCI, Juliana L.; KOHARA, Luis T. Pandemia nos cortiços de São Paulo e as mortes (in)visíveis em uma cidade que ninguém quer ver. labcidade/ 22 de junho de 2020. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/pandemia-nos-corticis-de-sao-paulo-e-as-mortes-invisiveis-em-uma-cidade-que-ninguem-quer-ver/>. Acesso em 12 de junho de 2023.

BBC NEWS BRASIL. Coronavírus: porque a OMS diz que o pior da pandemia de covid-19 ainda está por vir. BBC, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53235045>>. Acesso em 23 de 2023.

BLACKBURN, Elizabeth; EPEL, Elissa. The telomere effect: a revolutionary approach to living younger, healthier, longer. Grand Central Publistrated, Illustratec, Hachette UK, 2017.

BONDUKI, Nabil. Origens da Habilitação Social no Brasil Ocaso de São Paulo, 1930 a 1954. São Paulo, dezembro de 1994. Tese de Doutorado apresentado ao Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - USP, disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-17052022-100206/publico/Bonduki_Nabil_Georges_DO_1994.pdf>. Acesso em 21 abril 2023.

_____. Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 1998. 3. ed. São Paulo, SP: Estação Liberdade, FAPESP, 2002. 342 p. ISBN 8585865911.

_____. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. arq.urb, [S. l.], n. 1, p. 70–104, 2008. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/81>>. Acesso em 28 de abril de 2023.

_____. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria.** São Paulo, 1998: Estação Liberdade. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000988439>> Acesso em: 15 de junho de 2023.

BONDUKI, Nabil e ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo — Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho, in MARICATO, Ermínia (org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa Omega, 1982.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil. Dossiê Cidades, Espaço Plural, Ano VIII, Nº 17, 2007, ISSN 1518-4196.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 2015.

BRASIL. (2009) Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante lançamento do Plano Habitacional. Presidência da República. Secretaria de Imprensa, Brasília/ DF.

_____. (2016). Portaria nº 258, de 16 de junho de 2016. Divulga propostas apresentadas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, operado com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social-FDS, na forma que especifica, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União.

_____. (2017a) 6ª Conferência Nacional das Cidades. Conselho das Cidades, Ministério das Cidades. Brasília/ DF.

_____. (2017b) Avaliação de políticas públicas: programa Minha Casa Minha Vida. Consultoria de orçamentos, fiscalização e controle; consultoria de orçamentos, fiscalização e controle. Brasília/DF: Senado Federal

_____. (2019) DECRETO Nº 9.759, DE 11 DE ABRIL DE 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Presidência da República.

_____. (2021) Lei nº 14.118/21. Institui o Programa Casa Verde e Amarela. Presidência da República, Casa Civil, Brasília/ DF.

_____. (2022). Casa Verde e Amarela 2022: como funciona, inscrição e simulação Caixa. CEF, Programas de Propagandas. Brasília/DF,

CARDOSO, Adauto Lucio. ARAGÃO, Thêmis Amorim. ARAUJO, Flávia de Sousa. Habitação de interesse social: Política ou Mercado?? Reflexos sobre a Construção do Espaço Metropolitanos. XIV Encontro Nacional da Anpur, 23 a 27 maio de 2011, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/683/669>>. Acesso em 02 de junho de 2023

CARIELLO FILHO, Orlando. As políticas federais de habitação no Brasil (1964 a 2002) e a reprodução da carência e da escassez da moradia dos trabalhadores. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de 3º Doutor em Arquitetura e Urbanismo. Brasília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11327/1/2011_OrlandoCarielloFilho.pdf> Acesso em 15 de junho de 2023.

CASTRO, Mateus Agostinho. Nébula Especulativo, Utopias e Tecnologia em Campo Grande, MS. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo), Unoversidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 2021. Disponível em: <

https://issuu.com/mateuscastro6772/docs/mateus_castro_monografia_tf> acesso em 30 de janeiro de 2024.

CAVALHEIRO, William Almeida. VIEIRA, André Guirland. SILVEIRA, Eliane Fraga da. Habitação de Interesse Social: Qualidade de Vida dos Responsáveis por Famílias Beneficadas. Revista Psicologia: Ciência e Profissão. Brasília – DF, 2022, disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/qP7DgXTVdhvgkycWxYgDBxK/?format=pdf>> acesso em 20 de agosto de 2023

CHALK, Warren, 1964. I, age 04 Capsule Homes, Tower and Capsule Elevations, plans and details. Archigram Archives item references: various under Project number 063. Print reference 062-033-oC01: Print size 700 x 1000mm. Disponível em: <<https://archigram.net/portfolio.html>> acesso em 23 de novembro de 2023.

CONNUCK, Jesse https://www.archdaily.com/787123/micro-apartments-are-expanding-tables-and-folding-furniture-a-solution-to-inequality-new-york-city?ad_campaign=normal-tag. Acessado em 10 de junho de 2023.

CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES. 6ª. 2017, Brasília. A Função Social da Cidade e da Propriedade: Cidades inclusivas, participativas e socialmente justas. Brasília: Conselho das Cidades, Ministério das Cidades, 2017, 35 p.

CRESPIN, Tamara. Archigram: trajetória e influência ao longo de suas produções. ArchDaily. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/969450/archigram-trajetoria-e-influencias-ao-longo-de-suas-producoes>> acesso em 06 de janeiro de 2024.

D'OTAVIANO, Camila. A pobreza e a desigualdade urbana são vendidas como algo “peculiar” e “extravagante”. Entrevista. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/616479-a-pobreza-e-a-desigualdade-urbana-sao-vendidas-como-algo-peculiar-e-extravagante-entrevista-especial-com-camila-d-ottaviano>> Acesso em 01 de junho de 2023.

DURCE, Dario Corrêa. Análise da compatibilidade de um estudo preliminar de Arquitetura de construção de um edifício de pequeno porte (tiny house) com elementos da legislação urbana do Município de Curitiba vigente em 2020. Dissertação elaborada para obtenção do título de Mestre, segundo o regulamento estabelecido e vigente para a linha de pesquisa Gestão e Sustentabilidade da Construção, da área de concentração Construção Civil, do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, do Departamento de Construção Civil, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/25821>>. Acesso em 15.06.2023.

ESTADÃO, 2018. Governo decide interromper tramitação da reforma da Previdência. Guia do Cidadão, Exame, 2018. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/governo-decide-interromper-tramitacao-da-reforma-da-previdencia/>>. Acesso em 28 de maio de 2023.

EUCLYDES, Fillipe Maciel; MOREIRA, Vinicus de Souza; MARTINS, Andreia de Fátima Hoelzle e SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos. O processo de política pública do “Minha Casa, Minha Vida”: criação, desenvolvimento e extinção. Revista de Sociologia e Política v. 30, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-98732230e020>>. Acesso em 23 de abril de 2023.

FERNANDES, Edésio; ROLNIK, Raquel. Política habitacional no Brasil: avanços, dilemas e desafios. 2019. (Disponível em: <http://anppas.org.br/anais/files/gt2-3457--2018-11-19-16-50-38.pdf>)

FERNANDES, Sarah. Habitação: Com Temer, “Minha Casa, Minha Vida” abandona famílias de renda mais baixa. Rede Brasil Atual, 22 agosto 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/08/22/com-temer-minha-casa-minha-vida-abandona-familias-de-renda-mais-baixa/#:~:text=O%20programa%20tenta%20enfrentar%20um,pessoas%20foram%20beneficiadas%20pelo%20programa>. Acesso em 03 de maio de 2023.

FIORAVANTI, Livia Maschio. Espaço urbano e plataformas digitais: deslocamentos e condições de trabalho dos cicloentregadores da metrópole de São Paulo. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S.l.], v. 27, n. 2, p. e-201427, 2023. DOI: 10.11606/ISSN.2179-0892. GEOUSP. 2023.201427. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/201427> acesso em 23 de junho de 2023.

FIX, Mariana.; ARANTES, Pedro Fiori. São Paulo, cem anos de máquina de crescimento urbano. Estudos Avançados, v. 36, n. 105, p. 185–209, maio 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/198524/182686> acesso em: 05 de novembro de 2023

FRITSCH, Noemi Yolan Nagy. **Pinheiros**: As Resiliências de um sítio Urbano. Revista LABVERDE V. 9 N° 2, Maio de 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistalabverde/article/view/147431> acesso em 03 de novembro de 2023.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. (O mundo hoje, v 21)

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit Habitacional no Brasil 2015/ Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informações, Belo Horizonte: FJP, 2018. Disponível em https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/capacidade/publicacoes/deficit-habitacionalBrasil_2015.pdf > Acesso em 02 de junho de 2023

_____. Déficit Habitacional e Inadequação de Morádias no Brasil: Principais resultados para o período de 2016 a 2019. Belo Horizonte: FJP, 2018. Disponível em:

Castro, Ana Paula. Proposta do Orçamento de 2023 prevê redução de 95% nos recursos do programa Casa Verde Amarela. TV Globo — Brasília 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/09/15/proposta-do-orcamento-de-2023-preve-reducao-de-95percent-nos-recursos-do-programa-casa-verde-amarela.ghtml>. Acesso em 28 de maio de 2023.

G1, 2018. Caixa suspende contratações na faixa 1,5 do Minha Casa, Minha Vida. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/11/13/caixa-suspende-contratacoes-na-faixa-15-do-minha-casa-minha-vida.ghtml>. Acesso em 28 de maio de 2023.

_____, 2023. Preço do m² dos imóveis para aluguel em SP em 2023 está 14,5% mais caro do que no ano passado, diz pesquisa. São Paulo. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/04/11/preco-do-m-dos-imoveis-para-aluguel-em-sp-em-2023-esta-145percent-mais-caro-do-que-no-ano-passado-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em 14 de abril de 2023.

GIFFORD, Robert. The Dragons of Inaction: Psychological Barriers That Limit Climate Change Mitigation and Adaptation. American Psychologist, May–June 2011. Vol. 66, No. 4, 290–302 DOI: 10.1037/a0023566

GIONOLLA, Giulia. Chile: protestos pedem nova Constituição e Igrejas são incendiadas. Guia do Estudante, Grupo Abril, publicação 2020. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/chile-protestos-pedem-nova-constituicao-e-igrejas-sao-incendiadas>. Acesso em: 23 de junho de 2023

GIOVANAZ, Daniel. Triste fim do Minha Casa Minha Vida: como Bolsonaro extinguiu o programa sem alarde. Brasil de Fato | São Paulo (SP) | 17 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/17/triste-fim-do-minha-casa-minha-vida-como-bolsonaro-extinguiu-oprograma-sem-alarde>. Acesso em 28 de maio de 2023.

GUEDES, Laise Reis Silva. Moradia digna e o capitalismo como fonte de segregação social. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 09, Vol. 2, pp. 17-53, Setembro de 2018. ISSN:2448-0959

HALF, Robert. Futuro do trabalho: quais as tendências e como preparar a empresa? Artigo apresentado por Robert Half – Talent Solutions, 2022. Disponível em: <https://www.roberthalf.com.br/blog/tendencias/futuro-do-trabalho-quais-tendencias-e-como-preparar-empresa-rc#toc2> Acesso em 20 de junho de 2023

IPEA. Megatendência Mundiais 2030: o que entidades e personalidades internacionais pensam sobre o futuro do mundo?: Contribuição para um debate de longo prazo para o Brasil/ organizadora: Elaine C. Marcial. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/151013_megatendencias_mundiais_2030.pdf.> acesso em 20 de junho de 2023

KENCHIAN, Alexandre. Estudo de Modelos e Técnicas para Projeto e Dimensionamento dos Espaços da Habitação. Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura, São Paulo, 2005. Disponível: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16132/tde-02022012-143144/publico/Alexandre_Kenchian_Dissertacao.pdf > Acesso em 02 de junho de 2023

LOPES, Alberto. A questão da habitação no Brasil: retrospectiva e momento atual. Revista de Administração Municipal – MUNICIPIOS – IBAM. Disponível em: <http://www.panecumeno.com/a-questao-da-habitacao-no-brasil-retrospectiva-e-momento-atual/>. Acesso em 03 de maio de 2023.

LUPION, Pedro. Plano Safra de R\$ 410 bilhões atende setor, mas ainda há esforço sobre equalização. CNN BRASIL, 2022. Disponível em

<<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/plano-safra-de-r-410-bilhoes-atende-setor-mas-ainda-ha-esforco-sobre-equalizacao-diz-lupion-a-cnn/>> Acesso em 23 de junho de 2023

MACHADO, Leandro. Dormir na rua e pedalar 12 horas por dia: a rotina dos entregadores de aplicativos. *Materia da BBC News Brasil em São Paulo*, matéria em 22 de maio de 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48304340>> acesso em 04 de novembro de 2023.

MARICATO, Erminia. **Habitação e Cidade**. Série Espaço & Debate. 3ª ed. São Paulo: Atual Editora. 1997.

_____. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. 7ª ed. Academia. Petrópolis/RJ, Editora Vozes. 2001.

MASKIN, Eric Stark. (1978). Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel de 2007, Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Eric_Maskin> acesso em 26 setembro de 2023.

MEDEIROS, Ana Paula. Novo boom imobiliário na cidade de São Paulo apaga uma camada histórica importante. A grande verticalização em regiões nobres da cidade também encarece os preços de aluguel e expulsa antigos moradores para bairros mais afastados. *Rádio USP*, 2022. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/novo-boom-imobiliario-na-cidade-de-sao-paulo-apaga-uma-camada-historica-importante/>> acesso em 01 de fevereiro de 2024.

MONTANDON, Daniel Tavares de Souza; PINHEIRO, Livia Andrighetto. A sustentabilidade no programa Minha Casa Minha Vida: uma análise a partir do eixo da manutenção das habitações. 2016. (Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/307721114_A_sustentabilidade_no_programa_Minha_Casa_Minha_Vida_uma_analise_a_partir_do_eixo_da_manutencao_das_habitacoes)

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. *A Questão Habitacional no Brasil*. Mercator, Fortaleza, v. 16. E16015, 2017. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/mercator/a/ZkVrVHZqbHWQwK6HRpGrcXN/?lang=pt&format=pdf>> acesso em 01.06.2023.

MOTA, Cesário. *Relatórios de Comissão de Exames e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Ephigênia. 1893 -1894*. Retirado de: LEMOS, Carlos. *Os primeiros cortiços paulistanos*. In SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de (Coord.) *Habitação e Cidade*. São Paulo: FAU-USP: FAPESP, 1988.

NELSON, Robbie. *O Capitalismo é Incapaz de Prover Moradias Acessíveis*. 28 Novembro 2018 Disponível em: <<https://blogdaconsequencia.wordpress.com/2018/11/28/o-capitalismo-e-incapaz-de-prover-moradias-acessiveis/>>. Acesso em: 15 de junho de 2023.

OLIVEIRA, Viviane Fernanda de. Do BNH ao Minha Casa Minha Vida: Mudanças e permanências na Política Habitacional. *Caminhos de Geografia – Revista on-line*, Uberlândia, v. 15, n. 50, jun/2014, p. 36-53. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/>>. Acesso em 28 de abril de 2023.

OHANA, Victor. *Mundo: Polícia da Colômbia cometeu abusos gravíssimos e deve ser reformada*, diz Human Rights Watch: Relatório de organização americana registra mortes por armas de fogo, espancamentos, estupros e detenções arbitrárias contra manifestantes. *Carta Capital*, Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/mundo/policia-da-colombia-cometeu-abusos-gravissimos-e-deve-ser-reformada-diz-human-rights-watch/>> acesso em 15 de setembro de 2023.

PETRELLA, GUILHERME MOREIRA. *A SOCIABILIDADE EM CONSTRUÇÃO: CONJUNTO HABITACIONAL ZEZINHO MAGALHÃES PRADO*. Oculum Ensaios, vol. 17, e204570, 2020. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. DOI: 10.24220/2318-0919v17e2020a4570

PHILLIPS, Tom; PHILLIPS, Dom. *Jair Bolsonaro declared Brazil's next president*. *The Guardian*, 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2018/oct/28/jair-bolsonaro-wins-brazil-presidential-election>>. Acesso em 28 de maio de 2023.

PINTO, Eduardo Costa et al. *A economia política dos governos Dilma: acumulação. Blocos no poder e crise*. In: XXI Encontro Nacional de Economia Política, 2016, São Bernardo do Campo/SP. XXI Encontro Nacional de Economia Política, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Bairro de Pinheiros*. São Paulo, 2006. Prefeitura Municipal de São Paulo: Biblioteca Alceu Amoroso Lima. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_a_l/alceu/index.php?p=82> acesso em: 20 de janeiro de 2024.

PREVITI, Isabella. *O Data Center de Babel*. Trabalho Final de Graduação. Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://issuu.com/isapreviti/docs/o_data_center_de_babel_-_vers_o_web> acesso em 02 de dezembro de 2023.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento - política e filosofia / Jacques Rancière ; tradução de Ângela Leite Lopes*. — São Paulo : Ed. 34, 1996. 144 p. (Coleção TRANS) Tradução de : *La mésentente - politique et philosophie* ISBN 85-7326-026-2

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. (O mundo hoje, v 21)

ROLNIK, Raquel; CYMBALISTA, Renato; NAKANO, Kazuo. *Solo Urbano e Habitação de Interesse Social: A Questão Fundiária na Política Habitacional e Urbana do País*. RAP. Rio de Janeiro, v. 45, n. 6, p. 1203-1224, 2011

ROLNIK, Raquel. *São Paulo: O planejamento da desigualdade*. Fósforo Editora; 1ª edição (25 janeiro 2022)

ROCHA, Rosely; Muniz Marize. *Com 5,8 milhões sem moradia, verba do Casa Verde e Amarela é a menor da história*. Portal CUT, 13 de setembro de 2022. Disponível em: <<https://www.sinprodf.org.br/com-58-milhoes-sem-moradia-verba-do-casa-verde-e-amarela-e-a-menor-da-historia/>>. Acesso em 02 de maio de 2023.

RUFINO, Priscila de Moraes. *A produção da pobreza na sociabilidade capitalista*. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 22/25 agosto de 2017. Universidade Federal do Maranhão,

Centro de Ciência Humanas, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br>>. Acesso em 29 de abril de 2023.

SAKATAUKAS, Giselle de Lourdes Bangoim; LEITÃO, Karina Oliveira. Habitação e a atuação do Estado na questão Habitacional. VIII Jornada Internacional Políticas Públicas, - 22 – 25 agosto 2017. Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciência Humanas, Programa de pós-graduação em Políticas Públicas. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo11/habitacaoeatuacaodoestadonaquestahabitacional.pdf>> Acesso em 30 de maio de 2023

SAMPAIO, Cristiane. Programa habitacional de Bolsonaro deixa de fora os mais pobres, criticam movimentos. Brasil de Fato | Fortaleza (CE) | 26 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/08/26/programa-habitacional-de-bolsonaro-deixa-de-fora-os-mais-pobres-criticam-movimentos>>. Acesso em 28 de maio de 2023.

SAMPAIO, M. R. A. de .; PEREIRA, P. C. X.. Habitação em São Paulo. Estudos Avançados, v. 17, n. 48, p. 167–183, maio 2003.

SANTOS, Andréa dos. Entenda por que o MCMV Entidades precisa ganhar espaço no novo programa habitacional do governo, 13 de abril de 2023, São Paulo (SP). Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2023/04/13/entenda-por-que-o-mcmv-entidades-precisa-ganhar-espaco-no-novo-programa-habitacional-do-governo>>. Acesso em 26 de maio de 2023.

SANTOS, Claudio Hamilton M. Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998. Brasília, julho de 1999. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Texto para Discussão nº 654. Disponível em: <<http://periciajudicial.adm.br>>. Acesso em 15 de abril de 2023.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi; SAULE JUNIOR, Nelson. Dossiê do Desmonte da Política Urbana Federal nos Governos Temer e Bolsonaro e seus Impactos sobre as Cidades: Violações de Direitos Humanos e os Riscos de Construção de Cidades Intolerantes, Excludentes, Injustas e Antidemocráticas. IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br>>. Acesso em 30 de abril de 2023.

SANTOS, Rafaella Abreu dos; ROLNIK, Raquel. Infraestrutura urbana no Brasil: entre o desafio da universalização e o agravamento das desigualdades. 2018. (Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaiberoamericana/article/view/38873>)

SANTOS, J. A. P. O mercado imobiliário e a produção de moradias de interesse social: um estudo sobre a realidade brasileira. Revista Sociologia Jurídica, v. 5, n. 1, p. 1-20, 2018.

SARDENBERG, Victor. The Slab Stack – We optimize your real estate for peak value, Architecture Optizacion Paten, Artistic visualization of the implantation os Tha Slab Stack solution in New York, 2020. disponível em: <<http://victorsardenberg.com/theslabstack/>> acesso em 02 de dezembro de 2023.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Os meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê e Pinheiros: valorização dos rios e das Várzeas na cidade de São Paulo. Alameda Casa Editorial, 2021. Disponível em: <[https://pt.everand.com/book/521539314/Os-meandros-dos-](https://pt.everand.com/book/521539314/Os-meandros-dos-rios-nos-meandros-do-poder-Tietê-e-Pinheiros-valorizacao-dos-rios-e-das-varzeas-na-Cidade-de-Sao-Paulo)

[rios-nos-meandros-do-poder-Tietê-e-Pinheiros-valorizacao-dos-rios-e-das-varzeas-na-Cidade-de-Sao-Paulo](https://pt.everand.com/book/521539314/Os-meandros-dos-rios-nos-meandros-do-poder-Tietê-e-Pinheiros-valorizacao-dos-rios-e-das-varzeas-na-Cidade-de-Sao-Paulo)> acesso em: 10 de outubro de 2023.

SEVCENKO, Nicolau. Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/000842769>> acesso em 23 de outubro de 2023.

SILVA, Marcelo Kunrath. A apropriação conservadora do ciclo de protestos de 2013: rumo aos protestos anti-Dilma? Lusotopie 17 (2018) 88-111. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/lusotopie/2568>>. Acesso em 29 de abril de 2023.

SILVA, Mariana Fix da; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Minha Casa Minha Vida: avaliação do programa em relação aos objetivos de política habitacional. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280122163_Minha_Casa_Minha_Vida_avaliacao_d_o_programa_em_relacao_ao_objetivos_de_politica_habitacional> acesso em: 26.05.2023.

SILVER, N. The Signal and the Noise: Why So Many Predictions Fail — but Some Don't. Penguin Books, 2012.

SOUZA, Leda Mara de. Análise Comparativa das Políticas habitacionais nos Governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. 2005. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas). Universidade do Vale do Itajaí – Univali, Itajaí-SC, 2005. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br>>. Acesso em 29 de abril de 2023.

SOUZA NETO, João Clemente de; BARBOSA, Orlando Coelho; LOPES, Leandro Alves. População em situação de rua, expressão da desigualdade social. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, Bauru, v. 10, n. 1, p. 17–39, 2022. DOI: 10.5016/ridh.v10i1.133. Disponível em: <<https://www2.faac.unesp.br/ridh3/index.php/ridh/article/view/133>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

SOUZA, Maria Claudia Pereira de. **O Capital Imobiliário e a Produção do Espaço Urbano: o Caso da Companhia City**. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação da FGV/EAESP, São Paulo, 1988. Disponível em: <<https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/a02e40c8-6ee2-48d7-82ab-0b46af075f3d/content>> acesso em 05 de novembro de 2023

SOUZA, Francisca Valdeniza Lopes de. Contextualizando o Golpe de 2016 e seu Impacto nas Políticas Sociais. VI Seminário CETROS, 2018 – UECE. Disponível em: <https://www.uece.br/trabalhos_completos>. Acesso em 30 de abril de 2023.

SOUZA, Mariana Barbosa de; HOFF, Tuize Silva Ravere. O governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências na habitação popular. 2019. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 11, e20180023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180023>>. Acesso em 30 de abril de 2023.

TEZZARI, Lucas. Arquitetura Metabolista: uma retomada do conceito. Faculdade Católica, Porto Velho/RO, 2021. Disponível em: <<https://www.linkedin.com/pulse/arquitetura-metabolista-uma-retomada-do-conceito-lucas-tezzari>> acesso em 20 de janeiro de 2024

TOKYOARQUITETURA, Metabolismo Japonês. Tokyo Arquitetura blogspot.com, 2012. Disponível em <http://tokyoarquitetura.blogspot.com/2012/04/metabolismo-japones.html> acesso em 05 de janeiro de 2024

ZOUMPOURLIS V, GOULIELMAKI M, RIZOS E, BALIOU S, SPANDIDOS DA (outubro de 2020). [Comment] The COVID-19 pandemic as a scientific and social challenge in the 21st

century. Molecular Medicine Reports. 22 (4): 3035–3048. PMC 7453598. Acessível livremente. PMID 32945405. doi:10.3892/mmr.2020.11393

WIKIHAUS. Arquitetura parasita: Ocupação, criatividade e transformação – “Organismos que vivem em associação com outros, dos quais tiram os meios para a sua sobrevivência”. Porto Alegre/RS, 2019, disponível em: <<https://wikihaus.com.br/arquitetura-parasita-ocupacao-criatividade-e-transformacao/>> acesso em 10 de janeiro de 2024.